



ACADEMIA MILITAR

**PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA NA INVESTIGAÇÃO
CRIMINAL: PROVA TESTEMUNHAL**

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Frederico Abreu Soares

Orientador: Major (Doutor) de Infantaria da GNR Tiago Silva

Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2020



ACADEMIA MILITAR

**PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA NA INVESTIGAÇÃO
CRIMINAL: PROVA TESTEMUNHAL**

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Frederico Abreu Soares

Orientador: Major (Doutor) de Infantaria da GNR Tiago Silva

Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2020

EPÍGRAFE

“A Programação Neurolinguística é uma atitude metodológica da qual decorre um conjunto de técnicas. É uma certa maneira de compreender as pessoas. Uma visão do mundo”

(Bandler & Fitzpatrick, 2009, p. 15).

DEDICATÓRIA

Após 5 anos decorridos, urge agora o momento tão esperado, isto é, a fase final do XXV Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana. Deste modo, não posso deixar de particularizar pessoas especiais a quem dedico este trabalho de investigação, preconizando assim o último dos esforços na minha formação. Aproveito ainda para aludir ao facto de que, sem o apoio delas, tudo se tornaria mais árduo e exaustivo.

Como tudo na vida tem uma ordem, irei começar por aqueles que me dedicaram atenção e ternura à mais tempo.

Mãe e Pai, como comumente se diz só há uns. A vocês que me criaram, que me educaram e que me tornaram no que sou hoje, encarecidamente vos agradeço por toda a vossa dedicação.

Aos meus avós, pela demonstração de carácter e histórias partilhadas, pelos seus exemplos de ajuda ao próximo, pela forma de encararem a vida com força e determinação. Enfim, dignos da minha maior atenção e abnegação. A vós vos dedico este trabalho.

Mano, este trabalho também é dedicado a ti! Toda a sabedoria e aprendizagens foram vividas contigo. Foi contigo que comecei, desde cedo, a sentir o poder da responsabilidade. A cuidar de ti e tu de mim.

À minha namorada, pela paciência e apoio reforçado ao longo destes anos. Pela sua atenção aos meus desabafos, preocupações e inquietações. Pela sua permanente vontade de me querer sempre ao pé dela e, mesmo assim, ter a capacidade de apoiar o meu sonho, dizendo semana após semana: “Até sexta-feira, vai passar rápido!”. A ti, agradeço do fundo do coração.

Por fim, a todos aqueles que fazem parte da minha vida, de uma forma ou de outra, que me fizeram crescer e desenvolver como Homem: família do XXV, amigos e camaradas. Também a vós, vos dedico este trabalho, agradecendo ainda por estes prodigiosos 5 anos!

AGRADECIMENTOS

Para a consagração do presente Trabalho de Investigação Aplicada, foi necessário o apoio de várias pessoas, sem as quais a presente investigação se tornaria inverosímil. Assim sendo, a todas estas pessoas o meu profundo agradecimento. No entanto, existem determinadas pessoas que contribuíram de forma direta e persistente, pelo que lhes é devido os seguintes agradecimentos:

Ao Major (Doutor) de Infantaria da Guarda Nacional Republicana Tiago Silva, por todo o apoio no decorrer da investigação, pela disponibilidade incansável mesmo em condições adversas como as vividas durante o Estado de Emergência, bem como pela manifestação de vontade em orientar a minha investigação. A si, muito obrigado.

Aos militares responsáveis pelos inquéritos no Destacamento Territorial de Vila Nova de Gaia, designadamente: Cabo Martins e Guarda-Principal Vieira, ambos do Posto Territorial (PTer) de Fânzeres; Cabo de Curso Silva e Cabo Vicente, do PTER dos Carvalhos; Cabo Ramos do PTER de Canelas; Guarda-Principal Neves e Cabo Teixeira, do PTER de Arcozelo; Guarda-Principal Martins do PTER de Avintes; Cabo de Curso Fernandes do PTER de Lever e Guarda-Principal Monteiro do PTER de Medas. A vós, o meu maior respeito e admiração.

Aos militares responsáveis pelos inquéritos no Destacamento Territorial de Santo Tirso, nomeadamente: Cabo de Curso Marques do PTER de Santo Tirso; Cabo Canelas do PTER da Trofa; Guarda-Principal Peixoto do PTER de Vila das Aves; Cabo Santos do PTER de Alfena e Cabo de Curso Barbosa do PTER de Valongo. A vós, de igual forma, o maior respeito e admiração.

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se subordinado ao tema “Programação Neurolinguística na Investigação Criminal: Prova Testemunhal” e tem como principal objetivo verificar a necessidade de conceber uma formação de Programação Neurolinguística aos militares responsáveis pelos inquéritos dos diversos Postos Territoriais, procurando compreender a formação que lhes é ministrada, o nível de preparação, as principais adversidades e erros cometidos na condução do inquérito, bem como identificar formas de exponenciar esta formação.

De modo a alcançar-se os objetivos da investigação, optou-se por uma estratégia qualitativa, utilizando-se a análise documental e a aplicação de entrevistas como técnicas de recolha de dados. As entrevistas foram dirigidas aos responsáveis pelos inquéritos dos diversos Postos Territoriais pertencentes aos Destacamentos Territoriais de Vila Nova de Gaia e Santo Tirso.

Assim, a presente investigação encontra-se dividida em duas partes medulares. Na primeira, parte encontra-se a revisão da literatura que sustenta a problemática implícita à parcimónia de formação dos investigadores para a condução de inquéritos, bem como os fundamentos da Programação Neurolinguística na Investigação Criminal, mais especificamente na Prova Testemunhal. Na segunda parte, evidencia-se a pesquisa de campo que se coaduna com a parte teórica do trabalho, realçando-se vulnerabilidades dos militares nesta área.

Resumidamente, como ponto vital desta investigação, sobreleva-se a necessidade de colmatar adversidades e erros cometidos pelos militares na condução dos inquéritos, especialmente no que diz respeito a técnicas de entrevista, pelo que se torna imprescindível, que os responsáveis pelos inquéritos dos diversos Postos Territoriais, sejam formados pela Guarda Nacional Republicana, visando obter investigadores qualificados e enriquecer investigações que muito tempo e dedicação exigem dos seus militares.

Palavras-Chave: Programação Neurolinguística; Formação; Investigadores; Prova Testemunhal; Inquéritos.

ABSTRACT

This work of applied research on “Programação Neurolinguística na Investigação Criminal: Prova Testemunhal” aims to verify the need to design NLP training for the military responsible for investigations, trying to understand the training given to them, the level of preparation, the main adversities and mistakes made in conducting the police inquiry, as well as identifying ways to provide this training.

In order to achieve the research objectives, a qualitative strategy was chosen, using document analysis and the application of interviews as data collection techniques. The interviews were directed to those responsible for police investigations in the various *Postos Territoriais* belonging to the *Destacamentos Territoriais* of *Vila Nova de Gaia* and *Santo Tirso*.

Thus, the present investigation is divided into two medullary parts. In the first part there is a literature review that supports the problem implicit in the parsimony of training researchers to conduct investigations, as well as the foundations of Neurolinguistic Programming in Criminal Investigation, more specifically in the Testimonial Test. In the second part, there is evidence of field research that is consistent with the theoretical part of the work, highlighting the vulnerabilities of the military in this area.

Briefly, as a vital point of this investigation, only if there is a need to overcome adversities and mistakes from the military in conducting investigations, especially with regard to the interview technique, which is why it is essential for those responsible for the investigation that are carried out by the *Guarda Nacional Republicana*, aiming to obtain qualified investigators and enrich investigations that a lot of time and dedication demand of its military.

Keywords: Neurolinguistic Programming; Training; Researchers; Testimonial Test; Inquiries.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DA PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	3
1.1. Programação Neurolinguística e Processo Penal	3
1.2. O Comportamento Humano e suas características	6
1.3. Linguagem Verbal	9
1.3.1. Metamodelo da Linguagem.....	10
1.3.2. Padrões Linguísticos de Caráter Hipnótico.....	11
1.3.3. Metaprogramas.....	12
1.3.4. Linguística Forense	14
1.4. Linguagem Não Verbal.....	16
1.4.1. Microexpressões Faciais	17
1.4.2. Linguagem Corporal	20
CAPÍTULO 2 – PROVA TESTEMUNHAL: VERDADE VS MENTIRA	23
2.1. A procura da verdade em fase de inquérito: Intervenção do OPC.....	23

2.1.1. Adversidades e erros cometidos na deteção da mentira.....	25
2.1.2. Viabilidades na procura da verdade	31
2.2. Verdade vs Mentira: Técnicas e ferramentas à luz da PNL.....	34
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	37
3.1. Desenho de Investigação	37
3.2. Modelo de Análise	37
3.3. Métodos e tipo de abordagem	38
3.4. Técnicas de recolha de dados.....	39
3.5. Caraterização do contexto de observação	40
3.6. Tratamento e análise de dados	41
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
4.1. Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista	43
4.2. Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação	45
4.3. Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira ...	48
4.4. Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo	50
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	52
BIBLIOGRAFIA	56
APÊNDICES	
APÊNDICE A – TRIAGEM DA PERCEÇÃO	I
APÊNDICE B – CARACTERÍSTICAS DOS METAPROGRAMAS	II
APÊNDICE C – MICROEXPRESSÕES FACIAIS.....	III
APÊNDICE D – CABEÇA: PACIFICADORES DE <i>STRESS</i>	VIII
APÊNDICE E – CRITÉRIOS E LISTA DE VERIFICAÇÃO CBCA.....	IX
APÊNDICE F – CRITÉRIOS SCAN	X
APÊNDICE G – GUIÃO DE ENTREVISTA.....	XI
APÊNDICE H – GRELHA DE ENTREVISTADOS.....	XIII

APÊNDICE I – SINOPSES DAS ENTREVISTAS XV

APÊNDICE J – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO XXIV

ANEXOS

ANEXO A – PROCESSO DE UM CICLO COMPORTAMENTAL..... XXV

ANEXO B – VIOLAÇÕES DO METAMODELO..... XXVI

ANEXO C – O COMPORTAMENTO HUMANO: METAPROGRAMASXXVII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – As 27 variações das Microexpressões Faciais	VII
Figura n.º 2 – Processo de um ciclo comportamental.....	XXV
Figura n.º 3 – O comportamento humano à luz dos metaprogramas.....	XXVII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Princípios da PNL	7
Quadro n.º 2 - Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista	43
Quadro n.º 3 - Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação.....	45
Quadro n.º 4 - Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira.....	48
Quadro n.º 5 - Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo.....	50
Quadro n.º 6 – Triagem da Perceção	I
Quadro n.º 7 - Características dos metaprogramas aquando da análise da experiência	II
Quadro n.º 8 – Pacificadores de <i>Stress</i>	VIII
Quadro n.º 9 - Critérios CBCA.....	IX
Quadro n.º 10 – Lista de Verificação CBCA.....	IX
Quadro n.º 11 – Critérios SCAN	X
Quadro n.º 12 - Grelha de Entrevistados	XIII
Quadro n.º 13 - Sinopses da categoria "Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista"	XV
Quadro n.º 14 - Sinopses da categoria "Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação"	XVI
Quadro n.º 15 - Sinopses da categoria "Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira".....	XIX
Quadro n.º 16 - Sinopses da categoria "Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo"	XXII
Quadro n.º 17 - Violações do Metamodelo da Linguagem	XXVI

LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS

APÊNDICE A – TRIAGEM DA PERCEÇÃO

APÊNDICE B – CARACTERÍSTICAS DOS METAPROGRAMAS

APÊNDICE C – MICROEXPRESSÕES FACIAIS

APÊNDICE D – CABEÇA: PACIFICADORES DE STRESS

APÊNDICE E – CRITÉRIOS E LISTA DE VERIFICAÇÃO CBCA

APÊNDICE F – CRITÉRIOS SCAN

APÊNDICE G – GUIÃO DE ENTREVISTA

APÊNDICE H – GRELHA DE ENTREVISTADOS

APÊNDICE I – SINOPSES DAS ENTREVISTAS

APÊNDICE J – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DO INFORMADO

ANEXO A – PROCESSO DE UM CICLO COMPORTAMENTAL

ANEXO B – VIOLAÇÕES DO METAMODELO

ANEXO C – O COMPORTAMENTO HUMANO: METAPROGRAMAS

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AM – Academia Militar
- CBCA – *Criteria-Based Content Analysis*
- CPP – Código de Processo Penal
- CTer – Comando Territorial
- DTer – Destacamento Territorial
- EG – Escola da Guarda
- EUA – Estados Unidos da América
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- IC – Investigação Criminal
- MP – Ministério Público
- NIAVE – Núcleo de Investigação de Apoio à Vítima Específica
- NIC – Núcleo de Investigação Criminal
- OE – Objetivo Específico
- OG – Objetivo Geral
- OPC – Órgão de Polícia Criminal
- PD – Pergunta Derivada
- PNL – Programação Neurolinguística
- PTer – Posto Territorial
- QC – Questão Central
- RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
- SCAN – *Scientific content analysis*
- SNA – Sistema Nervoso Autónomo
- SRP – Sistema de Representação Preferencial
- SVA – *Statement validity assessments*
- TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

INTRODUÇÃO

A presente investigação surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, e subordina-se ao tema: “Programação Neurolinguística na Investigação Criminal: Prova Testemunhal”.

O impulso para a elaboração desta investigação adveio por duas razões medulares. A primeira, resultou da compreensão da importância, no decorrer das aulas de Direito Processual Penal, que a prova testemunhal acarreta para o processo, bem como a relevância do papel do investigador na condução da inquirição/interrogatório. A segunda, emergiu da percepção que tivera, durante os módulos de Investigação Criminal (IC) na Escola da Guarda (EG), da falta de formação dos investigadores responsáveis pelos inquéritos dos diversos Postos Territoriais (PTer) da Guarda Nacional Republicana (GNR). Deste modo, e sabendo de antemão, pela literatura, que a Programação Neurolinguística (PNL) é um modelo de comunicação que sugere um conjunto de ferramentas para facilitar a percepção sobre um determinado conjunto de questões, surgiu a seguinte questão: Porque não utilizar a PNL na formação dos nossos militares? Após uma investigação primária sobre o assunto, apercebeu-se, efetivamente, que este modelo é utilizado em várias áreas, incluindo a área da IC noutros países. Com efeito, o incentivo para a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), foi encontrar uma solução para colmatar as lacunas existentes na formação dos responsáveis por conduzirem a base da investigação. Nesta senda, a presente investigação segue como Objetivo Geral (OG): **Verificar a necessidade de conceber uma formação de PNL aos militares responsáveis pelos inquéritos.** Através desta formação, os investigadores irão estar mais aptos a executar o seu trabalho, contribuindo, deste modo, para investigações mais bem elaboradas.

Decursivos do OG, estabeleceram-se como Objetivos Específicos (OE) os seguintes:

OE1: Avaliar a formação dos militares relativamente a técnicas de entrevista e condução de interrogatórios;

OE2: Perscrutar os fatores que condicionam a formação dos militares no que concerne a técnicas de entrevista que privilegiem uma boa recolha de informação;

OE3: Reconhecer as principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira;

OE4: Identificar formas de exponenciar tal formação a todo o dispositivo.

Com o propósito de se atingir o OG desta investigação, foi concebida a seguinte Questão Central (QC): **Qual o impacto de uma formação em PNL, para os militares responsáveis pelos inquéritos, na deteção da mentira?** Por seu turno, com o objetivo de operacionalizar a QC e dar resposta à mesma, foram delineadas as seguintes Perguntas Derivadas (PD's):

PD1: Que tipo de formação é ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista e condução de interrogatório?

PD2: Estarão os militares munidos das ferramentas necessárias para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação?

PD3: Quais as principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira?

PD4: Como é que a GNR pode dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo?

O TIA encontra-se organizado em quatro capítulos. O enquadramento teórico encontra-se nos dois primeiros capítulos. O terceiro capítulo destina-se à metodologia utilizada nesta investigação. Por fim, o quarto capítulo concerne à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

De modo geral, o primeiro capítulo retrata a fundamentação teórica do trabalho, isto é, define o que é a PNL, a prova testemunhal e de que modo é que estas se podem interligar no seio da investigação. Similarmente, são apresentadas as características do comportamento humano para se conseguir compreender o funcionamento deste modelo de comunicação. Laconicamente, este capítulo está dividido em dois, nomeadamente linguagem verbal e linguagem não verbal, sendo apresentadas as várias ferramentas da PNL para estas duas formas de comunicação.

Por sua vez, o segundo capítulo coaduna-se com a procura da verdade em fase de inquérito. É passível de se identificar as principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira, bem como as viabilidades subjacentes a esta temática. São ainda apresentadas técnicas e ferramentas à luz da PNL para distinguir a verdade da mentira.

No terceiro capítulo, apresenta-se o percurso metodológico utilizado na investigação.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentados e analisados os resultados obtidos através das entrevistas efetuadas, estabelecendo-se a estreita relação com a revisão de literatura. No respeitante às normas utilizadas para a redação do presente TIA, identificam-se as estabelecidas pela Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.^a da AM (Academia Militar [AM], 2016).

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DA PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

1.1. Programação Neurolinguística e Processo Penal

A Programação Neurolinguística, adiante designada PNL, é um novo modelo de comunicação e de conduta humanas desenvolvida nos anos setenta por “Richard Bandler, John Grinder e Frank Pucelik, tendo sido desenvolvida também por estudos sistemáticos realizados por Virginia Satir, Milton H. Erickson, Fritz Perls e outros” (Bandler & Grinder, 1982, p. 17). Assim sendo, a PNL define-se como sendo “a arte e ciência da «excelência» pessoal que deriva do estudo sobre a forma como algumas pessoas obtêm resultados que as distinguem em diversos âmbitos da atividade humana” (Vallés, 2014, p. 14). A PNL é, portanto, um modelo preponderante e nítido de experiências humanas e de comunicações entre as pessoas. Empregando os princípios da PNL “é possível descrever qualquer atividade humana de maneira detalhada que permite a realização de muitas mudanças profundas e duradouras, rápida e facilmente” (Bandler & Grinder, 1982, p. 11). A razão deste nome é a seguinte: Programação “porque programar é organizar de forma eficiente os componentes de um sistema, a fim de se conseguir o resultado adequado” (Vallés, 2014, p. 16). Neuro porque “estas aprendizagens estão inscritas e são veiculadas pelo nosso sistema nervoso. Assim, a nossa fisiologia, os nossos pensamentos e as nossas emoções estão interconetados e formam um sistema integrado” (Martenet, 2018, p. 4). E linguística “porque os processos neurológicos são expressos através de uma linguagem verbal e corporal” (Vallés, 2014, p. 16), ou “analógica e digital” (Martenet, 2018, p. 4). A “linguagem analógica é constituída por tudo o que é não verbal (movimentos do corpo e outras reações fisiológicas observáveis) e pelo paraverbal (entoação, volume, ritmo da voz). A linguagem digital qualifica o verbal, ou seja, as palavras e a sintaxe” (Martenet, 2018, p. 4). Esta comunicação pode “ser aprendida por qualquer um para melhorar eficazmente, tanto a nível pessoal como profissional” (Seymour & O’Connor, 1993, p. 33). O que a PNL traz realmente de novo é a “habilidade de analisar sistematicamente as pessoas e experiências excepcionais de modo que elas possam tornar-se amplamente disponíveis para os outros” (Bandler & Grinder, 1982, p. 13). Segundo Heap (2008) esta ferramenta de comunicação fora aprimorada, posteriormente, pelos americanos John Grinder, o linguista, e pelo matemático/psicólogo Richard Bandler. Como parte da sua abordagem para a aprendizagem, a PNL relaciona palavras, pensamentos e comportamentos para determinadas metas e objetivos a alcançar (Craft, 2001). Ainda Craft

(2001) menciona que a PNL se focaliza na comunicação e sugere um conjunto de ferramentas para facilitar a percepção sobre um determinado conjunto de questões, estando enraizado nas práticas da vida quotidiana, incluindo a espiritual. Uma vez que se sobleva a comunicação é, portanto, necessário compreender o seu significado. Desta forma a comunicação é “um ato de transmissão cujo produto é a informação que pressupõe a existência de um suporte chamado «canal» criando, por intermédio de um canal, uma ligação espaço-temporal entre duas entidades: um emissor e um recetor” (Lussato, 1991, p. 95). Vrij e Lochun (1997) evidenciam que o objetivo deste modelo é facilitar a comunicação entre duas ou mais pessoas, pelo que atualmente este modelo já é utilizado no contexto policial, no que respeita à relação entre testemunha/entrevistador e arguido/entrevistador. Assim sendo, a PNL é uma maneira de metodizar e entender a estrutura da experiência subjetiva preocupando-se com a forma como as pessoas processam as informações, mas não necessariamente com o conteúdo específico dessas informações (Einspruch & Forman, 1985). O modelo da PNL reivindica que a forma como as pessoas acedem aos seus pensamentos varia de pessoa para pessoa, sendo que as principais diferenças devem-se ao sistema de representação preferencial (SRP) de cada uma delas, isto é, existem umas que absorvem a maior parte da mensagem pela via visual, outras pela audição, e ainda, outras pela componente cinestésica (Vrij & Lochun, 1997). São os sentidos que fazem a ligação com o mundo exterior e é com eles que o exploramos e delimitamos, uma vez que o mundo é uma infinidade de possíveis impressões sensíveis (Vallés, 2014). Em suma, a PNL torna-se fundamental para atividades de cariz policial, como a realização de inquirições/interrogatórios, uma vez que estes exigem um elevado poder de comunicação (Allen, 2015).

No que concerne ao processo penal¹, importa aqui escrutinar duas situações particulares, designadamente a inquirição de testemunhas e o interrogatório de arguidos.

Segundo Mendes (2018) no que respeita à tramitação do processo comum, tramitação mais complexa, por oposição à tramitação dos processos especiais², tradicionalmente obedece a três grandes fases: o inquérito (art. 262.º ss. do Código de Processo Penal (CPP)), a instrução (art. 286.º ss. CPP) e o julgamento (art. 311.º ss. CPP), sendo o inquérito e o julgamento as fases obrigatórias do processo comum. Assim sendo, o inquérito pode ser

¹ Direito Processual Penal é “o ramo do direito público que disciplina a investigação e esclarecimento do crime concreto e permite a aplicação da consequência jurídica àquele que, com a sua conduta, realizou um tipo de crime” (Andrade, 2010, p. 9).

² Processos especiais são “o processo sumário, abreviado e sumaríssimo” (Mendes, 2018, p. 13).

definido como “uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar. Neste caso, o investigador intervém colocando questões, mas sem intenção explícita de modificar a situação na qual atua enquanto inquiridor” (Matalon & Ghiglione, 1995, p. 8). Esta é, pois, a primeira fase do processo penal, onde “se faz a investigação e recolha de provas sobre a existência de um crime e as pessoas que o praticaram, sendo que a direção do inquérito pertence ao Ministério Público (MP) auxiliado pelos polícias” (Andrade, 2010, p. 61).

A prova, enquanto atividade probatória, “é o esforço metódico através da qual são demonstrados os factos relevantes para a existência do crime, a punibilidade do arguido e a determinação da pena ou medida de segurança aplicáveis” (Mendes, 2018, p. 173). São admissíveis as provas que não forem proibidas por lei (art. 125.º CPP). A lei estabelece um catálogo de meios de prova típicos, tais como o depoimento da testemunha (art. 128.º ss. CPP), as declarações do arguido, entre outros (Mendes, 2018).

Relativamente à prova testemunhal, mencionada no CPP no art. 128.º ss., pode definir-se “como a declaração de ciência de um terceiro que não é parte na lide, que tem por objeto a narração sob juramento de um facto pretérito ou atual de que o declarante tem conhecimento, direto ou indireto” (Sousa, 2013, p. 173). A testemunha deverá, portanto, “ser inquirida sobre os factos que possua conhecimento direto e que constituam objeto da prova” (art. 128.º n.º1 CPP). Segundo Andrade (2010), a prova nem sempre é direta, ou seja, não é de imediato discernimento, pelo que é necessário empregar os indícios³ encontrados.

Como refere Sousa (2013), a inquirição de uma testemunha visa por definição obter uma declaração o mais completa e exata possível, todavia “esse resultado não depende inteiramente da testemunha, mas também do comportamento do entrevistador e do modo como se formulam as perguntas” (Sousa, 2013, p. 60).

Relativamente ao arguido, o CPP diferencia as figuras de suspeito (art. 1.º, alínea e) CPP) e arguido. O suspeito não é um sujeito processual⁴. Na verdade, “faltam-lhe os poderes típicos dos sujeitos processuais, de conformação concreta do processo, dado que não pode intervir ativamente no inquérito (solicitando diligências da prova), nem pode requerer a abertura de instrução” (Mendes, 2018, p. 123). Todavia, seja qual for a origem e a credibilidade da imputação não pode, impreterivelmente, ser impelido a viabilizar provas ou

³ Indícios são “as circunstâncias conhecidas e provadas a partir das quais, mediante um raciocínio lógico, pelo método indutivo, se obtém a conclusão” (Andrade, 2010, p. 39).

⁴ Intervenientes a quem importam “direitos (que surgem, muitas vezes, sob a forma de poderes-deveres ou de ofícios de direito público) autónomos de conformação da concreta tramitação do processo como um todo, em vista da sua decisão final” (Dias, 1988, p. 9).

a prestar declarações autoincriminatórias, uma vez que o suspeito, enquanto tal, goza de um estatuto processual específico (Moutinho, 2000). “Não há dúvida de que o princípio da não autoincriminação e o direito ao silêncio se estendem ao próprio suspeito” (Mendes, 2018, p. 124). Caso contrário, é obrigatória a constituição de arguido⁵ assim que, “durante qualquer inquirição feita a pessoa que não é arguido, surgir fundada suspeita de crime por ela cometido” (art. 59.º n.º1 CPP).

Quando recaiam fundadas suspeitas de crime cometido por um dado suspeito, efetivamente este tem imperiosamente de ser constituído como arguido, bem como serem respeitados o direito ao silêncio e o princípio da não autoincriminação, como suprarreferido, uma vez que o “arguido apenas está obrigado a responder com verdade às perguntas que lhe forem colocadas quanto à sua identificação pessoal” (Andrade, 2010, p. 29). Contudo, é nesta fase que urge a necessidade de o investigador estar munido com ferramentas que permitam conduzir a investigação de forma não contrária à lei, relevando-se nesta ocasião a importância da compreensão da PNL. Por outro lado, relativamente à testemunha, “está obrigada a responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas” (art. 132 n.º1 alínea d) CPP), pelo que a PNL será mais eficaz no sentido de escrutinar ao máximo, por todos os canais, o que a testemunha menciona.

Em síntese, verifica-se que a PNL e o Processo Penal estão intimamente ligados, uma vez que as diligências processuais penais se efetuam com recurso à comunicação.

1.2. O Comportamento Humano e suas características

Robbins (2018, p. 178) refere que “para nos comunicarmos efetivamente, devemos de compreender que somos todos diferentes na maneira como vemos o mundo e usar esse entendimento como guia para a nossa comunicação com os outros”. É neste seguimento que surge neste capítulo a compreensão do comportamento humano, bem como as suas características. Só desta forma é que um verdadeiro investigador poderá cumprir a sua tarefa com fidedignidade (Bandler & Fitzpatrick, 2009).

O cérebro humano “é uma oficina que fabrica uma imensidão de produtos manufaturados. A sua matéria-prima é a informação captada pelos cinco sentidos” (Martenet, 2018, p. 15). E a verdade é que, para se transmitir um dado pensamento, todos os seres humanos escolhem determinadas palavras conforme um dado critério (Vallés, 2014). Os sentidos são, portanto, “a nossa ponte para o mundo exterior e é com eles que o

⁵ O arguido “é uma pessoa formalmente constituída como sujeito processual e contra quem corre um processo-crime” (Mendes, 2018, p. 125).

exploramos e delimitamos” (Vallés, 2014, p. 28). Esta ideia é “uma percepção elementar que não corresponde ao produto acabado” (Martenet, 2018, p. 15). O produto final, é uma “reconstrução cerebral final que é uma percepção revestida de significados úteis: simples manchas luminosas transformam-se em objetos dos quais nos podemos servir, em pessoas de quem podemos gostar ou em lugares onde podemos ir” (Carter, 1999, p. 106). Por outras palavras, é impossível apreender a realidade objetivamente, pois durante o processo de comunicação as nossas análises são feitas sobre informações alteradas, isto é, que sofreram uma dada alteração pela pessoa que a transmitiu. Independentemente das nossas capacidades cognitivas, guiam-se por atalhos relacionados com as representações memorizadas (Bandler & Grinder, 1975; Cameron-Bandler, Gordon & Lebeau, 1985; Vallés, 2014; Martenet, 2018). Este ciclo comportamental⁶, com auxílio de todos estes filtros, faz com que cada ser humano crie o seu próprio modelo/mapa do mundo (Vallés, 2014; Martenet, 2018). Assim sendo, a PNL criou um conjunto de princípios que permitem compreender os modelos do mundo das diferentes pessoas, como se poderá constatar a partir do quadro infra.

Quadro n.º 1 - Princípios da PNL

PRINCÍPIOS DA PNL
(1) O mapa não é o território;
(2) Processamos a informação através dos cinco sentidos;
(3) Todo o comportamento é orientado no sentido da adaptação;
(4) Aceitamos com maior facilidade o conhecido;
(5) As pessoas têm dois níveis de comunicação: o consciente e o inconsciente;
(6) Para reconhecer as respostas é preciso ter os canais sensoriais limpos e abertos, o que implica evitar interpretações;
(7) Todo o comportamento tem uma intenção positiva;
(8) <i>Rapport</i> é o encontro de pessoas no mesmo modelo de mundo.

Fonte: Adaptado de Bandler & Grinder, 1975 e Vallés, 2014

A análise das informações provenientes da realidade exterior é estruturada pelo indivíduo, passando por três fases distintas e contínuas (Martenet, 2018). A primeira é “a percepção de uma informação por meio de um exercício de sensorialidade consciente e, sobretudo, inconsciente” (Martenet, 2018, p. 16). Nesta senda, compreende-se o princípio – o mapa não é o território – pois, segundo Ready & Burton (2017, p. 22) “percebemos o mundo através dos sentidos, ou seja, o território. Então aproveita-se esse fenómeno externo e faz-se uma representação interna dele dentro do nosso cérebro, ou seja, o mapa”. Essa

⁶ Cfr. Anexo A.

representação interna acontece porque todo o ser humano possui um conjunto de filtros (Bandler & Grinder, 1975; Vallés, 2014; Allen, 2015; Ready & Burton, 2017; Martenet, 2018). Esses filtros são adquiridos pela nossa experiência individual, resultante da cultura, da linguagem, das recordações, das decisões, dos valores, dos interesses e da sociedade (Vallés, 2014; Ready & Burton, 2017). Neste contexto Martenet (2018) propõe, para uma melhor compreensão das transformações operadas pelo sujeito no momento da percepção da realidade exterior, considerar três categorias de filtros, notadamente: “filtros neurológicos, filtros pessoais e filtros socioculturais” (Martenet, 2018, pp. 22-23). Os filtros neurológicos são intrínsecos à essência dos órgãos sensoriais dos seres humanos, pelo que quando os nossos sentidos são bombardeados com dois mil milhões de *bits* de informação por segundo, o nosso cérebro só consegue absorver uma quantidade ínfima, da maneira que a maior parte da informação nem acaba por ser filtrada (Ready & Burton, 2017; Martenet, 2018). Os filtros pessoais são compostos pela mescla de experiências que o indivíduo conservou durante a vida, sendo que de forma consciente ou inconsciente estas vivências vão conduzir, direcionar e alterar a percepção dos elementos exteriores (Martenet, 2018). Os filtros socioculturais, por sua vez, são “um conjunto de normas e princípios do meio, os símbolos universais ligados à religião, à educação, e ao nível cultural e social ao qual o indivíduo pertence numa determinada sociedade” (Martenet, 2018, p. 23). A segunda fase apresentada por Martenet (2018, p. 16) é “o tratamento/análise da informação”, que passa por uma categoria de filtros ou processos diferentes. Esses filtros são a seleção/omissão, a distorção e a generalização (Bandler & Grinder, 1997; Vallés, 2014; Allen, 2015; Ready & Burton, 2017; Martenet, 2018). Segundo Allen (2015) a omissão comporta ser seletivo nas experiências e omitir aprazadas informações, da maneira que uma parte é extinta. Por sua vez, a distorção ocorre quando interpretamos mal as informações que nos chegam através dos sentidos (Ready & Burton, 2017). Estas “operam modificações nos dados da experiência, permitem-nos manipular e ajustar as nossas representações internas e, assim, combinar partes de informações que, no fim de contas, nada têm que ver com o conjunto” (Martenet, 2018, p. 17). A generalização consiste em incidir as características de um caso específico sobre uma categoria inteira, ou seja, considerar que algo é uma verdade universal com base numa experiência limitada (Ready & Burton, 2017; Martenet, 2018). Por fim, a última fase do ciclo comportamental, isto é, “a resposta verbal e/ou comportamental e relativa” (Martenet, 2018, p. 16).

Resumidamente, as informações da realidade do mundo exterior são captadas, pelo sujeito, por um conjunto de filtros (neurológico, pessoal e sociocultural). De seguida, as

informações são acareadas com os dados preexistentes na memória. De novo, três classes de filtros (seleção/omissão, distorção e generalização) intercedem, alterando, por sua vez, a realidade. No fim desta fase, os componentes estão agrupados para decidir a resposta a dar. Regra geral, esta é “expressa através da linguagem não verbal, acompanhada ou não de palavras” (Monteiro, 2017, p. 20).

Desta forma, comunicar é, pois, “trocar ideias, sentimentos e experiências entre pessoas que conhecem o significado daquilo que se diz e do que se faz. Isto significa que a comunicação é um processo que visa tornar comum, partilhando, pensamentos, ideias e sentimentos” (Fachada, 2018, p. 24).

1.3. Linguagem Verbal

A linguagem verbal ou digital é menos fiável do que a linguagem não verbal ou analógica, exprimindo cerca de 20% e 80% da mensagem, respetivamente (Bateson, 1984; Fachada, 2018), sendo que a linguagem verbal ou digital divide-se em dois: “escrita (livros, cartazes, jornais, cartas, internet) e oral (diálogo entre duas pessoas, televisão, telefone)” (Fachada, 2018, p. 37). Ao tentar interpretar a linguagem verbal o Homem é conduzido, “ainda que não tenha consciência disso, a realizar micro ou macrotraições da interpretação. Portanto, num determinado momento, podemos ficar inspirados ao contemplar a beleza contida numa pintura, e noutro momento podemos ficar inertes perante a mesma” (Cury, 2007, p. 240). Sendo a comunicação um momento de riqueza e complexidade, a parcimónia de informações no momento de falar dessa experiência, converte a linguagem que utilizamos impreterivelmente incompleta e deformada. Por esta razão, a PNL adotou um instrumento inteligível designado metamodelo da linguagem (Martenet, 2018). Laconicamente, esta ferramenta “é uma técnica que nos permite clarificar o que dizemos, que nos alerta para o autoengano, que nos facilita abarcar o que queremos dizer com o que dizemos, para que a linguagem volte a conjugar-se com a experiência” (Vallés, 2014, p. 63). Destarte, apesar do facto de 80% da linguagem ser não verbal (como suprarreferido), deve-se dar relevância também à comunicação verbal, pois a “deteção da verdade/mentira é mais eficaz quando se toma em consideração o conteúdo verbal por contraposição à concentração apenas no comportamento não verbal” (Sousa, 2013, p. 145), pelo que o investigador deverá ter ambas em consideração.

1.3.1. Metamodelo da Linguagem

Com efeito, à luz da definição apresentada por Bandler & Fitzpatrick (2009), este modelo permite que as pessoas especifiquem e esclareçam uma determinada informação, bem como “abrir e enriquecer o modelo do mundo de uma pessoa” (Bandler & Fitzpatrick, 2009, p. 344). Por outras palavras, viabiliza “localizar a natureza das transformações operadas pelo sujeito que fala e, por outro lado, questioná-lo de modo a que reencontre e eventualmente exprima a informação mais completa e mais exata” (Martenet, 2018, p. 34). Deste modo, e com base no subcapítulo 1.2., pode-se aferir que tais transformações são provocadas pelos filtros aquando do tratamento da informação, pelo que este modelo oferece um conjunto de questões que permitem superar tais barreiras à comunicação (Ready & Burton, 2015). Em contrapartida, Campbell (2018, p. 122) refuta dizendo que este modelo “não é apenas uma série de perguntas do tipo interrogatório para forçar as pessoas a preencher os espaços em branco na maneira como descrevem os seus problemas e o mundo a seu redor”, mas sim uma ferramenta que permite distinguir a perceção da realidade (Campbell, 2018). Veja-se Martenet (2018), esta faz referência a este modelo como o protótipo indicado para fazer face aos filtros aludidos anteriormente, identificando 11 tipos de sintaxes⁷, denominadas violações do metamodelo. Concernente à seleção/omissão, são apresentadas 4 violações. São elas: os verbos não específicos, a supressão do comparativo, a supressão do índice de referência ou nomes não específicos e a supressão simples (Bandler & Grinder, 1982; Campbell, 2018; Martenet, 2018). Relativamente à distorção são afiguradas também 4 tipos de estruturas sintáticas, designadamente a equivalência complexa, a ligação de causa e efeito, a leitura de pensamento e a nominalização (Bandler & Grinder, 1982; Campbell, 2018; Martenet, 2018). Contrariamente, Ready & Burton (2017) sugerem que a nominalização será uma violação resultante de um mecanismo de seleção/omissão, em vez de distorção. Por fim, o filtro da generalização apresenta 3 violações, perfazendo o total de 11. São elas: a origem perdida, os operadores modais e os quantificadores universais (Bandler & Grinder, 1982; Ready & Burton, 2017; Campbell, 2018; Martenet, 2018).

Aquando de uma inquirição/interrogatório, o investigador deverá recorrer a este metamodelo para recolher o máximo de informação possível. Assim sendo, deverá colocar um conjunto de questões (ver anexo B) que permitem clarificar a realidade dos acontecimentos, de modo a lavrar os autos com uma maior transparência, conduzindo a investigação no sentido do apuramento da verdade (Sousa, 2013).

⁷ Cfr. Anexo B.

1.3.2. Padrões Linguísticos de Caráter Hipnótico

Segundo Bandler & Grinder (1975) a hipnose consiste numa outra ferramenta ao dispor da PNL para compreender a mensagem que advém de um dado sujeito, contribuindo para “programar” e “desprogramar” um dado sistema, que é a mente. É “um processo para conduzir a pessoa a um determinado estado, onde seja possível ter acesso mais direto à mente inconsciente⁸. É aí que as mudanças poderosas podem ser feitas, deliberadamente, através do uso de sugestões” (Bandler & Fitzpatrick, 2009, p. 344). De acordo com Price (2016, p. 55) “o hipnotismo garante basicamente o acesso à mente subconsciente ou inconsciente”. No entanto, existem diversas maneiras de aceder a esses estados mentais através de diversos tipos de hipnose, tais como a hipnose tradicional, a auto-hipnose, a hipnose Ericksoniana, entre outros, sobrelevando-se o modelo utilizado pelo hipnoterapeuta Milton Erickson (Price, 2016; Campbell, 2019; Johnson, 2019). Assim sendo, a hipnose Ericksoniana “é uma abordagem altamente qualificada e pertinente para avaliar pessoas que têm acesso à mente consciente” (Johnson, 2019, p. 107). Consiste, sumariamente, em utilizar histórias, designadas como metáforas ou analogias, por forma a que o hipnotizado aceda à sua mente inconsciente. Essas histórias ou metáforas são vistas e aceites pela mente consciente. Quando estas passam pela mente consciente, de seguida, são redirecionadas para a mente subconsciente para que considere a metáfora. Aqui, a informação é processada e será entendido o valor real ou a moral da história. Desta forma, o pensamento antigo irá ser alterado por um novo, de acordo com as novas crenças instigadas pela metáfora ou analogia (Price, 2016; Campbell, 2018; Campbell, 2019; Johnson, 2019). Todavia, este processo de hipnose poderá ser um pouco complexo de utilizar por um investigador que não seja hipnoterapeuta, pelo que Bandler e Grinder (1997) identificaram determinados padrões de comportamento de Erickson para simplificar a utilização da hipnose por qualquer pessoa. Por conseguinte, adotou-se para a PNL vários padrões ou técnicas de linguagem, destacando-se aquelas que se consideram ser mais relevantes pelo autor. A primeira é designada *Pacing and leading* (Bandler & Grinder, 1997; Campbell, 2018), tendo por base duas técnicas, designadamente “uma visão mais subtil do espelhamento (...) e reafirmar determinados factos e assumir o controle” (Campbell, 2018, p. 85). Por outras palavras, e remetendo a uma inquirição/interrogatório, se o inquirido/arguido gosta de iniciar uma conversa com uma caneta na mão, então o investigador pode copiar o mesmo gesto, mas de forma muito subtil.

⁸ A mente inconsciente é “onde se produzem os sonhos e onde se regula as funções corporais, tais como o bater do coração, respirar e padrões habituais de comportamento. É onde estão contidas todas as memórias, sabedoria e a percepção” (Bandler & Fitzpatrick, 2009, p. 345).

Se essa pessoa falar num tom de voz suave, então deve suavizar-se também. Se eles cruzam as pernas, o investigador deverá cruzar alguma parte do corpo, como por exemplo os braços. Se eles baterem o pé quando a perna estiver cruzada, deve-se mexer o dedo da mão, assumindo desta forma o controle da situação (Bandler & Grinder, 1997; Campbell, 2018). Esta é o pré-requisito para a hipnose. Após concluída a primeira fase segue-se uma segunda técnica, a comunicação analógica. Define-se como sendo um padrão frequentemente utilizado para ajudar o indivíduo a assumir os comandos incorporados⁹, ignorando a mente consciente, acedendo, por sua vez, diretamente à mente inconsciente (Bandler & Grinder, 1997; Campbell, 2018). De modo a elucidar, tenha-se em conta o seguinte exemplo. O investigador fala com a testemunha ou com o arguido pronunciando a seguinte frase: “Pode responder-me assim que estiver preparado” (Campbell, 2018, p. 87). Neste caso, esta frase acompanhada de um movimento corporal como as mãos do investigador a apontar na sua direção, irá ajudar o sujeito a assumir o comando incorporado, ou seja, cada vez que este movimento seja executado, a mente inconsciente da testemunha/arguido irá ser acedida. Da mesma forma, quando o investigador diz a uma testemunha que não há necessidade de estar nervosa/o, que basta apenas responder com verdade às questões colocadas, pode-se fazer uma pausa antes da palavra verdade, ou até bater com as mãos na mesa, de modo a criar o estímulo de acesso à mente inconsciente (Bandler & Grinder, 1997; Sousa, 2013; Campbell, 2018; Campbell, 2019; Johnson, 2019).

Em síntese, verifica-se que a hipnose pode também ser aplicada por investigadores que não dominam a área, pela utilização de padrões linguísticos de carácter hipnótico, tornando-se cada vez mais próximo o objetivo primordial da investigação, isto é, reunir os pressupostos reais de um facto em detrimento da percepção do indivíduo, removendo todas as barreiras e obstáculos à comunicação.

1.3.3. Metaprogramas

Na PNL eleva-se a importância dos metaprogramas¹⁰, ou seja, um conjunto de “filtros internos inconscientes e habituais que aprendemos a utilizar na nossa experiência. Eles

⁹ Os comandos incorporados são orientações integradas numa frase, fazendo uma distinção, geralmente com voz mais baixa, mais lenta ou mais alta. Todavia, pode assumir a forma de pausa ou ruído antes do comando ser “entregue”. Essa marcação poderá ser exclusivamente comportamental, como linguagem corporal, gesto ou movimento ou desviar o olhar e depois voltar a usar o tom de voz, volume e velocidade para destacar essa parte da frase do remanescente (Bandler & Grinder, 1997; Campbell, 2018).

¹⁰ A palavra metaprograma “tanto pode designar o conjunto constituído – falamos também de metaperfil –, como um dos elementos (padrões) que o compõem. Neste último caso, falamos de metaprogramas no plural” (Martenet, 2018, p. 19).

determinam quais as informações que serão entendidas e de que maneira” (Seymour & O'Connor, 1996, p. 150). De forma mais simplificada, são os filtros internos que se usa para entender a informação que se recebe, determinando o comportamento. Filtram a informação baseada sensorialmente no ambiente externo, conduzindo o pensamento e decidindo onde focar a atenção (Bavister & Vickers, 2011; Shapiro, 2015; Passos, 2016; Ready & Burton, 2017). “O indivíduo estrutura de forma mais ou menos rígida os seus padrões de funcionamento, tanto no momento da percepção e da análise da realidade, como no da escolha da resposta a dar” (Martenet, 2018, p. 18). Por esta razão, a PNL propõe uma grelha de análise destes padrões sob o nome de metaprogramas (Martenet, 2018). Martenet (2018) menciona que as diversas escolas de PNL ainda não chegaram a um consenso sobre as características exatas do conceito, nem ao número e classificações do mesmo. Todavia, verifica-se que existe uma superabundância deste conceito. Bavister & Vickers (2011, p. 72) referem que “só Leslie Cameron-Bandler identificou cerca de sessenta metaprogramas diferentes que nos ajudam a organizar os nossos pensamentos e a concentrar a nossa atenção”. Uma vez que sessenta metaprogramas se torna algo muito extenso, este capítulo irá versar sobre a tipologia apresentada por Cudicio (1988) e Grau (1996), que os dividem em três categorias, que dão resposta a precisamente três perguntas, designadamente “De que se trata?, Como o interpreta? e Porque agiria?” (Martenet, 2018, p. 19). As três categorias referidas são as seguintes: triagem de percepção para os metaprogramas que filtram o quê; análise ou gestão da experiência para os metaprogramas relativos ao como; e motores de ação para os metaprogramas em relação ao porquê (Cudicio, 1988; Grau, 1996).

Mas afinal de contas, para que serve identificar o metaprograma de alguém no contexto da presente investigação? Shapiro (2015) alega que assim que se reconhece o metaprograma de alguém, é possível trabalhar/debater com a pessoa a partir de uma posição de concordância em detrimento de uma posição de conflito, pelo que se o investigador detetar o metaprograma de um dado suspeito ou testemunha poderá recolher mais informação, pois compreende o código do indivíduo. “Pessoas que utilizam padrões de linguagem similares apresentam padrões de comportamento similares” (Ready & Burton, 2017, p. 131). Assim sendo, à luz do esquema¹¹ proposto por Martenet (2018) é possível identificar o comportamento humano pelos metaprogramas. Relativamente à parte superior do esquema, pode-se encontrar a primeira categoria suprarreferida, que serve então para

¹¹ Cfr. Anexo C.

identificar a percepção que uma dada pessoa tem da realidade. Esta categoria encontra-se dividida em seis critérios¹² distintos.

Atinente à parte central do esquema pode-se verificar a segunda categoria referida, ou seja, os metaprogramas de análise da realidade percebida. Esta categoria encontra-se dividida em 8 critérios¹³ distintos.

Por último, o metaprograma que se refere “à natureza da motivação que desencadeia uma ação no sujeito” (Martenet, 2018, p. 25), isto é, os motores de ação que respondem à pergunta “Porque é que o fazes?”. Conquanto, não se irá escrutinar este metaprograma, pois aquando de uma investigação o mais relevante é compreender a percepção que o sujeito tem de uma dada realidade, bem como analisar a realidade percebida pelo sujeito, de modo a ultrapassar os obstáculos à comunicação (Seymour & O'Connor, 1996; Bavister & Vickers, 2011). Assim sendo, constitui-se como extrema importância o domínio de tais metaprogramas, contribuindo para a decodificação da mensagem transmitida.

Em suma, para se utilizar estes metaprogramas com êxito deve-se recorrer aos critérios enunciados e fundamentalmente ter um princípio sempre presente, isto é, “reconhecer que cada um de nós tem a sua própria maneira de filtrar e entender as informações ao seu redor; nenhum de nós está inerentemente certo ou errado; é simplesmente o modo como fazemos isso” (Shapiro, 2015, p. 132).

1.3.4. Linguística Forense

Alegadamente, a linguística e a análise de conteúdo têm o mesmo objeto: a linguagem. Na verdade, não é nada assim. A diferenciação primordial proposta por Saussure (2006) entre a língua e a palavra e que fundou a linguística, marca a diferença. “O objeto da linguística é a língua, quer dizer o aspeto coletivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a palavra, isto é, o aspeto individual e atual (em ato) da linguagem” (Bardin, 1977, p. 43).

Entende-se por Linguística “a ciência que tem por objeto a linguagem humana, os seus aspetos fonéticos, morfológicos, semânticos, sintáticos, lexicais e pragmáticos” (Timbana, 2016, p. 42), pelo que a Linguística Forense (LF) é o resultado dessa ciência aplicada em contextos criminais ou de direito. A LF é, portanto, uma subárea da Linguística Aplicada, que se incumbe pelo emprego de conceitos teóricos e práticos da linguística para apresentar evidências criminais (Timbana, 2016), pelo que se reforça a importância da

¹² Cfr. Apêndice A.

¹³ Cfr. Apêndice B.

mesma para a IC. Uma vez que a língua é como uma “impressão digital”, em virtude de ninguém falar ou escrever igual a outro, cabe, pois, à LF escrutinar tais diferenças (Coulthard, 2002; Filipovic & Gascón, 2018). A linguagem na procura de evidências criminais engloba dois aspetos fundamentais, designadamente a autoria e a interpretação do significado. Por outro lado, a linguagem como discurso legal incorpora as deliberações judiciais, o discurso da sala do tribunal e o discurso entre advogados e outras pessoas fora do tribunal. Acrescenta-se ainda o facto de que os linguistas forenses também estudam uma ampla gama de interações, incluindo aquelas que ocorrem nas prisões e dentro do serviço policial (Olsson & Luchjenbroers, 2013). Nesta senda, verifica-se que diferentes áreas da criminalística, como por exemplo a documentoscopia¹⁴, por si só, não podem dar conta da complexidade investigativa, pois, a escrita evoluiu com o desenvolvimento tecnológico, sendo que a maior parte dos cidadãos já escreve a computador. Por este facto, urge a necessidade de analisar linguisticamente as palavras, as frases e o discurso, constituindo-se, deste modo, objeto de estudo forense (Timbana, 2016). Pode-se argumentar que, dentro do sistema de justiça criminal (SJC), muitas pessoas acreditam que, se falam o mesmo idioma, então é consabido aquilo que está a ser dito, porém, isto não é verdade, pois é possível entender as palavras que se está a ouvir, mas não entender o significado por trás das mesmas (Otu, 2015). Como se verifica no subcapítulo 1.1, o inquérito pode ser definido como “uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar (...)” (Matalon & Ghiglione, 1995, p. 8). Todavia, esta interrogação é sujeita a um “registo legal, formal e cronologicamente escrito, elaborado por autoridade legitimamente constituída (...)” (Silva, 2002, p. 42), que deve obedecer às normas linguísticas específicas e, na sua expressão escrita, mobilizar conhecimentos de estudos lexicais, da análise morfossintática, da análise semântica, pragmática e do discurso (Timbana, 2016).

No que respeita à aplicabilidade da LF, importa mencionar que esta tem obtido um crescimento exponencial e procura auxiliar a qualidade dos serviços prestados em prol da justiça (Olsson & Luchjenbroers, 2013), pelo que em 1993 foi fundada em Inglaterra a Associação Internacional de Linguistas Forenses (AILF) (Colares, 2017).

Em suma, verifica-se uma relação simbiótica entre a PNL e a LF, uma vez que a Neurolinguística é uma disciplina que se preocupa com as formas como o cérebro (neuro) entende a linguagem (linguística), tanto interna, como externamente.

¹⁴Documentoscopia é “a parte da criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, em caso contrário, determinar a sua autoria” (Mendes, 2010, p. 1).

1.4. Linguagem Não Verbal

Quando se fala em comunicação não verbal, pode-se proferir um conceito cientificamente problemático, visto que ela pretende caracterizar toda a comunicação que surge para lá do verbo (Esperança, 1993). Em muitos casos, a comunicação pode exigir mais do que ouvir, e é aí que a comunicação não verbal entra em jogo (Otu, 2015). Por conseguinte, este capítulo permite entender este fenómeno, percebê-lo e, quiçá, fazer o melhor uso dele.

“Perante a incoerência entre a comunicação verbal e não verbal do emissor, a comunicação não verbal é mais determinante na medida em que é mais inconsciente, ou seja, é uma expressão mais direta das emoções” (Fachada, 2018, p. 37). Robbins (2018, p. 178) refere também que “a emoção é criada pelo movimento”. Assim sendo, “tudo o que sentimos resulta da forma como usamos os nossos corpos. Até mesmo mudanças mínimas nas expressões faciais ou gestos mudarão a forma como nos sentimos (...), por conseguinte, a forma como pensamos e a forma como agimos” (Robbins, 2018, p. 178). Em função disso, a comunicação não verbal é alvo de destaque, no que respeita à deteção da mentira de um dado arguido ou testemunha (Sousa, 2013; Vrij, 2016), uma vez que as palavras transmitem convicções e, por outro lado, as expressões faciais, as posturas e os gestos transmitem emoções. Desta maneira, se não existir consonância entre os gestos e as palavras, as expressões faciais e as posturas, não existirá, da mesma forma, conformidade entre as emoções e as ideias (Monteiro, 2017). “O corpo reflete os pensamentos e traduz em gestos, posturas e expressões faciais os verdadeiros sentimentos das pessoas” (Monteiro, 2017, p. 15). Constata-se, pois, que diferentes sinais corporais acompanham assim as alterações emocionais, cabendo ao investigador calibrar¹⁵ não só as mudanças perceptíveis, como modificações da postura, distribuição do peso do corpo, cruzamento dos braços, mas também oscilações mais discretas, como mímica, tonalidade da pele, ritmo respiratório, dilatação dos poros, movimento e tamanho dos lábios, mãos, gestos de autocontacto, tonicidade muscular do rosto, enfim, as características paraverbais da linguagem (Vallés, 2014; Martenet, 2018). Para que tal aconteça, é fundamental estabelecer técnicas de compassamento¹⁶, isto é, “refletir a postura corporal, refletir os movimentos, estabelecer a comunicação ao mesmo nível, adequar-se ao ritmo de respiração, olhar para os olhos, compassar com a voz (timbre,

¹⁵ Calibragem é a “observação dos sinais mínimos e máximos ligados a um dado estado interno” (Martenet, 2018, p. 243).

¹⁶ Compassamento é uma forma de “atingir uma espécie de mimetismo comportamental, que em PNL é denominado acordo ou relação” (Vallés, 2014, p. 57).

tom, ritmo, volume)” (Vallés, 2014, p. 57) do entrevistado ou interlocutor. Segundo Monteiro (2017) existe um neurónio que afeta a parte do cérebro que é responsável pelo reconhecimento da cara e das expressões faciais, sendo que este neurónio provoca uma reação de espelhamento¹⁷. Quando se tenha atingido todos estes fenómenos com eficiência, isto é, calibrar e compassar/espelhar, pode-se conseguir uma condição de relação ou empatia que se designa na PNL como *rapport* (Vallés, 2014; Monteiro, 2017; Martenet, 2018). Posteriormente, criada a harmonia/sintonia com o entrevistado, o próximo passo será estabelecer a linha-base ou *baseline* que consiste num comportamento habitual das pessoas que, por vezes, tendem a ser criados padrões de comportamento repetitivos e habituais e muitas das vezes passam despercebidos ao investigador (Ewens, Vrij, Jang & Jo, 2014; Vrij, 2016; Monteiro, 2017). “Apesar da linha-base ser a peça fundamental para a deteção da mentira, saber identificar o aumento da tensão emocional, o raciocínio excessivo ou as incongruências nas quatro¹⁸ categorias diferentes faz com que seja um detetor de mentiras mais eficaz” (Monteiro, 2017, p. 132). Afinal de contas, o nosso corpo não sabe mentir (Navarro, 2012). “Inconscientemente, sem necessidade de instruções da nossa parte, transmite os nossos pensamentos e sentimentos numa linguagem própria aos corpos das outras pessoas e estes corpos compreendem perfeitamente a linguagem” (Boothman, 2002, p. 65). Quando a polícia interage com os suspeitos, ambas as partes emitem e recebem continuamente sinais não-verbais que incluem, entre outros, gestos, postura, contacto visual, tom de voz alto ou baixo e distância entre indivíduos, e todos estes têm significados (Otu, 2015). Segundo Otu (2015), tudo o que as pessoas fazem pode ter significado para um polícia, incluindo a maneira como ouvem, reagem, olham e se movem. Se o sinal não verbal de uma pessoa não coincide com a afirmação que está a dizer, isso gera desconfiança, pelo que o polícia irá procurar incessantemente pela verdade.

1.4.1. Microexpressões Faciais

O estudo científico das expressões faciais enquanto manifestações da emoção surgiu pela primeira vez em 1872 com a publicação do livro de Charles Darwin, *The Expression of Emotions in Man and Animals*. Neste livro, Darwin reuniu provas de que existem emoções que se exprimem através de expressões faciais universais, bem como emoções específicas apresentam expressões faciais também próprias (Ekman, 2003a). Todavia, Darwin não

¹⁷ Espelhamento é uma técnica que consiste em “refletir o que a outra pessoa está a sentir ou a intentar” (Monteiro, 2017, p. 183).

¹⁸ A deteção da mentira pode ser induzida por determinados alertas, “divididos em quatro categorias: expressões faciais, conteúdo verbal, voz e linguagem corporal” (Monteiro, 2017, p. 125).

considerou a credibilidade das expressões faciais, isto é, se elas podem ser fiáveis ou, por outro lado, enganadoras (Tian, Kanade & Cohn, 2005). No contexto da presente investigação, importa escrutinar as microexpressões faciais e não as expressões faciais propriamente ditas, uma vez que as microexpressões faciais são movimentos subtis e involuntários que ocorrem ao nível da face, pelo que se traduzem de especial interesse para a deteção da mentira (Ekman, 2003b). Consequentemente, é relevante aferir se é possível detetar uma mentira através da análise das microexpressões faciais, pelo que se desencadeiam algumas questões: poderá haver emoção sem uma microexpressão facial? E pelo contrário, microexpressão facial sem emoção? Todas as emoções têm uma determinada expressão associada? Para dar resposta às questões colocadas, Ekman (2003a) refere que existem evidências de que determinadas pessoas podem não demonstrar modificações na atividade facial, mesmo que aleguem sentir emoções e manifestem alterações na atividade do sistema nervoso autónomo (SNA). Nesses estudos, essas pessoas manifestam alterações invisíveis e padronizadas na atividade facial, medidas com eletromiografia¹⁹ (Ekman, 2003a). Pelo contrário, Darwin refere em relação à face que “quando os movimentos, associados pelo hábito a certos estados da mente, são parcialmente reprimidos pela vontade, os músculos estritamente involuntários (...) podem agir; e sua ação é frequentemente e altamente expressiva” (Darwin & Prodger, 1998, p. 54). Esta ação dos músculos involuntários provoca as microexpressões faciais, advindo estas do subconsciente e, portanto, impossíveis de controlar (King, 2014; Cantrell, 2015). Concomitantemente, o núcleo facial recebe impulsos de diferentes partes do cérebro, transmitindo impulsos aos músculos específicos para contrair ou relaxar. A fonte de tais impulsos pode variar consoante as emoções são despertadas de forma voluntária ou involuntária, isto é, a partir do mecanismo do córtex ou áreas inferiores do cérebro, respetivamente (Ekman, 2003a), pelo que se não for possível controlar os músculos involuntários então logicamente não será possível inibir uma microexpressão facial (Fasel & Luetin, 2003). A contração muscular, consequentemente, irá provocar temporariamente (entre 250 milissegundos a 5 segundos) características faciais deformadas, tais como pálpebras, sobrancelhas, nariz, lábios e textura da pele frequentemente reveladas por rugas e protuberâncias (Fasel & Luetin, 2003), surgindo aqui um pequeníssimo espaço temporal para identificar uma dada microexpressão facial.

¹⁹Eletromiografia é o “registo da actividade eléctrica dos músculos e dos nervos que os controlam” (Priberam, 2020).

Segundo Monteiro (2017), as microexpressões faciais são as expressões de menor duração, cerca de um quarto de segundo. Estas, na sua generalidade, indicam o que a pessoa está a sentir, sendo que “atrás de uma expressão facial está uma razão” (Monteiro, 2017, p. 133). Com efeito, para detetar uma mentira é estritamente necessário estar atento a uma possível incongruência emocional, isto é, quando as microexpressões faciais não são adequadas ao que a pessoa está a dizer ou sentir (Ekman, 2003a; Monteiro, 2017). Explanando, quando uma pessoa está feliz, a microexpressão facial de alegria terá de se manifestar. Por outro lado, se ela está triste, como resultado, deverá surgir uma microexpressão facial de tristeza (Monteiro, 2017) e, assim, sucessivamente. Ekman (2003a) alega ainda que, informações emocionais enganadoras são traídas por microexpressões, isto é, expressões faciais fugazes, mas completas, que exibem a emoção sentida durante a ocultação emocional e duram entre 1/25 e 1/5 de segundo. Todavia, no estudo conduzido por Porter & Brinke (2010), embora algumas das microexpressões traíssem a emoção oculta, às vezes ocorriam durante expressões faciais genuínas. Também o tempo previsto por Ekman (2003a), para estas expressões faciais fugazes, fora substancialmente mais elevado.

Com referem Ekman & Friesen (2003), o reconhecimento das microexpressões faciais pode ser aprendido por polícias e/ou investigadores²⁰. Contudo, o rosto tem mais de vinte grupos de músculos distintos que podem criar mais de quatro mil expressões diversas, pelo que se irá concentrar o estudo nas características fundamentais. Desta forma, as sobrancelhas relevam-se muito importantes na deteção das microexpressões faciais, pois como o resto do rosto, elas são controladas por uma variedade de músculos e, portanto, podem ser muito expressivas e comunicar primorosamente os nossos sentimentos (Navarro, 2018). Sobrancelhas levantadas são normalmente sinais de maior consciência (King, 2014), pelo que podem também indicar uma mentira (Glass, 2013). Também a testa deve ser um local de especial atenção (Ekman, 2003a; Glass, 2013; Cantrell, 2015; Navarro, 2018). Em alguns indivíduos, o *stress* manifesta-se repentinamente pela tensão na testa, resultando no enrijecimento dos músculos subjacentes (Navarro, 2018). Ainda Navarro (2018) refere que o movimento da testa, em resposta a um estímulo, usualmente é um bom indiciador de que algo está errado. A boca, especialmente os lábios, é também um fator a ter em conta, pois seja através da compressão ou contração dos mesmos, estes mecanismos estão principalmente associados a pensamentos negativos, inquietações, medos, aflição ou falta de confiança (Glass, 2013; Navarro, 2018).

²⁰ Cfr. Apêndice C.

Em suma, tal como Ekman & Friesen (2003), o investigador deverá dar primazia à deteção de sinais que no seu conjunto indicam uma expressão facial e, por conseguinte, a emoção do sujeito, bem como estar especialmente atento a expressões faciais fugazes ou microexpressões faciais (principais indicadoras da mentira).

1.4.2. Linguagem Corporal

Este subcapítulo pretende demonstrar algumas das principais características da linguagem corporal que podem auxiliar o investigador a detetar incongruências entre o que é dito verbalmente e aquilo que é efetivamente expresso pelas emoções (de forma não verbal). Assim sendo, dividir-se-á este subcapítulo em três partes: cabeça, tronco e membros. No que se refere à cabeça²¹, Navarro (2018) refere que tudo que está contido nela comunica com o exterior de uma forma própria, seja a testa, as sobrancelhas, os olhos, o nariz, os lábios, os ouvidos e até o queixo. Recomenda-se ter especial atenção ao tipo de adorno que determinadas pessoas optam por colocar na cabeça, pois, pode comunicar o “*status* de liderança (...) ocupação (...) estado social (...) *hobbies* (...) lealdade” (Navarro, 2018, p. 15). Também o cabelo é um fator muito importante, uma vez que o tratamento do cabelo é algo que a maioria dos seres humanos procura, pelo que se estiver descuidado poderá sugerir problemas de saúde ou até doença mental (Cantrell, 2015; Navarro, 2018). Por vezes, as pessoas brincam com o cabelo. Segundo Navarro (2018), este é um comportamento pacificador, que dependendo da palma da mão, se está voltada para a cabeça ou para o exterior, poderá indicar *stress* ou conforto, respetivamente. Existem indícios de mentira mais comuns, como por exemplo, a “incongruência entre o sim e o não verbais e o acenar sim ou não com a cabeça” (Monteiro, 2017, p. 142). Aquando de perguntas diretas, os movimentos bruscos com a cabeça manifestam uma mudança do pensamento e elaboração de resposta (Glass, 2013; Cantrell, 2015; Monteiro, 2017; Navarro, 2018). Relativamente aos olhos, importa ter em consideração um dos maiores mitos no processo de deteção da mentira, isto é, “quem não olha olhos nos olhos está a mentir” (Monteiro, 2017, p. 142). Não existe nenhuma relação entre a falta de contacto visual e estar a mentir (Cantrell, 2015; Monteiro, 2017; Navarro, 2018). Todavia, de acordo com os autores mencionados, existem alguns aspetos a ter em conta, tais como: a dilatação/constricção das pupilas, olhos relaxados, o contacto direto, prolongado, ou quebrar de vez em quando esse mesmo contacto (Cantrell, 2015; Monteiro, 2017; Navarro, 2018). O contacto mais verdadeiro que se poderá fazer com

²¹ Cfr. Apêndice D.

os olhos é aquele em que a pessoa desvia de vez em quando os mesmos (Monteiro, 2017). Da mesma forma, quando a pessoa está confortável ou emocionada, as pupilas tendem a dilatar. Por outro lado, quando existe a constrição das pupilas, revela que o indivíduo em causa viu algo que não gostou ou alguma emoção negativa se manifestou (Navarro, 2018). No que concerne à boca, os movimentos dos lábios são vitais, pois são dos maiores reveladores de emoções (Cantrell, 2015). “O toque no canto dos lábios é o melhor indicador” (Monteiro, 2017, p. 143). Navarro (2018) refere algumas pistas não verbais a ter em conta, tal como a plenitude labial, ou seja, “os nossos lábios mudam de tamanho e dimensões de acordo com o nosso estado emocional. Ficam pequenos quando estamos stressados e maiores quando estamos à vontade” (Navarro, 2018, p. 51). Também Cantrell (2015) e Navarro (2018) expressam a mesma opinião relativo ao facto de morder o lábio, isto é, um sinal de nervosismo ou preocupação. Relativamente à respiração, Glass (2013) menciona que a primeira coisa que se nota quando alguém mente é uma mudança na respiração. “Quando as pessoas estão calmas e relaxadas, o abdómen sobe ao inspirar e desce ao expirar (...) quando alguém está a mentir, ao inspirar os ombros e tórax elevam-se e ao expirar retraem” (Glass, 2013, p. 66). Já no tronco, Monteiro (2017, p. 144) diz que se tem “de considerar as incongruências do umbigo e dos ombros com o contexto das palavras”. Driver (2010), neste contexto, refere-se à lei do umbigo, explicando que a direção do umbigo é indicadora da intenção corporal da pessoa. Da mesma forma que os pés, o umbigo dá-nos a direção do conforto (Monteiro, 2017). A repentina cobertura da barriga com objetos como livros, carteiras ou mochilas, sugerem insegurança ou desconforto relativamente àquilo que está a ser discutido (Navarro, 2018). No que tange aos membros, sinais importantes e frequentemente subconscientes da linguagem corporal passam pelos braços e mãos (King, 2014). “Se eles estão fechados ou abertos é literalmente a diferença entre se defender de um inimigo, ou recebê-lo de braços abertos” (King, 2014, p. 34). Neste sentido, Monteiro (2017) solicita para que se esteja atento às pessoas que normalmente utilizam muito as mãos para falar e, num momento específico, reduza esse movimento, cruze inclusive os braços, faça gestos limitados, inflexíveis ou mecânicos, pois houvera uma alteração da linha-base. Nesta situação, o cruzamento dos braços poderá servir como um escudo de autoproteção caso a pessoa se esteja a sentir vulnerável ou insegura (Glass, 2013). Por sua vez, as pernas e os pés também exprimem muito bem as emoções (Glass, 2013; King, 2014; Monteiro, 2017; Navarro, 2018), sendo “os pés a parte do corpo que emite sinais mais honestos” (Monteiro, 2017, p. 145). O nível de confiança de uma pessoa geralmente revela-se pela posição em que se senta (Glass, 2013; King 2014; Cantrell 2015; Navarro, 2018). Quando durante uma

conversa as pernas de repente se juntam, sugerem insegurança (Navarro, 2018). Também, no mesmo contexto, cruzar as pernas pode induzir uma certa submissão, bem como fracas convicções (King, 2014). Tal como Monteiro (2017), King (2014) faz alusão à honestidade dos pés. Alega que “o posicionamento dos dedos dos pés indicam as suas prioridades” (King, 2014, p. 30). Tome-se como exemplo os pés estarem voltados para a porta da sala de interrogatório. Este sinal indica desconforto e manifesta a vontade em sair da sala (Glass, 2013). Identicamente, os pés que ficam de repente achatados e congelados, ou seja, param de se mover, indicam desassossegos ou periculosidades (Navarro, 2018). Pois, tal como refere Cantrell (2015), nós tendemos a congelar o movimento quando estamos ameaçados. Ainda referente aos pés, o balancear do pé é um comportamento repetitivo que serve para uma determinada pessoa se pacificar (Navarro, 2015). Por todos os exemplos apresentados, Monteiro (2017) apresenta uma técnica referente a um estudo nos Estados Unidos da América (EUA) que revela que, “se durante os primeiros quatro minutos de uma conversa surgirem quatro sinais específicos, existe uma grande probabilidade de estar a falar com um mentiroso” (Monteiro, 2017, p. 140).

Resumidamente, existem centenas de sinais corporais que revelam as emoções dos seres humanos. Assim sendo, poderá o investigador aprimorar o seu conhecimento nesta matéria, seja através do estudo dos autores suprarreferidos, ou até, quem sabe, por formações ministradas pela GNR.

CAPÍTULO 2 – PROVA TESTEMUNHAL: VERDADE VS MENTIRA

2.1. A procura da verdade em fase de inquérito: Intervenção do OPC

Preliminarmente, importa definir o que é mentira. Assim sendo, mentira “refere-se ao ato – grande ou pequeno, cruel ou bondoso – de fazer com que alguém acredite em algo que não é verdade” (Hollins, 2019, p. 80). Por outras palavras, pode ser definida como “um erro significativo de um indivíduo para um determinado ganho” (Johnson, 2019, p. 52). É importante ter em consideração que mentir é um ato intencional e que não se lembrar não é o mesmo que mentir” (Vrij, 2008, p. 15). Por outro lado, o engano constitui “um dos meios viáveis de obter declarações confessionais dos suspeitos, envolvendo uma grande quantidade de manipulações psicológicas, na tentativa de conquistar o mesmo” (Temidayo, 2017, p. 227). Assim sendo, levanta-se a seguinte questão: Porque se mente? “A mentira sempre foi um problema moral” (Bond & DePaulo, 2006, p. 214). Esta pode surgir por diversas razões, designadamente económicas, financeiras, políticas, psicológicas, entre outras. Todavia, a maioria das mentiras surge por razões psicológicas e as pessoas que o fazem, não se sentem mal por o fazer, uma vez que este tipo de mentiras manifesta-se por várias causas, seja para nos protegermos a nós mesmos, seja para evitar tensão e conflito nas interações sociais, ou até para minimizar determinados sentimentos (DePaulo, Kashy, Kirkendol, Wyer & Epstein, 1996). Tal como refere Hollins (2019), quer-se goste quer não se goste, criou-se um mundo em que dizer a verdade nem sempre leva avante, pelo que mentir pode realmente facilitar a convivência com as pessoas. Este facto é comprovado “pelo estudo publicado em abril de 2012, que diz que as pessoas que outrora mentiram foram tratadas com mais generosidade do que aquelas que disseram a verdade” (Hollins, 2019, p. 81). Por este facto, Vrij, Granhag e Porter (2010) referem que toda a mentira tem uma intenção positiva.

Não obstante do facto de existirem mentirosos em que os seus comportamentos não manifestam qualquer suspeita, os estudiosos da comunicação não verbal convergem na premissa de que “não é possível comunicar fingindo a linguagem corporal: podemos mentir através de palavras, contudo os nossos gestos corporais serão o nosso maior incriminador” (Anastácio, 2009, p. 97). Por esta razão, faz com que o sujeito esteja mais ciente do que profere do que propriamente o seu comportamento não verbal (Caso, Vrij, Mann & De Leo, 2006), pelo que, “quando um indivíduo mente, sendo antecipadamente instruído sobre os comportamentos que tendencialmente distinguem os mentirosos dos verazes, terá mais sucesso no recurso a medidas defensivas em sede de comportamento verbal do que em sede

de comportamento não verbal” (Caso et.al, 2006, p. 107). Lillian Glass, especialista nesta área, especifica 13 canais de comunicação predominantes nos mentirosos, tais como as alterações na respiração (existindo a tendência a elevar-se os ombros), alterações na pele (tom e presença de transpiração), o suor (mãos, testa, nariz, queixo e parte superior dos lábios), alterações na postura corporal, encolher os ombros, o corpo move-se para trás (quando um mentiroso se apercebe que foi descoberto existe esta tendência), inclinação para a frente (quando o mentiroso está desesperado e quer que acreditem nele a todo o custo), paralisação ou inquietação, mudança da posição da cabeça, tocar no pescoço, puxar a gola da camisola ou arranhar o pescoço e engolir em seco (Glass, 2013).

Tradicionalmente, a deteção da mentira através da linguagem verbal e não verbal, foca-se nas diferenças das emoções entre quem diz a verdade e quem mente. Vários autores referem múltiplas razões, no entanto, ambos confluem para três aspetos predominantes que influenciam a deteção da mentira, quer através da linguagem verbal, quer pela linguagem não verbal. Estas são: a noção que os mentirosos comparativamente com as pessoas honestas revelam muito mais emoções/expressões, particularmente medo como resultado da deteção da mentira; os mentirosos demoram mais tempo a responder a uma dada questão; e, por fim, estão inclinados a utilizar diferentes estratégias para convencer outras pessoas (Vrij et. al, 2010).

Vrij et. al (2010) acrescenta ainda que, para se ser um bom mentiroso tem de se estar habilitado com seis recursos, designadamente ter um comportamento natural que não revele suspeitas, ter uma elevada capacidade cognitiva para mentir, não expressar emoções como medo, culpa ou prazer quando está a mentir, ser um bom ator e aparentar um comportamento honesto, possuir uma atratividade que possa levar a uma inferência de virtude e honestidade e, finalmente, ser um bom psicólogo.

No que respeita à primeira característica, existem certos padrões comportamentais que estão, de certo modo, associados à honestidade e simpatia, tais como: sorrir, acenar com a cabeça, espelhar a postura, gestos articulados, olhar direcionado para que se dirija, enfim, estabelecer o *rapport*, como já fora explicado em capítulos anteriores (Ekman, 2001; Vrij et al., 2010; Johnson, 2019).

Relativamente ao segundo recurso apresentado, os mentirosos podem planejar as suas declarações previamente, pelo que será um mecanismo facilitador para proferir uma mentira. Embora seja óbvio que mentirosos devem preparar uma história que pareça plausível, essa tarefa é difícil para muitas pessoas (DePaulo et al., 2003; Campbell, 2019).

Quanto ao terceiro mecanismo apresentado pelo autor suprarreferido, é perceptível que é mais fácil enganar os outros se o mentiroso não experienciar sentimentos de culpa, medo ou prazer, porque nesse caso, nenhum comportamento emocional precisa de ser suprimido. A ausência de emoções durante a mentira pode estar relacionada com três fatores: a uma exiguidade de remorso em relação a um incidente específico, a pessoa sentir-se naturalmente confortável ao mentir ou por falta de emoção generalizada (Hare, 2006).

No que respeita a ser um bom ator, considera-se o facto de existirem indivíduos que apesar de terem algumas dificuldades em recorrer aos recursos anteriormente apresentados, são bastante credíveis a fingir as suas emoções que, por vezes, torna o trabalho do investigador muito complicado. Consequentemente, são necessárias altas habilidades de descodificação por parte do investigador (Vrij et. al, 2010; Hollins, 2019).

Em quinto lugar, releva-se o facto de que determinados aspetos da aparência física podem sustentar uma dada mentira, levando a inferências de confiabilidade que facilitam o sucesso do mentiroso (Porter, Gustaw & Brinke, 2010).

Por último, ser um bom psicólogo, em virtude dos bons mentirosos também possuírem uma boa visão acerca dos pensamentos das outras pessoas. Eles têm a perceção do que as outras pessoas querem ouvir e sabem transmiti-lo de maneira persuasiva. Por esta razão, a mentira bem-sucedida pode estar relacionada à inteligência emocional (Johnson, 2019).

Após a explicação, justificativa, do que é uma mentira, quais as suas principais motivações, bem como as considerações teóricas acerca das pessoas que mentem e aquelas que dizem a verdade, importa nesta fase perscrutar quais as adversidades e erros cometidos na deteção da mentira, os fatores relevantes na inquirição/interrogatório de testemunhas/arguido, bem como depreender a aplicação de novas estratégias na procura da verdade.

2.1.1. Adversidades e erros cometidos na deteção da mentira

Hodiernamente, os manuais da polícia, bem como pequenas formações que são ministradas aos mesmos, são baseadas na noção de que os mentirosos são mais preocupados e nervosos do que aqueles que dizem a verdade. Todavia, esta teoria tem algumas limitações como se irá escrutinar de seguida (Vrij, 2008; Vrij et. al, 2010; Vrij, 2016).

Em primeira instância, importa mencionar que não são só os mentirosos que experienciam emoções²², uma vez que quem diz a verdade pode manifestar exatamente as mesmas emoções, especialmente quando sabem que vão ser examinados ou têm medo/receio de que não acreditem na sua palavra (Vrij et al. 2010). Em segundo lugar, as pistas que surgem relativamente ao facto de os mentirosos demorarem mais tempo a responder para excogitar uma mentira tem algumas limitações, pois existem pessoas muito pensativas, isto é, que demoram a dar uma resposta, e podem efetivamente não estar a mentir (Vrij et al. 2010). Porquanto, a tendência ao longo dos tempos foi passar de uma abordagem baseada em emoções para uma abordagem associada ao tempo de resposta (Vrij et al. 2010; Sousa, 2013; Vrij, Fisher & Blank, 2017). No entanto, algumas lacunas continuam a persistir no que respeita à deteção da mentira. Desde a falta de motivação para apanhar mentirosos - *The Ostrich Effects*²³ – em que as mentiras geralmente permanecem sem serem detetadas porque os entrevistadores não se empenham em descobrir a verdade, uma vez que é mais fácil ouvir algo que fora fabricado do que tentar captar determinadas incongruências (Vrij, 2008); até à dificuldade em detetar a mentira, derivado do facto de não existir pistas de linguagem verbal ou não verbal que digam *ipsis litteris* que determinada pessoa está a mentir – *Absence of Pinocchio's growing nose*. Tal facto acontece, em virtude de não existir algo que se compare ao que acontecia a *Pinocchio*, ou seja, crescer o nariz por cada vez que esta a mentir (Sporer & Schwandt, 2006).

No estudo desenvolvido por DePaulo et.al (2003) foram investigadas 158 pistas das quais 118 (75%) não estavam associadas de todo à mentira, pelo que se salienta que as diferenças entre as pessoas que dizem a verdade e as que mentem são muito pequenas, sendo que o estudo supracitado demonstra que apenas 25% das pistas é que estavam associadas à mentira. Desta forma, o autor referido menciona que, por vezes, os manuais da polícia acabam por ser um pouco irreais no que toca a esta temática, pois apesar de algumas ressalvas, expõem a matéria como se fosse algo infalível, sendo a exposição de fotografias com pistas descritivas para a procura da mentira parte integrante destes manuais (DePaulo et al., 2003). Regra geral, a comunidade científica menciona que as pistas para a deteção da mentira são pouco confiáveis e débeis (Inbau, Reid, Buckley & Jayne, 2001). Tal facto acontece, uma vez que tanto as pessoas que dizem a verdade como aquelas que mentem, de

²² Emoção é o “sentimento e raciocínios daí derivados, estados psicológicos e biológicos, e o leque de propensões para a ação” (Goleman, 2003, p. 310).

²³ *The Ostrich Effects* ou efeitos de avestruz, em português, na área da psicologia, consiste no resultado do conflito entre aquilo que a nossa mente racional sabe que é importante e aquilo em que a nossa mente emocional acredita (Vrij, 2008).

facto, apresentam os dois principais indicadores de mentira, isto é, experienciam emoções e apresentam um tempo de resposta elevado (Sousa, 2013). “O mentiroso pode controlar com sucesso o seu discurso e comportamento de modo a não exibir nervosismo” (Sousa, 2013, p. 93), pelo que “o mentiroso não está necessariamente mais nervoso do que o declarante veraz” (Granhag & Hartwig, 2012, p. 138). Outra complicação que surge para quem tenta detetar a mentira é que os mentirosos, principalmente os mais experientes, esforçam-se, deliberadamente, para parecerem credíveis, de modo a evitar a deteção, isto é, utilizam contramedidas (Vrij et.al, 2010). Acrescenta-se o facto de que estes, por vezes, percebem que os investigadores/entrevistadores estão com atenção às suas reações comportamentais, de modo a tentar verificar a sua veracidade, pelo que intentam controlar os seus comportamentos para que possam trair as suas mentiras (Buller & Burgoon, 1996). Uma outra dificuldade que emerge é o facto de as mentiras geralmente serem incorporadas em verdades, isto é, ao invés de contar uma mentira que seja totalmente falsa, os mentirosos utilizam uma história verdadeira. Por exemplo, aquando da pergunta do que o mentiroso teria feito terça-feira à noite, ele poderia responder o que fez, efetivamente, segunda-feira. Assim, a maioria da afirmação torna-se verdadeira, com apenas uma minúscula, mas vital, mentira, neste caso, por omissão ou negação (Hartwig, Granhag & Stroëmwall, 2007). Um outro obstáculo à deteção da mentira é o facto de os investigadores não receberem nenhum *feedback* adequado aquando do julgamento de um dado indivíduo e, portanto, não podem aprender com os seus erros. Considera-se de extrema relevância que eles possam aprender como os mentirosos realmente se comportam e o que eles realmente dizem, pelo que, com esse *feedback* melhores estratégias para a deteção da mentira poderiam surgir (Vrij et al., 2010). Neste âmbito, urge uma outra questão que se prende com as regras de conversação/comunicação. Estas regras determinam que o locutor deve olhar nos olhos do interlocutor, mas os olhos, só por si, geralmente não revelam informações confiáveis sobre a mentira (DePaulo et al., 2003), apresentando-se, assim, mais uma barreira à compreensão da veracidade dos factos. Por fim, mas não menos importante, existem numerosas pessoas que são mentirosas proficientes, isto é, habilitadas com os seis recursos anteriormente referidos (Vrij et.al, 2010).

Após apreciadas as adversidades no momento da deteção da mentira, sobreleva-se, neste capítulo, os principais erros cometidos pelos investigadores na deteção da mesma, que assenta no cerne de todo o trabalho de investigação, visando a correção de eventuais equívocos ou confusões. Assim sendo, Vrij et al. (2010) consideram que existem oito erros comuns que podem ser identificados, tais como examinar as pistas erradas; dar um ênfase

exagerado às pistas detetadas pela comunicação não verbal; o erro de *Othello*; o uso da heurística; descurar as diferenças interpessoais; e, por sua vez, as intrapessoais; emprego de algumas técnicas de entrevista deficitárias; e, por fim, o excesso de confiança nas suas habilidades para detetar a mentira.

Relativamente ao primeiro erro cometido, existem crenças popularizadas sobre o comportamento das pessoas quando tentam dizer uma mentira. Insolitamente, muitos profissionais dedicados a esta área esperam que os mentirosos ajam de forma nervosa, exibindo aversão ao olhar, isto é, desviar o olhar, bem como exprimir os denominados gestos de higiene, ou seja, a utilização de pacificadores de stress (ver subcapítulo 1.4.) (Taylor & Hick, 2007; Vrij, 2008). Todavia, estes sinais não são confiáveis para deteção do engano (DePaulo et al., 2003; Sporer & Schwandt, 2007). Por vezes, subsistem manuais da polícia, por todo o mundo, que preconizam os investigadores a estarem alertas aos sinais de nervosismo, de modo a tentar detetar o engano (Vrij & Granhag, 2007). DePaulo et al. (2003) refere que tais crenças poderão ter surgido pelo facto de as pessoas frequentemente desviarem o olhar quando se sentem envergonhadas, parecendo, de certo modo, que se encontram nervosas. Por conseguinte, surge a questão: Porque persistem tais crenças? Um fator importante, de entre outros, que dá resposta a tal questão é a tendência para a confirmação, isto é, procurar informações que validem as nossas crenças (Darley & Gross, 1983).

Tendo em consideração a segunda erronia apresentada, constata-se que na maioria dos casos, os observadores creem nas pistas manifestadas pela comunicação não verbal. Isto acontece porque a maior parte das vezes os entrevistadores não conhecem assim tão bem os factos em causa, pelo que, apenas uma minoria conhece verdadeiramente os factos (Reinhard & Sporer, 2008). Uma outra questão prende-se com o facto de que formular e fazer as melhores perguntas em alguns contextos, particularmente entrevistas suspeitas, pode ser uma tarefa hermética, pelo que são exigidas elevadas destrezas cognitivas por parte do investigador (Patterson, 2006). Assim, os entrevistadores estão inclinados a detetar o engano através da comunicação não verbal, pois o processamento de pistas não verbais requer menor capacidade cognitiva do que pistas verbais (Reinhard & Sporer, 2008).

No que respeita ao erro de *Othello*, verificou-se, anteriormente, que é comum interpretar sinais de nervosismo como uma pista para a deteção da mentira. Contudo, uma falha que ocorre sistematicamente aos entrevistadores/inquiridores, é não considerarem que quem diz a verdade pode também experienciar a mesma agitação, uma vez que estes têm a crença que se não acreditarem nas suas palavras podem enfrentar consequências negativas

(Ofshe & Leo, 1997). A interpretação errônea dos sinais de nervosismo é referida como erro de *Othello* pelos investigadores da mentira com base em Shakespeare (Ekman, 2001). O erro de *Othello* é particularmente problemático na tentativa de identificar mentiras de alto risco devido à intensa necessidade da procura da mentira e a uma série de vieses cognitivos que contribuem para a tomada de decisão com efeito túnel²⁴ (Porter & Brinke, 2010).

Quanto à heurística, quarto erro comum detetado, é necessário entender, desde logo, em que consiste tal conceito. As heurísticas “são regras cognitivas que, inconscientemente, o ser humano aplica ao processar informação que recebe do exterior e que permitem reduzir operações de raciocínio às mais simples tarefas complexas de atribuir probabilidade e prever valores” (Sousa, 2013, p. 154). Assim sendo, por norma, os investigadores operam desta forma, isto é, focalizam-se num subconjunto de informação que, em vez de procederem a uma avaliação minuciosa, utilizam regras simples de decisão (Sousa, 2013). Tome-se como exemplo o seguinte caso: “Um bancário confrontado por um ladrão que tem uma mão no bolso e afirma ter uma arma no mesmo” (Vrij et al., 2010, p. 98). A grande questão, neste momento, é identificar a heurística a utilizar, ou seja, regra geral os ladrões mostram a arma para intimidar, uma vez que ele ameaça ter uma, provavelmente está a fazer *bluff*. Ou, por outro lado, como ter a mão no bolso naquele momento é um ato suspeito, então ele realmente pode ter uma arma pelo que se deverá ter cautela (Vrij, 2008; Vrij et al., 2010).

No que tange a descurar as diferenças interpessoais, como é consabido, existem grandes diferenças individuais no comportamento e no próprio discurso das pessoas. Surgem, por vezes, aquelas que fazem vários movimentos, são muito eloquentes, demonstram grandes variações nas respostas fisiológicas e, em contrapartida, existem pessoas que são totalmente o oposto (DePaulo & Friedman, 1998). Alguns observadores utilizam ferramentas validadas cientificamente, como por exemplo as *statement validity assessments* (SVA), ou seja, avaliações que validam declarações, porém, a maior parcela não o faz quando tenta avaliar respostas comportamentais (ver subcapítulo 2.2.) (Vrij, 2008). Por conseguinte, as pessoas cujo comportamento natural pareça suspeito, correm o risco de serem falsamente acusadas de mentir (Vrij et al., 2010). A tendência de interpretar comportamentos nervosos como suspeitos sem ter em ponderação as dissemelhanças individuais coloca vários grupos de pessoas em risco, designadamente indivíduos

²⁴ Efeito túnel preconiza o *The Ostrich Effect* ou efeito de avestruz, ou seja, a nossa mente racional foca-se no que considera importante, descurando, de certo modo, o meio envolvente. Assim sendo, limita o nosso campo de visão ou atenção ao problema (Vrij, 2008).

introvertidos e pessoas socialmente ansiosas (DePaulo, Epstein & LeMay, 1990; Vrij et al., 2010).

Concernente ao sexto erro detetado, isto é, descurar as diferenças intrapessoais, constata-se que pessoas díspares respondem de maneira diferente, não apenas na mesma situação (diferenças interpessoais), mas também em diferentes contextos (diferenças intrapessoais). Neste sentido, os agentes de autoridade que levam a cabo a investigação são aconselhados a examinar o comportamento natural e verdadeiro de uma pessoa na fase de pré-entrevista, isto é, antes de começar a entrevista propriamente dita, para que possam interpretar as diferenças de comportamento. Desta forma, conseguem estabelecer o *baseline* ou linha-base da pessoa (ver subcapítulo 1.4.) (Inbau et al., 2001; Vrij et al., 2010; Monteiro, 2017). Todavia, Vrij et al. (2010) defende que este tipo de abordagem apesar de parecer vantajosa, é propícia a julgamentos incorretos, uma vez que se baseia numa comparação incongruente ou em diferentes contextos, contrariamente a Frank, Yarbrough e Ekman (2006) que não a consideram inconcludente, de todo.

Alusivamente ao sétimo erro assinalado, ou melhor ao emprego de algumas técnicas de entrevista deficitárias, constata-se que muitas estratégias de entrevista preconizadas pelos manuais da polícia podem prejudicar a deteção de mentiras. Por exemplo, os investigadores, por vezes, são aconselhados a confrontar os suspeitos no início da entrevista com as provas que possuem (Hartwig, Granhag, Stromwall & Kronkvist, 2006). Contudo, pesquisas experimentais revelaram que esse estilo de entrevista complexifica a deteção de mentiras (Hartwig, Granhag, Stromwall & Vrij, 2005). A ignorância sobre o nível de conhecimento mantido pelo investigador poderá ser a melhor arma para condução da entrevista, pois, desta forma, os entrevistados poderão discorrer sobre factos contraditórios (Ofshe & Leo, 1997). Uma outra estratégia que se revela bastante negativa é acusar alguém de mentir para ver a reação da pessoa. Neste caso, surge a oportunidade perfeita para escapar às perguntas, pois o que acontece a maioria das vezes é o indivíduo em causa pedir para que seja constituído como arguido e, conseqüentemente, remete-se ao silêncio. Assim sendo, rapidamente se compreende que não é com um indivíduo em silêncio que se consegue verificar determinadas incongruências (Ofshe & Leo, 1997; Vrij et al., 2010).

Finalmente, o último lapso destacado na deteção da mentira por parte dos investigadores, ou seja, o excesso de confiança nas suas habilidades para detetar a mentira. Meissner e Kassin (2002) mencionam que, por vezes, investigadores menos experientes têm tanto sucesso quanto os mais experientes porque descuram menorens, ou seja, prestam mais atenção ao detalhe. Vrij (2008) alega que parte desse excesso de confiança

advém da promoção excessivamente zelosa das ferramentas disponíveis para a deteção de mentira. Porém, até agora, não existe nenhuma ferramenta credível a 100% que se baseie na linguagem verbal e não verbal. Por esta razão, o excesso de confiança na altura de detetar a mentira poderá ser prejudicial na medida em que geralmente resulta na tomada de decisões de forma célere com base em informações supérfluas (Porter & Brinke, 2010). Além do mais, poderá fazer com que os investigadores tentem detetar mentiras apenas através do comportamento e não procurem evidências físicas (Colwell, Miller, Lyons & Miller, 2006).

Por tudo isto, os investigadores deverão ter atenção aos erros comuns apresentados e aprender com os mesmos, pois só assim se poderá conduzir uma investigação de excelência.

2.1.2. Viabilidades na procura da verdade

Após descritas as principais adversidades e erros cometidos pelos investigadores na deteção da mentira, apresentam-se, neste subcapítulo, algumas soluções para colmatar esses mesmos desacertos acima explanados. Destarte, Vrij et. al (2010) dividem esta tarefa em duas fases, sendo a primeira evitar os erros, fornecendo diretrizes neste sentido, e em segundo lugar, explorar os diferentes processos mentais dos mentirosos e dos verazes. Por conseguinte, “o investigador deve evitar examinar as pistas erradas e prestar atenção às pistas verbais e não verbais que surgem durante uma mentira” (Vrij et al., 2010, p. 102). Parece plausível, portanto, que os responsáveis por conduzir tais investigações devam ser ensinados a prestar atenção aos pormenores que realmente importam (Vrij, 2008). Frank et.al (2006), conduziram vários estudos que promovem a preparação destes entrevistadores. Três formas de aprendizagem foram estudadas. Na primeira, eram expostos a entrevistas gravadas em vídeo com várias pessoas, umas que diziam a verdade e outras que, por sua vez, mentiam. Na segunda, usou-se um procedimento de focalização, no qual os observadores prestavam atenção apenas aos pormenores-chave, esquecendo os demais. Por último, os observadores eram ministrados acerca da relação real entre certos comportamentos e a deteção do engano, promovendo de seguida um conjunto de exercícios com vista a colocar em prática tais ensinamentos. Em comparação com os entrevistadores que não foram submetidos a tais mecanismos de aprendizagem, estes apresentaram uma taxa superior de deteção da mentira. “Os observadores treinados detetaram 57,66% das mentiras enquanto os outros 53,4%” (Vrij et al., 2010, p. 102). Vrij et al. (2010) refere que apesar da margem ser curta, demonstra que com o treino adequado esta capacidade poderá ser desenvolvida. Em alguns estudos levados a cabo por Porter e Woodworth (2007), descobriu-se que a provisão de um dado *feedback*, seja ele preciso ou impreciso, após o julgamento do indivíduo interrogado/inquirido, teve

uma influência positiva, embora modesta, no melhoramento das capacidades para deteção da mentira. Um outro ponto de destaque é “evitar confiar apenas em pistas não verbais” (Vrij et al., 2010, p. 103). Mann, Vrij e Bull (2004) demonstraram, num estudo realizado, 54 partes de várias gravações de vídeo de entrevistas levadas a cabo por investigadores. Dos entrevistados destacavam-se assassinos e incendiários. Através deste estudo, foi possível comprovar que os entrevistadores que davam relevância às pistas verbais, como respostas vagas ou contraditórias, tiveram mais sucesso na deteção da mentira do que aqueles que apenas se baseavam em pistas não verbais. Porter e Woodworth (2007) referem ainda que quanto mais se relata pistas visuais, mais dificuldade se tem na deteção da mentira, pois só se presta atenção aos movimentos corporais. A pedra basilar é examinar incompatibilidades entre o comportamento não verbal e o conteúdo da fala (Ekman, 2001; Ekman & O’Sullivan, 2006). Neste contexto, existe uma regra que deverá ser aplicada pelos investigadores. Designa-se a regra dos “3C”. Esta foi criada com o intuito de precaver possíveis erros de análise (Santos, 2019). O primeiro C diz respeito a congruência, isto é, se a linguagem não verbal corresponde à linguagem verbal. O segundo C refere-se a combinações, ou seja, terá de existir necessariamente mais de um canal de comunicação para se detetar incongruências e, por sua vez, uma mentira (Santos, 2019). Desta forma, surge o protocolo *ScanR*, comprovado cientificamente pela Associação de Inteligência Emocional Norte-Americana, que segue o modelo 3-2-7. Por outras palavras, é possível detetar uma mentira recorrendo para tal a 3 pontos incongruentes, em 2 canais de comunicação diferentes, até ao máximo de 7 segundos após confrontar o indivíduo com um estímulo, como por exemplo uma questão relativamente a um furto (Archer & Lansley, 2015; Santos, 2019). O protocolo mencionado, aluz a 6 canais de comunicação distintos que poderão ser observados, tais como: a voz, o conteúdo da mensagem, o estilo de comunicação, os movimentos da face, linguagem corporal (incluindo os gestos) e a psicofisiologia/sistema nervoso autónomo (SNA) (Archer & Lansley, 2015). Por fim, o terceiro C que retrata o contexto. Neste caso, deverá ser tido em conta o estado emocional do indivíduo, bem como o local da entrevista (Santos, 2019).

A possibilidade de filmar a entrevista para permitir a revisão e análise sistemática, é fundamental para detetar tais incongruências, fornecendo a base para uma opinião informada e credível (Porter & Brinke, 2010). Vrij (2008) indica a melhor forma de evitar o erro de *Othello*, que é considerar explicações alternativas ao interpretar sinais revelados pelas emoções, bem como respostas demoradas aquando de uma pergunta-chave, ou seja, não deduzir logo que está a mentir pela apresentação destes sinais. Deve ser ponderada a angústia que a pessoa poderá estar a sentir, por ser pretensamente inculpada pela polícia. Em vez de

cometer tal erro deverá, ao interpretar respostas emocionais, colocar as seguintes questões: É provável que a questão colocada evoque emoções na testemunha/arguido, independentemente de ele/a ser culpado/a ou não? A pessoa em causa parece ser mais dada a emoções? (Ekman, 2001). O mesmo género de perguntas deverá ser colocado quando a pessoa demora mais a responder (Porter & Brinke, 2010). Quanto às heurísticas, Vrij et al. (2010) aconselha a evitar confiar nestas, confiando, portanto, em várias pistas de uma maneira flexível. Será incorreto referir que uma pessoa que desvie o olhar seja considerada mentirosa, pois existem diferenças interpessoais e intrapessoais como atrás fora referido, pelo que é descabido usar regras de decisão fixas com base em heurísticas (Mann et al., 2004; Sousa, 2013). As diferenças inter e intra pessoais devem ser tidas em conta (Vrij, 2008). No entanto, para além destas diferenças, devem ser supervisionados os desvios das emoções de uma pessoa, as tais incongruências, em situações idênticas, ou seja, comparar com a linha-base (Monteiro, 2017; Johnson, 2019). Desta forma, a pergunta que deverá ser colocada é a seguinte: Será que a linguagem não verbal, bem como os padrões da linguagem verbal dessa pessoa variaram aquando de outras questões que respondeu com verdade? (Vrij, 2008). Vrij (2008) reforça ainda que para tal funcionar as perguntas devem ser colocadas em contexto semelhante, isto é, as perguntas colocadas têm de versar necessariamente sobre o mesmo assunto/contexto (verdade comparável). Vrij e Mann (2001), de modo a exemplificar a forma como esta técnica pode ser usada, identificaram um exemplar de uma entrevista policial gravada na vida real, em que um homem suspeito e, mais tarde, condenado por assassinato, foi convidado a descrever as suas atividades durante um determinado dia. Ele mencionou que durante a manhã foi trabalhar, à tarde visitou o mercado e à noite visitou um vizinho. Todavia, ao analisar o vídeo com detalhe, notou-se uma mudança repentina aquando da descrição dos factos durante a tarde e também à noite. Tal facto se comprovou mais tarde, apoiado pelas evidências, que ele estava a mentir durante os acontecimentos da tarde e da noite, pois ele conheceu a vítima à tarde e à noite tivera cometido o crime (Vrij & Mann, 2001).

Relativamente à segunda fase proposta por Vrij et. al (2010), apresentam-se de seguida algumas dicas e técnicas para explorar os diferentes processos mentais dos mentirosos. Assim sendo, a primeira dica é optar por um estilo de entrevista aberto, pois, desta maneira é possível recolher um maior número de informações da pessoa, bem como deixá-la à vontade para responder. Só no final, ou quem sabe numa outra inquirição/interrogatório, é que se deve então explorar a pessoa com as incongruências apresentadas (Sousa, 2013; Campbell, 2019). De seguida, a realização de perguntas, tais

como as inesperadas, isto é, questões que considere que a pessoa em causa não tivesse tempo para preparar uma resposta concreta, bem como perguntas temporais, relacionadas especificamente com o horário onde o inquirido/interrogado afirma ter estado (Vrij et. al, 2010; Sousa, 2013). Três técnicas surgem neste contexto, são elas: *Strategic Use of Evidence* (SUE), ou Uso Estratégico da Prova, a técnica do “advogado do diabo” e, por fim, pedir que conte a história ao contrário, mantendo o contacto visual com o investigador (Sousa, 2013). Na primeira técnica o objetivo concreto é confrontar a pessoa em causa com as provas encontradas, mas só numa fase posterior. De forma mais precisa, o investigador deve numa primeira fase pedir à testemunha/arguido que relate os acontecimentos. De seguida, fazer perguntas sobre um determinado facto, sem serem incisivas às provas encontradas. E, numa última fase, confrontar então a pessoa em causa com as evidências propriamente ditas (Vrij, 2008; Sousa, 2013). Na técnica seguinte, surge o seguinte jogo mental. Num primeiro momento, coloca-se uma questão ao interrogado sobre a sua opinião relativa a um determinado assunto. Numa fase subsequente, coloca-se uma pergunta que faça com que a sua resposta resulte numa contra-argumentação à opinião inicialmente formulada. Regra geral, a pessoa que diz a verdade tem mais facilidade em responder à primeira questão do que a pessoa que mente (Vrij et. al, 2010; Sousa, 2013; Johnson, 2019). Finalmente, a última técnica apresentada, mas pouco apoiada pelas razões anteriormente descritas, contar a história de forma inversa para aumentar o esforço cognitivo da pessoa (Vrij, 2008).

Sumariamente, o investigador tem presente neste subcapítulo oportunidades para aprimorar a deteção da mentira, corrigindo, com efeito, os erros comuns que outrora foram apresentados. Todavia, para além das diretrizes pertinentes aqui evidenciadas, não se poderá olvidar o que fora aprendido no capítulo 1. Só com a conjugação das várias técnicas apresentadas ao longo de toda a investigação é que se poderá efetivamente distinguir a verdade da mentira, porém, nunca esquecendo que não existe nenhuma ferramenta que, por si só, distinga um mentiroso de um veraz.

2.2. Verdade vs Mentira: Técnicas e ferramentas à luz da PNL

A PNL apresenta diversas técnicas e ferramentas para desmistificar a questão da mentira. Seja através de pista verbais ou não verbais, existe uma multiplicidade de métodos e procedimentos que apoia a decisão para distinguir a verdade da mentira. Tais como o metamodelo da linguagem, padrões linguísticos de carácter hipnótico, os metaprogramas, linguística forense, a linguagem corporal e as microexpressões faciais (ver capítulo 1). Todavia, para além destas poderosas técnicas existem outras ferramentas que auxiliam tal

decisão. De acordo com a presente investigação, a *Statement validity assessments* (SVA) e a *scientific content analysis* (SCAN) revelam-se de especial interesse, sendo ambas ferramentas de deteção de mentira através da linguagem verbal (Vrij, 2008). A SVA é utilizada como prova em alguns tribunais da América do Norte (Ruby & Brigham, 1997; Vrij, 2008; Kapardis, 2010), bem como em tribunais criminais de alguns países da Europa Ocidental, como é o caso da Áustria, Alemanha, Suíça, Suécia e Holanda (Kohnken, 2004). “É considerada a única ferramenta para detetar a mentira através da comunicação verbal que serve de prova em tribunal” (Carson, Milne, Pakes, Shalev & Shawyer, 2007, p. 83). A SVA é constituída por três elementos principais: (a) uma entrevista estruturada; (b) *Criteria-Based Content Analysis* (CBCA), ou seja, uma análise de conteúdo baseada em critérios²⁵ que, avalia sistematicamente o conteúdo e as qualidades da declaração feita; e (c) um conjunto de perguntas (lista de verificação de validade) que avalia o resultado do CBCA (Kapardis, 2010). O CBCA abarca um conjunto de 19 critérios diferentes, sendo que avaliadores especializados julgam a presença ou ausência desses mesmo critérios num dado interrogatório ou inquirição (Carson et. al, 2007; Vrij, 2008; Kapardis, 2010). A presença de cada critério reforça a hipótese de que os factos contados se fundamentam numa experiência pessoal genuína, pelo que as declarações verdadeiras terão tendencialmente mais componentes medidos pelo CBCA, contrariamente às declarações falsas (Carson et. al, 2007). Carson et. al (2007) menciona que os critérios medidos pelo CBCA são muito difíceis de contornar. Assim sendo, “declarações coerentes e consistentes (estrutura lógica), segundo as quais as informações não são fornecidas numa sequência cronológica de tempo (produção não estruturada) e que contêm uma quantidade significativa de detalhes (quantidade de detalhes), são mais prováveis de serem verdadeiras” (Carson et. al, 2007, p. 84). No que respeita à SCAN, esta é também utilizada “por forças militares e forças de segurança da Austrália, Canadá, Israel, Holanda (...)” (Vrij, 2008, p. 296). É considerada uma ferramenta muito poderosa relativamente à deteção da mentira (Vanderhallen, Jaspert & Vervaeke, 2016). Tem por base a análise de frases escritas e é possível detetar através desta se um dado indivíduo está a dizer a verdade ou a mentir, quais as informações que está a ocultar e se está ou não envolvido na ocorrência/crime (Vanderhallen et al., 2016). Segundo Vanderhallen et al. (2016), cada indivíduo tem o seu próprio código linguístico, isto é, um conjunto de opções que cada um faz na sua linguagem. Por conseguinte, esse código determina a forma e o conteúdo do comportamento do idioma do sujeito, pelo que “é importante que o SCAN seja

²⁵ Cfr. Apêndice E.

aplicado numa declaração escrita, sem contaminação do código linguístico do assunto por meio de um interrogatório policial” (Vanderhallen et al., 2016, p. 280). Os critérios²⁶ medidos pela SCAN incluem o seguinte: a utilização de pronomes (mudança ou ausência dos mesmos), o uso de correções espontâneas, a emoção, isto é, se está envolvido emocionalmente com aquilo que se escreve, os próprios conectores, desvios utilizados entre a primeira pessoa do singular e outros tempos verbais (demonstra presença ou ausência do evento), o tempo em que é desenvolvida (por norma os mentirosos têm por hábito a argumentar mais), mudanças no uso da linguagem, entre outros (Vrij, 2008; Kapardis, 2010). Desta forma, verifica-se que ambas as ferramentas apresentam critérios muito semelhantes, no entanto só a SVA é que, até ao momento, serve de prova em tribunal (Carson et. al, 2007; Vrij, 2008; Kapardis, 2010; Vanderhallen et al., 2016). No entanto, a GNR enquanto força de segurança, à semelhança de outras agências de outros países poderia adotar esta ferramenta de modo a auxiliar o trabalho dos investigadores.

Concluindo este capítulo, por todos os erros exibidos, por todas as oportunidades de correção dos mesmos que foram apresentadas, por todas as ferramentas e técnicas explanadas, cabe ao investigador coadjuvado pela instituição que representa, no caso específico a GNR, caminhar no sentido do aperfeiçoamento, numa melhor prestação de serviço e, acima de tudo, em credibilizar investigações que muito tempo e dedicação exigem dos seus militares.

²⁶ Cfr. Apêndice F.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

A concretização de um TIA ostenta como Objetivo Geral (OG) “a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades (...) em contexto de investigação” (AM, 2015, p. 1). Assim sendo, neste capítulo são apresentados os métodos, procedimentos e técnicas adotadas que conduzem aos objetivos da presente investigação.

3.1. Desenho de Investigação

Desde que se traçam as primeiras ideias que originam uma dada investigação, até que esta seja realizada e se dê a conhecer os seus resultados, um longo processo dimana, em que é necessário tomar decisões sobre incomensuráveis questões. Primeiramente, deve-se delimitar o problema ou a questão a ser investigada/questão central, dado que esta condiciona todo o trabalho. No entanto, devem-se verificar outras limitações externas, como por exemplo, o tipo de amostra disponível, as limitações temporais, os prazos para a execução do estudo, entre outros (Gonçalves, 2014).

Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 155) referem que “os desenhos de pesquisa transversal e longitudinal representam horizontes temporais independentes da aplicação de outros desenhos de pesquisa”. Por conseguinte, foi utilizado no âmbito da presente investigação o desenho de pesquisa transversal, isto porque os “estudos transversais pressupõem a recolha de dados de mais de um caso, num determinado instante de tempo, de forma a coligir dados quantitativos ou qualitativos, com uma ou mais variáveis (...)” (Bryman, 2012, p. 58). O estudo de caso, que consiste “num procedimento metodológico através do qual o investigador procura recolher informação sobre um fenómeno particular inserido no seu contexto” (Saunders et al., 2009, p. 145), fora também o desenho de pesquisa aplicado no presente trabalho. Este desenho não tem como propósito manipular variáveis ou estabelecer correspondência entre elas mas, efetivamente, descrever de forma intransigente a unidade de observação, que é o foco da atenção do investigador (Freixo, 2011).

3.2. Modelo de Análise

O modelo de análise comporta um “prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 150). Posto isto, de forma a organizar a presente investigação de acordo com um plano lógico, procedeu-se à construção de um modelo de análise. Desta forma, levanta-se a seguinte **QC**: “Qual o

impacto de uma formação em PNL, para os militares responsáveis pelos inquéritos²⁷, na deteção da mentira?”. De modo a instrumentalizar a **QC**, visando responder à mesma, elevam-se as seguintes **PD’s**:

PD1 – Que tipo de formação é ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista e condução de interrogatório?

PD2 – Estarão os militares munidos das ferramentas necessárias para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação?

PD3 – Quais as principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira?

PD4 – Como é que a GNR pode dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo?

3.3. Métodos e tipo de abordagem

Drenth (1998) divide os métodos de investigação em dois grupos: aqueles que se centralizam em controlar o meio em que se estuda o evento e os que controlam os estímulos que se apresentam aos intervenientes. Para a presente investigação, tendo em conta a teoria de Drenth (1998), o método utilizado enquadra-se no primeiro grupo, isto é, no método baseado no controlo da situação, especificamente nos estudos de campo, cujo objetivo é “conhecer processos e padrões em ação nas organizações. Enfatizam a inter-relação dos componentes do sistema organizacional (...) e dos indivíduos que os compõem” (Chambel & Curral, 2008, p. 54). De modo a corporificar este método, foi utilizado o raciocínio indutivo, que corresponde a uma operação mental que tem como ponto de partida a análise de factos particulares para, através da sua combinação, formar generalizações que permitam formular uma lei ou teoria (Freixo, 2011). Este método é um processo que se sucede em três fases, designadamente na primeira fase realiza-se a observação dos factos ou fenómenos. Seguidamente, verifica-se a relação entre os factos ou fenómenos. Por fim, dá-se a generalização do que existe de comum entre os fenómenos (Santos, 2003).

No que concerne à estratégia de investigação adotada, optou-se por uma estratégia qualitativa em que se considera o investigador como elemento chave para a sua consecução, “na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados (...) com o intuito de comprovar teorias ou verificar hipóteses” (Vilelas, 2009, p. 105).

²⁷ Entenda-se a responsabilidade pelos inquéritos no âmbito do despacho de natureza genérica previsto no n.º 4 do artigo 270.º do CPP (Ministério da Justiça [MJ], 2019).

3.4. Técnicas de recolha de dados

Iñigo e Mazo (2008), afirmam que após a definição da metodologia, deve selecionar-se as técnicas e instrumentos a utilizar na recolha de dados, sendo que o desenho de investigação escolhido “determina as opções relativas às técnicas de recolha de dados adequadas aos objetivos pretendidos” (Gonçalves, 2014, p. 47). Uma vez que o desenho de pesquisa escolhido foi o estudo de caso, optou-se por fazer uma análise documental e entrevistas. Numa primeira fase fez-se a análise documental, consistindo esta na revisão da literatura. Tal como refere Fortin (2009, p. 74) “a síntese e resumo destes documentos fornecem ao investigador a matéria essencial à concetualização da investigação”, sendo que Strauss e Corbin (1998) mencionam que tais documentos poderão ser artigos científicos, livros, conferências, entre outros. Assim sendo, para a análise documental desta investigação recorreu-se a livros, artigos científicos, revistas institucionais, diplomas legais e a plataformas digitais online²⁸.

Após realizada a análise documental, iniciou-se a segunda fase, ou seja, a realização de entrevistas, que segundo Pardal e Correia (1995) se classificam em estruturadas, não-estruturadas e semiestruturadas. Uma vez que as últimas têm como finalidade “encaminhar o entrevistado para os objetivos da entrevista” (Pardal & Correia, 1995, pp. 65-66), optou-se por esta, pois permite ao entrevistado responder de forma livre, mas de acordo com as diretrizes estabelecidas (Pardal & Correia, 1995).

Entre o mês de março e abril de 2020 foram realizadas as entrevistas confirmatórias, uma vez que se optou por não fazer entrevistas exploratórias. Desta forma, visou-se obter informações que confirmem as fontes da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013). Apesar das entrevistas serem semiestruturadas, lavrou-se um guião de entrevista²⁹ com o intuito de estabelecer diretrizes de acordo com a presente TIA.

Para a realização das mesmas, foi solicitado a todos os militares para que as entrevistas fossem gravadas, para mais tarde proceder ao seu tratamento, como sugere Sarmiento (2013). As entrevistas foram todas realizadas presencialmente, sendo que após a realização das mesmas, procedeu-se à sua transcrição.

²⁸ EBSCO Host, Research Gate, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Google Books, Google Scholar.

²⁹ Cfr. Apêndice G.

3.5. Caraterização do contexto de observação

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 163), a amostragem consiste “numa parcela convenientemente selecionada do universo (população), consistindo num subconjunto do universo”. Quivy e Campenhoudt (2013) mencionam que a possibilidade de considerar uma amostra surge pela impossibilidade de o investigador reunir informações de todo o universo. Neste caso, seria impossível considerar todo o universo de responsáveis pelos inquéritos no seio das forças de segurança. Todavia, existe a necessidade de definir a população alvo, que é “aquela que retém, de entre a diversidade de características de um dado universo, as que são essenciais ao estudo a realizar, isto é, as que se relacionam com os conceitos e com as variáveis a estudar” (Santos & Lima, 2016, p. 40). Assim sendo, foram definidos como população alvo os militares responsáveis pelos inquéritos a prestar serviço na GNR. Apesar dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC) serem responsáveis pelos inquéritos, decidiu-se entrevistar apenas os investigadores responsáveis ao nível dos PTer’s, uma vez que estes últimos têm uma maior carência de formação e não apresentam nenhum curso específico. Santos e Lima (2016), referem ainda que, após a população alvo definida, deve-se então definir a população acessível, isto é, “a que corresponde ao conjunto de elementos a que, de facto e por razões de vária ordem, poderemos chegar, de modo a recolher os dados para o nosso estudo” (Santos & Lima, 2016, p. 40). Neste caso específico, a população acessível considerada foram os militares responsáveis pelos inquéritos do Destacamento Territorial (DTER) de Vila Nova de Gaia e do DTER de Santo Tirso. Ambos os DTER pertencem ao Comando Territorial (CTer) do Porto, zona de residência do autor do presente trabalho.

No DTER de Vila Nova de Gaia foram entrevistados³⁰ 10 dos 11 militares, responsáveis pelos inquéritos, dos 7 PTER existentes no destacamento. Desta forma, fora possível entrevistar 91% dos militares responsáveis pelos inquéritos, sendo que os 9% restantes, equivalente a 1 militar, não fora entrevistado, uma vez que se encontrava em isolamento profilático, resultante do *Covid-19*. No PTER de Arcozelo, foram entrevistados 2 militares, um guarda-principal e um cabo (E2 e E3), sendo que E2 com 45 anos e E3 com 50 anos. Relativamente aos anos de serviço na GNR, E2 tem 20 anos e E3 tem 27 anos. Ambos estão responsáveis pelos inquéritos à mais de 10 anos. No PTER de Avintes, foi entrevistado 1 guarda-principal (E7), com 40 anos de idade e 18 anos de serviço efetivo, sendo responsável pelos inquéritos à 4 anos. No PTER de Canelas foi entrevistado 1 cabo (E10) com

³⁰ Cfr. Apêndice H.

46 anos de idade e 24 anos de serviço, sendo responsável pelos inquéritos à 8 anos. No PTER dos Carvalhos, foram entrevistados 2 militares, Cabo de Curso e Cabo (E5 e E6), com 45 e 40 anos de idade, respetivamente. Ambos se encontram em serviço efetivo na GNR à 20 anos e responsáveis pelos inquéritos à cerca de 12 anos. No PTER de Fânzeres foram entrevistados 2 dos 3 militares, Cabo e Guarda-Principal (E1 e E4) responsáveis pelos inquéritos. Têm 42 e 38 anos de idade e 21 e 17 anos de serviço, respetivamente. E1 está nos inquéritos à 12 anos e E4 à 6 anos. No PTER de Lever foi entrevistado 1 Cabo de Curso (E8), com 39 anos de idade e 17 anos de serviço. Apesar dos anos de serviço, este militar encontra-se apenas à 4 meses responsável pelos inquéritos, tendo substituído um camarada que entrou na reserva. No PTER de Medas, foi entrevistado 1 guarda-principal (E9), sendo o único responsável pelos inquéritos. Tem 39 anos de idade e 16 anos de serviço. Está nos inquéritos à 9 anos.

Já no DTER de Santo Tirso, foram entrevistados 5 dos 10 militares responsáveis pelos inquéritos, dos 5 PTER pertencentes ao DTER, isto é, 50% do efetivo disponível neste DTER. Tal facto deveu-se, uma vez mais, à situação pandémica vivida aquando da execução do TIA, sendo que 50% dos investigadores se encontravam em isolamento profilático. Cada PTER tem 2 militares responsáveis pelos inquéritos. No PTER de Alfena, foi entrevistado 1 cabo (E14), com 49 anos de idade e 27 anos de serviço, encontrando-se nos inquéritos à 8 anos. No PTER de St.Tirso, foi entrevistado 1 Cabo de Curso (E11) com 31 anos de idade e 11 anos de serviço. Está nos inquéritos à 2 anos. No PTER da Trofa, foi entrevistado 1 Cabo (E12) com 43 anos de idade e 19 anos de serviço, sendo responsável pelos inquéritos à mais de 10 anos. No PTER de Valongo, foi entrevistado um Cabo de Curso (E15) com 44 anos de idade e 22 anos de serviço, nos inquéritos à 6 anos. Por fim, no PTER de Vila das Aves, foi entrevistado um Guarda-Principal (E13) com 41 anos de idade e 18 anos de serviço, nos inquéritos à 11 anos. Todos os militares entrevistados são do sexo masculino. Para a concretização destas entrevistas, de forma presencial, foram efetuados sensivelmente 500km.

3.6. Tratamento e análise de dados

Segundo Vilelas (2009) a análise de conteúdo é um conjunto de etapas explícitas. Estas etapas iniciam-se pela demarcação do domínio estudado seguindo-se uma fase posterior, onde se passa para a categorização, isto é, “a determinação das dimensões que serão analisadas” (Vilelas, 2009, p. 340). Vilelas (2009, p. 340) acrescenta ainda que este processo de categorização é “o problema central da análise de conteúdo”. Neste âmbito,

foram criadas categorias e subcategorias visando incorporar as respostas das entrevistas realizadas e, por sua vez, procurar responder ao modelo de análise. Consequentemente, procurando ir ao encontro dos objetivos da orientação metodológica, foi utilizado o processo de análise de conteúdo formulado por Guerra (2006, pp. 69-86) composto por 5 etapas, designadamente e por esta ordem “transcrição, leitura, construção sinopses, análise descritiva e análise interpretativa”.

Em primeira instância, fez-se a transcrição das entrevistas, recorrendo como tal às gravações que foram efetuadas. Após este processo, efetuou-se uma leitura pormenorizada das mesmas, estruturando um compêndio dos aspetos e hermélicas mais relevantes. Concluída a 2ª fase, segue-se a 3ª fase do processo que consiste em construir as sinopses³¹ das entrevistas. Nesta fase, verificou-se que as sùmulas das respostas dos entrevistados iam de encontro aos problemas identificados na parte teórica do presente trabalho.

Na 4ª fase, fase da análise descritiva, procedeu-se à determinação das dimensões que seriam analisadas, como propõe Vilelas (2009). Estas dimensões/categorias foram criadas a partir das perguntas derivadas inicialmente estruturadas. Por sua vez, cada dimensão contém várias subcategorias que procuram dar resposta à categoria envolvente.

Por fim, surge a fase final do processo, a 5ª fase, que consiste em desenvolver uma análise interpretativa das respostas obtidas a partir dos entrevistados, salientando-se o nível de concordância entre as respostas. Também, urge a necessidade de estabelecer uma certa harmonização entre a investigação teórica e o trabalho de campo (Marconi & Lakatos, 2003).

³¹ Cfr. Apêndice I.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas foram dirigidas aos militares responsáveis pelos inquéritos dos seguintes postos territoriais: PTer Arcozelo, PTer Avintes, PTer Canelas, PTer Carvalhos, PTer Fânzeres, PTer Lever, PTer Medas, todos pertencentes ao Destacamento Territorial de V.N. Gaia. No que diz respeito ao Destacamento Territorial de Santo Tirso, foram entrevistados os militares responsáveis pelos inquéritos dos seguintes postos: PTer de Alfena, PTer de St. Tirso, PTer da Trofa, PTer de Valongo e PTer de Vila das Aves. Nesta senda, são discutidos abaixo os resultados obtidos das entrevistas tendo em contas as classes apresentadas, sobrelevando-se a concordância entre os entrevistados.

4.1. Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista

Neste subcapítulo pretende-se verificar que tipo de formação é ministrada aos militares responsáveis pelos inquéritos procurando-se identificar as subcategorias que se salientam ao nível da concordância.

Quadro n.º 2 - Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista

SUBCATEGORIAS	ENTREVISTADOS															TOTAL
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	
Módulos de IC		X			X	X	X					X				5/15
Transmissão de conhecimentos por parte de militares mais antigos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15/15
Formações ministradas pela GNR																0/15
Formações <i>E-learning</i>																0/15
Autodidatas: leitura de livros		X		X	X					X		X	X			6/15
Experiência Pessoal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15/15
Aprendizagem com os erros cometidos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15/15

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à categoria em apreço, verifica-se de imediato que todos os entrevistados nunca tiveram formações ministradas pela GNR ou formações *E-learning*, sendo vários os entrevistados que suportam esta noção.

E1 menciona o seguinte “estou nos inquéritos desde 2006 e excluindo o curso de investigação de apoio a vítimas específicas (CIAVE) e um curso de IC não existiu nenhuma outra formação, ou mesmo uma atualização sobre esta temática, considerando até que seria motivador para nós termos estes cursos”. No mesmo contexto E3 diz “estou nos inquéritos à mais de 20 anos e sinceramente não me lembro de formações respeitantes a esta temática. No entanto considero que deveriam existir, pois a aprendizagem é fruto da nossa experiência”. E5 cita ainda que “(...) a GNR deveria dar formações específicas principalmente àqueles que já estão numa função específica à muitos anos”. Como se pode constatar, de uma forma geral, a falta de formação nesta área é uma problemática que advém de à vinte anos para cá. Desta forma E11 reforça dizendo que seria “fundamental quem trabalha diretamente aqui nos inquéritos ter uma formação específica”.

Com base no quadro n.º 2 observa-se que as subcategorias “Transmissão de conhecimentos por parte dos militares mais antigos”, “Experiência Pessoal” e “Aprendizagem com os erros cometidos” são aquelas que apresentam um grau de concordância de 100%. E2 alude a este facto referindo que a sua formação “de entrada para os inquéritos foi de um colega para o outro. Ele basicamente disse-me sentas-te e ouves a pessoa. Fazes as perguntas, lês o processo. O início sumariamente foi este. Não houve ninguém a explicar como conduzir sequer uma inquirição ou um interrogatório”. Da mesma forma E8 explica o seguinte “estou nos inquéritos apenas à 4 meses e não tive qualquer formação. Fui colocado para substituir o meu camarada que foi para a reserva e estive a aprender com ele. Assisti a algumas inquirições e interrogatórios e foi desta forma que tive a minha formação”. Por fim, E12 sustenta explicando que a formação é “aprender com o mais antigo. Ver e replicar, sem dúvida”.

Em súpula, constata-se a partir dos resultados obtidos a razão pela qual Hartwig et.al (2006) menciona que uma das principais dificuldades em detetar mentiras resulta de técnicas de entrevista deficitárias, pois apesar da boa vontade dos militares, parece plausível que os responsáveis por conduzir tais investigações devam ser ensinados a prestar atenção aos pormenores que realmente importam (Vrij, 2008). Desta forma cabe à GNR, tal como refere E13, ministrar “formações contínuas e periódicas”.

4.2. Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação

Quadro n.º 3 - Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação

SUBCATEGORIAS	ENTREVISTADOS															TOTAL
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	
Dá relevância à comunicação verbal e não verbal		X	X		X	X	X	X	X	X		X	X			10/15
Entende o que são microexpressões faciais								X		X		X				3/15
Coloca o entrevistado em posição de conforto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15/15
Conhece e aplica o <i>baseline</i> (ou linha-base)																0/15
Aplica calibragem e compassamento										X						1/15
Conhece aspetos-chave da linguagem corporal		X	X		X		X			X		X	X			7/15
Reconhece pacificadores de stress	X	X	X	X						X		X				6/15
Espaço físico da entrevista confinado	X	X	X	X	X	X			X	X						8/15
Posicionamento dos computadores entre locutor e interlocutor			X												X	2/15
Secretária como barreira à comunicação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	14/15
Más condições dos Postos para colocar a pessoa confortável	X	X	X	X	X	X				X						7/15
Excesso de volume processual	X			X		X					X	X				5/15
<i>Feedback</i> após julgamento																0/15

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à categoria referida, sobressaem de imediato duas subcategorias, isto é, “Conhece e aplica o *baseline* (ou linha-base)” e “*Feedback* após julgamento”. Aquando das entrevistas, todos os investigadores referiram que não existia nenhum *feedback* dos tribunais após o julgamento. E1 declara que “não temos quase nenhum *feedback* após o julgamento. A única coisa que temos é quando vem o despacho da notificação da acusação e aí percebemos aonde vão as nossas diligências”. Também E2, E4, E5, E8 referem que “seria minimamente gratificante”, bem como “um fator de motivação para nós, termos esse *feedback*”. Um outro fator determinante para fazer uma boa recolha de informação, como refere Monteiro (2017) é estabelecer a linha-base. Todavia, isto exige um conjunto de conhecimentos e disponibilidade por parte dos militares que não existe, derivado de diversos fatores. Por exemplo, como diz E1 “a falta de tempo, por vezes, não deixa com que nós aprofundemos tanto a testemunha ou o arguido”. E10 menciona que “se for uma pessoa que

seja habitual, isto é, recorrente, que já tenha participado em vários crimes, tanto a linguagem verbal como a não verbal é *top*”, querendo dizer com isto que se torna mais fácil detetar este tipo de linguagem numa pessoa que se tenha contactado mais do que uma vez. No entanto nenhum entrevistado aluz ao facto de analisar comportamentos habituais das pessoas onde são, por vezes, criados padrões de comportamento repetitivos e habituais (Ewens et al., 2014; Vrij, 2016; Monteiro, 2017), pelo que se considerou que nenhum militar aplica esta técnica.

“Coloca o entrevistado em posição de conforto” é uma subcategoria que atinge os 100% ao nível da concordância. Efetivamente a grande preocupação dos militares é colocarem os entrevistados confortáveis para poderem ganhar a confiança deles e, desta forma, recolher mais informação. E5 refere a este propósito o seguinte “tento perceber a razão pela qual as pessoas estão nervosas e após isso é que tento acalmá-las. Assim percebo se a pessoa está nervosa por não estar à vontade ou, por outro lado, se está a mentir”. E7 diz também que “quando a testemunha está nervosa coloco-a à vontade. Tento lhe explicar que o facto de vir cá, especialmente as pessoas idosas, que muitas das vezes nunca entraram num posto da GNR, será para prestar declarações e não significa que são culpadas de alguma coisa”.

A subcategoria “Secretária como barreira à comunicação” apresenta um nível de concordância próximo dos 100%. O E11 considera que a secretária não é um obstáculo à comunicação “uma vez que ela não é assim tão grande e dá para falar com a pessoa”, já E1 refere-se a um acontecimento passado, “faz para aí 13 anos em que a ofendida veio com advogada (...) mais tarde, ela informou-me que sempre que era para mentir sobre os factos a advogada dava-lhe um toque na perna, pelo que eu não conseguia ver este gesto”. Por esta explicação prática da realidade, depreende-se que a secretária poderá ser um obstáculo à comunicação.

“Dá relevância à comunicação verbal e não verbal” apresenta uma concordância próximo dos 67%. Isto porque os restantes 33% são alusivos a militares que ou só prestam significância à comunicação verbal ou só à comunicação não verbal. Por exemplo E13 refere que presta “atenção mais à comunicação não verbal no caso dos arguidos. Muitas vezes ao ler o indivíduo conseguimos ir buscar alguns pormenores e pô-lo a falar”. Por outro lado, E11 diz que a “linguagem verbal é aquela que eu dou mais relevância, apesar de considerar as duas úteis, pois apesar de eu achar que uma pessoa está a mentir, eu não posso depois transpor isso para escrito e no final da inquirição vai lá a assinatura da pessoa”. Também E6 não presta atenção à comunicação verbal do arguido, isto “porque o arguido pode mentir”, mas sim à da testemunha.

Dos 15 militares entrevistados, apenas E10 é que “Aplica calibragem e compassamento”. E10 declara que “costumo compassar a minha voz com a da pessoa, pois cria uma maior sintonia. Por vezes, espelho o comportamento dela (...) Só sei estas coisas porque iniciei o curso de psicologia, porque caso contrário não saberia”.

Mais de 50% dos investigadores entrevistados trabalham num “Espaço físico de entrevista confinado”. No que tange a esta subcategoria, E1 menciona que “a configuração desta sala é má. Como você pode ver nesta sala existem duas secretárias e nós somos dois nos inquiridos. O que acontece, por vezes, é eu estar a fazer um interrogatório a um arguido, com o advogado ao lado, e o meu colega tem outras diligências”. Identicamente, E4 afirma que “o espaço físico para a entrevista é muito mau. Como você pode ouvir, percebe-se tudo que os meus camaradas dizem nas salas ao lado. Isto acontece muitas vezes. As pessoas estão aqui e ouvem tudo. Isto não deveria de acontecer”. Sob outra perspectiva, E12 apesar de trabalhar num espaço semelhante considera que “para mim está fantástico! As testemunhas agarram-se ao que eu crio para elas, mais especificamente esse aquário que vê aí (...) se a sala fosse maior as pessoas tinham muito espaço e divagavam. Desta forma, eu domino o ambiente”.

No que concerne ao remanescente das subcategorias, tais como “Entende o que são microexpressões faciais”, “Conhece aspetos-chave da linguagem corporal”, “Reconhece Pacificadores de stress”, entre as demais, verificou-se que os militares têm pequenas noções sobre o assunto, ou porque já ouviram falar esporadicamente, ou porque já leram sobre a temática. Tal como referem E7 e E8, “já ouvi falar de microexpressões faciais, mas não tenho por hábito analisar”.

Resumidamente, como demonstra a doutrina, a PNL é uma maneira de metodizar e entender a estrutura da experiência subjetiva preocupando-se com a forma como as pessoas processam as informações (Einspruch & Forman, 1985). Neste sentido, vários autores como Bandler & Grinder (1982), Ekman (2003a), Vrij (2008), Vallés (2014), Monteiro (2017), Martenet (2018), entre outros, consideram que para entender a tal experiência subjetiva é necessário recorrer às subcategorias apresentadas no quadro acima. Uma vez que mais de 50% das subcategorias apresentam um nível de concordância com um resultado desfavorável, então urge a necessidade de instruir os investigadores neste sentido, isto é, no sentido do melhoramento.

4.3. Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira

Quadro n.º 4 - Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira

SUBCATEGORIAS	ENTREVISTADOS															TOTAL
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	
Falta de motivação para inquirir/interrogar	X								X		X					3/15
Dificuldade em detetar a mentira	X	X	X	X		X	X	X	X		X		X	X	X	12/15
Analisar mentiras incorporadas em verdades																0/15
Feedback após julgamento																0/15
Examinar as pistas erradas	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	13/15
Ênfase exagerado às pistas não verbais		X		X		X	X	X		X		X		X		8/15
Erro de <i>Othello</i>	X		X	X					X	X	X	X				7/15
Uso da heurística	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15/15
Descurar as diferenças interpessoais					X							X				2/15
Descurar as diferenças intrapessoais			X							X					X	3/15
Técnicas de entrevista deficitárias	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	13/15
Excesso de confiança para detetar mentiras					X					X		X				3/15

Fonte: Elaboração Própria

A respeito da categoria apresentada evidenciam-se três subcategorias com nível de concordância de 100%. São elas: “Analisar mentiras incorporadas em verdades”, “Feedback após julgamento” e “Uso da heurística”. Relativamente à primeira, os entrevistados E1 e E2 frisam que é possível detetar uma mentira “mediante a postura do mesmo”. Já E9 enfatiza dizendo: “tenho alguma dificuldade em detetar mentiras (...) algumas pessoas conseguem ser mesmo convincentes e eu não sei se consigo analisar bem a linguagem corporal”. Verifica-se a partir das seguintes declarações que a tendência é os investigadores tentarem detetar uma mentira através das incongruências entre a comunicação verbal e não verbal, mas nunca durante a entrevista nenhum aludiu ao facto de existir, por vezes, mentiras incorporadas em verdades, pelo que se considera que não têm em conta esta subcategoria.

Como explanado na teoria, Hartwig et. al (2007) realça que uma das grandes dificuldades em detetar mentiras é o facto de estas geralmente serem incorporadas em verdades, pelo que existe uma certa harmonização neste contexto. Focalizando o “*Feedback* após julgamento”, verifica-se, uma vez mais, que não existe a estreita relação entre tribunais e investigadores. E3 refere que “o tribunal não nos dá *feedback* de qualquer conclusão ou despacho de que tenha tomado (...) o que nós temos conhecimento é quando é aplicada alguma medida ao arguido”. Já E5 sobreleva a importância que tal facto teria para o desenvolvimento profissional dos mesmos, aferindo que “não temos nenhum *feedback* dos tribunais, mas seria muito importante, aliás é uma coisa que falamos muitas vezes (...) poder-nos-iam informar qual a razão pela qual não conseguiram avançar com o caso para nós podermos melhorar algo nas diligências”. Desta forma, a prática coaduna-se com a teoria, pois segundo Vrij et.al (2010) um obstáculo à deteção da mentira é o facto de os investigadores não receberem nenhum *feedback* adequado aquando do julgamento de um dado indivíduo e, portanto, não podem aprender com os seus erros. Quanto ao “Uso da heurística”, todos os investigadores, de uma forma ou de outra a utiliza. Como refere E10 alguns arguidos “parece que dizem as coisas naturalmente, pelo que consigo identificar por comparação a outras entrevistas que poderão estar a mentir”. Sousa (2013) alude a este facto mencionando que, por norma, é mais fácil utilizar regras simples de decisão, por comparação a outras, do que avaliar minuciosamente um novo caso.

Com aproximadamente 87% ao nível da concordância, as subcategorias “Examinar as pistas erradas”, bem como “Técnicas de entrevista deficitárias”, foram identificadas como dos principais erros cometidos pelos militares. E1 explica que no seu entendimento “quando a pessoa é reincidente e se sente nervoso é porque possivelmente já vai mentir ou tem algo a esconder”. Assim, os entrevistadores estão inclinados a detetar o engano através da comunicação não verbal, pois o processamento de pistas não verbais requer menor capacidade cognitiva do que pistas verbais (Reinhard & Sporer, 2008). A maioria dos investigadores entrevistados demonstrou que tem tendência a dar primazia a pistas erradas, como por exemplo o caso do nervosismo, tal como aferiu Vrij et.al (2010). A utilização de “Técnicas de entrevista deficitárias” é mais um erro elencado por Vrij et. al (2010) e que se concerta com a realidade dos investigadores da GNR. E12 descreve o que aprendera em noções gerais de direito à 14 anos atrás “que é repetir a mesma pergunta muitas vezes, em alturas diferentes, para saber quando ela saiu do registo dela”. Também E11 reitera que “por norma com as testemunhas deixo a pessoa falar, mas enquadro-a lendo o auto de notícia”. Ora, explicar os factos antes da entrevista propriamente dita, segundo pesquisas

experimentais, dificulta a tarefa de deteção da mentira, como explica na teoria Hartwig et.al (2005).

Concernente à subcategoria “*Erro de Othello*”, verificou-se que mais de 50% da amostra compreende que o nervosismo é algo que tanto pode ser experienciado por quem diz a verdade, como por quem diz a mentira (Ofshe & Leo, 1997). Nesta senda, E2 consigna que “o nervosismo poderá ser normal, uma vez que vir a um posto é incomodativo para muita gente”. Também E8 menciona que “o PTer condiciona o nervosismo das pessoas”.

Contrariamente à teoria, as subcategorias “Descurar as diferenças interpessoais”, “Descurar as diferenças intrapessoais” e “Excesso de confiança para detetar mentiras” apresentam um nível de concordância consideravelmente baixo, com cerca de 20%. Tal facto resulta possivelmente da humildade dos investigadores para compreenderem que cada pessoa é uma pessoa e que efetivamente o contexto influencia o depoimento. E11 garante que “as pessoas são diferentes. Cada pessoa é uma pessoa (...) O contexto da entrevista influencia o depoimento da pessoa”.

Em síntese, apesar dos 8 erros comuns apresentados por Vrij et. al (2010), os responsáveis pelos inquéritos da GNR dos DTer entrevistados demonstraram que, mesmo com a falta de formação, a experiência pessoal vivida por estes permite de certa forma colmatar as adversidades e potenciais erros.

4.4. Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo

Quadro n.º 5 - Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo

SUBCATEGORIAS	ENTREVISTADOS															TOTAL
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	
<i>E-learning</i>		X			X	X	X				X	X				6/15
Seminários	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	13/15
Envio de bibliografia via e-mail												X	X			2/15
Plataforma Moodle						X										1/15
Cursos Específicos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15/15
Apoio do Núcleo de Investigação Criminal (NIC)	X						X							X		3/15

Fonte: Elaboração Própria

Tendo em conta o quadro n.º 5 pode-se verificar as subcategorias que apresentam a maior taxa de anuência entre os entrevistados. Assim sendo, “Cursos Específicos” e “Seminários” são duas das formas que a GNR pode utilizar para dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo. Praticamente todos os entrevistados concordam com esta forma de disseminação. Como expõe E8 “acho que o essencial que a GNR deveria de fazer é especializar estes militares. Existe cursos para tanta coisa e para isto que considero essencial (...), andamos a aprender uns com os outros (...) podia-se fazer uma espécie de colóquios”. No mesmo contexto, E1 propõe “fazer uma espécie de seminário em que periodicamente se juntaria os militares responsáveis pelos inquéritos onde se poderia partilhar experiências”.

A subcategoria *E-learning* também se revelou de especial interesse. Seis dos quinze entrevistados consideram que devido ao distanciamento que existe entre comandos territoriais, o aproveitamento de novas tecnologias suscita alguma relevância para estas situações. E2 assinala “por exemplo, através das novas tecnologias poderia ser aproveitado o ensino *E-learning*, mas durante o horário de serviço”. E11 refere que apesar de não ligar muito à tecnologia “em último caso aulas *E-learning*” podiam ser ministradas. E5, E6, E7 e E12 também estão de acordo com esta forma de divulgação.

Em menor percentagem, mas não descredibilizando, as subcategorias “Envio de bibliografia via e-mail”, “Plataforma *Moodle*” e “Apoio do NIC” surgiram como proposta de alguns órgãos de polícia criminal (OPC). E12 sugere “aproveitar o mail institucional para o envio de literatura/bibliografia útil”. Também E13 suporta esta noção referindo que “podíamos receber um manual com bibliografia específica”. E6 acrescenta o que poderá ser uma forma de propagação da informação, ou seja, “como existem noutros cursos deveria de existir uma plataforma *Moodle* com conteúdos a que todos os responsáveis pelos inquéritos pudessem ter acesso para se cultivarem e fazerem um melhor trabalho”. Por fim, E1, E7 e E14 nomeiam o “Apoio do NIC” como forma de reforçar o conhecimento e ter apoio em algumas matérias. E1 a este respeito refere que se deve “pôr o pessoal do NIC a colaborar connosco em determinadas situações como tivera sido no passado em que nós estávamos inseridos na estrutura do NIC”, bem como E7 menciona o seguinte: “já estivemos inseridos na estrutura do NIC. Penso que seria importante o apoio deles em determinadas situações”.

Em conclusão, é importante saber criticar de forma construtiva todas as instituições, no entanto cabe aos representantes da mesma encontrar soluções para corrigir pequenos lapsos que possam existir, contribuindo assim para o seu melhoramento. Desta forma, os entrevistados apresentam 6 formas da GNR formar os seus militares nesta área.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em virtude dos factos mencionados ao longo do presente TIA, e tendo ainda bem presente o Objetivo Geral (OG) da investigação, isto é, **verificar a necessidade de conceber uma formação de PNL aos militares responsáveis pelos inquiridos**, entende-se que, por razões várias, esse objetivo foi alcançado na íntegra.

Primeiramente, através da revisão da literatura foi possível comprovar que a PNL é um modelo de comunicação que tem ao seu alcance múltiplas ferramentas para facilitar o papel do investigador aquando da condução de uma inquirição/interrogatório, sendo considerada, pelos vários factos apresentados, uma forma de metodizar e compreender a estrutura da experiência subjetiva. Em vista dos argumentos apresentados, a PNL preocupa-se com a forma como as pessoas processam as informações, pelo que o investigador com uma formação em PNL, no momento da entrevista, será capaz de escrutinar a realidade ao invés da percepção que o indivíduo tem dos factos. Perante a linguagem verbal de uma testemunha, através do metamodelo da linguagem, o investigador conseguirá captar essa mesma realidade, uma vez que este modelo permite eliminar todos os filtros resultantes do processo do ciclo comportamental. Assim sendo, o investigador deverá colocar um conjunto de questões (ver anexo B) que permitem clarificar a realidade dos acontecimentos, conduzindo a investigação no sentido do apuramento da verdade. Para que tal seja possível, é fulcral que a testemunha/arguido esteja disposta/o a colaborar, pelo que os criadores da PNL conceberam padrões linguísticos de carácter hipnótico de forma a ter acesso à mente inconsciente do entrevistado. Um dos exemplos apresentados, e de fácil execução, é o espelhamento, que segundo os especialistas contribui para criar uma maior sintonia com o entrevistado e assim recolher um maior número de informação. Uma outra ferramenta apresentada são os metaprogramas. Com a grelha proposta pelos criadores da PNL, é possível perceber quais os filtros internos utilizados por um dado indivíduo que determina a informação que será entendida e de que forma. Por todos estes aspetos, o investigador tem ao seu alcance três ferramentas que permitem decifrar a linguagem verbal de uma determinada testemunha ou arguido.

Por outro lado, através da linguagem não verbal, o investigador consegue identificar expressões faciais, posturas e gestos, pelo que é possível detetar determinadas incongruências entre as emoções e as ideias. Todavia, para se analisar este tipo de linguagem existem aspetos técnicos que só a PNL pode dar aos investigadores, tais como a calibragem,

o compassamento e estabelecer a linha-base do entrevistado. Desta forma, o entrevistador conseguirá estar mais próximo de distinguir a verdade da mentira. Para tal, urge ainda a necessidade de utilizar técnicas de entrevista capazes de obter o máximo de informação, como as propostas no presente trabalho.

Em segundo lugar, através do trabalho de campo desenvolvido, fora possível verificar o explanado na revisão da literatura, ou seja, a carência de formação dos militares nesta área em específico, sobrelevando-se, deste modo, a necessidade de uma formação em PNL. Ainda pela conjugação global dos conhecimentos adquiridos, é exequível e pertinente responder às perguntas derivadas inicialmente elaboradas. Verificou-se, pois, em breves palavras, que não existe formação nesta área na GNR. Toda a aprendizagem resulta da partilha de conhecimentos entre camaradas, que adquirem algum conhecimento com a prática diária e com a literatura. Este facto é verificável na revisão de literatura, relevando-se o emprego de técnicas de entrevista deficitárias como um dos principais erros na deteção da mentira. Refletindo sobre este facto, a formação em PNL poderia colmatar facilmente esta problemática, recorrendo como tal às ferramentas apresentadas. Destacam-se as subcategorias transmissão de conhecimento por parte de militares mais antigos, bem como a aprendizagem com os erros cometidos e com a experiência pessoal, respondendo, assim, à **PD1 – “Que tipo de formação é ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista e condução de interrogatório?”**.

Quanto ao espaço físico da entrevista, bem como à falta de conhecimentos-chave resultantes da carência de formação, passando pela falta de *feedback* dado aos militares após o julgamento dos arguidos, são tudo problemáticas que traduzem a escassez de técnicas perante o ato de analisar a linguagem de um indivíduo, tornando-se impossível escrutinar a realidade dos factos em detrimento da perceção que a testemunha/arguido tem dos mesmos. Assim sendo, e uma vez que as subcategorias referidas são princípios-base da PNL para uma boa recolha de informação, denota-se, uma vez mais, a importância deste modelo de comunicação na formação dos investigadores. Importa referir que nove das treze subcategorias apresentadas na análise e discussão dos resultados, apresentam um grau de concordância inferior a 50%, pelo que se pode concluir que os militares não estão preparados para este âmbito, resolvendo-se, deste modo, a problemática da **PD2 – “Estarão os militares munidos das ferramentas necessárias para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação?”**.

Como explanado na revisão de literatura, confirma-se os erros mais comuns dos investigadores na deteção da mentira durante uma inquirição ou interrogatório. Por esta

razão, devaneando sobre o assunto, é urgente corrigir as erronias identificadas com vista a aprimorar a capacidade dos militares para conduzir uma investigação com brio e eficiência, pelo que são apresentadas viabilidades neste sentido. Evitar confiar nas heurísticas confiando em várias pistas de uma maneira flexível, prestar atenção à linguagem verbal e não verbal, evitando tomar atenção só a uma delas, bem como a utilização de técnicas de entrevista adequadas, são três dos vários exemplos apresentados para fazer face às vulnerabilidades retratadas. Pelos factos enunciados, a PNL através de técnicas já referenciadas como a calibragem, compassamento, estabelecer a linha-base, identificação dos metaprogramas de um indivíduo, compreensão dos princípios associados a este modelo, entre outros, irá melhorar substancialmente a capacidade do investigador para conduzir uma entrevista, bem como detetar mentiras, salientando-se assim, as subcategorias uso da heurística, examinar as pistas erradas, técnicas de entrevista deficitárias e dificuldade em detetar a mentira. Desta forma, a **PD3 – “Quais as principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira?”**, fica clarificada.

Atinente à **PD4 – “Como é que a GNR pode dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo?”** realçam-se as subcategorias cursos específicos e seminários. Assim sendo, através das propostas indicadas pelos entrevistados ao longo deste trabalho, e porque é importante saber criticar de forma construtiva, mas, por outro lado, contribuir para o seu aprimoramento, a GNR tem à sua disposição várias formas de ministrar formações em PNL. Seja através de cursos específicos aos investigadores ou seminários com especialistas na área, ou até, através do ensino *E-learning*.

Por fim, após escalpelizadas as PD's, surge a resposta à **QC – “Qual o impacto de uma formação em PNL, para os militares responsáveis pelos inquéritos, na deteção da mentira?”**. Destarte, por todos os erros exibidos, bem como por todas as ferramentas e técnicas elucidadas, verifica-se, sem margem para dúvidas, que uma formação em PNL é fundamental para os militares a quem cabe tal responsabilidade, uma vez que contribuirá de forma muito enriquecedora para credibilizar investigações que muito tempo e dedicação exigem dos militares.

Finalmente, é imprescindível que todos se conscientizem de que face ao estado de emergência vivido aquando da realização do TIA, foi impraticável a observação direta de inquirições/interrogatórios que, de certo modo, contribuiria para uma análise mais justa e equilibrada dos investigadores entrevistados. Posto isto, recomenda-se a aprofundar este estudo, recorrendo para tal à aplicação prática da PNL, bem como proporcionar aos investigadores formação neste âmbito, desde logo, a partir do Curso de Guardas. Ainda de

grande pertinência, ao nível da formação, é importante verificar alterações que tenham ocorrido nos diversos Cursos de Guardas, bem como nos Cursos de Cabos pois, uma vez que a média de idades dos militares entrevistados ronda os 42 anos, não se poderá olvidar o facto de que militares mais modernos possam ter sido instruídos com conteúdos mais atualizados. Assim sendo, o conhecimento adquirido pode vir a ser uma mais valia no sentido de conduzir inquéritos com técnicas de entrevista mais atualizadas, ou com métodos inovadores. Por outro lado, pode-se chegar à conclusão de que não houve qualquer tipo de atualização e que, os militares mais modernos, têm a mesma formação que os mais antigos. Desta forma, o método indutivo utilizado terá um valor reforçado pois, o contributo dos 15 militares entrevistados, poderá ser generalizado a todo o efetivo, em todos os escalões etários.

Recomenda-se ainda, a aprofundar este estudo com aplicação prática no Núcleo de Investigação de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) pois, neste caso específico, é ainda mais relevante a compreensão dos fundamentos da Programação Neurolinguística, uma vez que se lida, diariamente, com vítimas muito vulneráveis e que, por vezes, os sinais corporais evidenciados por estas traduzem-se em situações muito complexas, de vida ou de morte.

BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar [AM]. (2015). *NEP n.º 520/4ª de 11 de maio: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Academia Militar [AM]. (2016). *NEP n.º 522/1ª de 20 de janeiro: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.
- Allen, S. (2015). *Reprograme seu cérebro com PNL (2ª Edição)*. Califórnia: CreateSpace.
- Anastácio, M. (2009). *Psicologia das Motivações Ajurídicas de Sentenciar: O Lado Invisível da Decisão*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Lisboa.
- Andrade, M. (2010). *Prática de Direito Processual Penal*. Lisboa: Quid Juris? – Sociedade Editora.
- Archer, D. & Lansley, C. (2015). Public appeals, news interviews and crocodile tears: an argument for multi-channel analysis. *Edinburgh University Press*, 10(2), 231-258.
- Azevedo, C. & Azevedo, A. (1998). *Metodologia Científica (4ª Edição)*. Porto: C.Azevedo.
- Bandler, R. & Fitzpatrick, O. (2009). *Conversations with Richard Bandler. Two NLP Masters Reveal the Secrets to Successful Living*. Florida: Health Communications, Inc.
- Bandler, R. & Grinder, J. (1975). *The structure of magic II: A book about language and therapy*. EUA: Science & Behavior Books.
- Bandler, R. & Grinder, J. (1982). *Sapos em Príncipes – Programação Neurolinguística (10ª Edição)*. São Paulo: Summus Editorial.
- Bandler, R. Grinder, J. (1997). *Patterns of the Hypnotic Techniques of Milton H. Erickson, M.D (1st Edition)*. Washington: Grinder & Associates.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bateson, G. (1984). *La nature et la pensée*. Paris: Seuil.
- Bavister, S. & Vickers, A. (2011). *Programación neurolingüística (PNL): Las claves para una comunicación más efectiva*. Barcelona: Editorial AMAT.
- Bond, C. & DePaulo, B. (2006). Accuracy of deception judgements. *Personality and Social Psychology Review*, 10(1), 214-234.
- Boothman, N. (2002). *Como fazer os outros gostar de si*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods (4th Edition)*. Oxford: Oxford University Press.

- Buller, D. & Burgoon, J. (1996). Interpersonal deception theory. *Communication Theory*, 6(1), 203–242.
- Cameron-Bandler, L., Gordon, D. & Lebeau, M. (1985). *The imprint method*. Califórnia: Future Pace Inc.
- Campbell, A. (2018). *NLP. Made Easy. How to use Neuro-Linguistic Programming to change your life*. Califórnia: Hay House, Inc.
- Campbell, A. (2019). *Dark psychology: super advanced techniques to persuade anyone, secretly manipulate people and influence their behaviour without them noticing (emotional, body language, nlp, psychology tricks)*. Califórnia: Createspace.
- Cantrell, J. (2015). *Mastering the Body Language: How to Read People's Mind with Nonverbal Communication*. Califórnia: Kindle Edition.
- Carson, D., Milne, R., Pakes, F., Shalev, K. & Shawyer, A. (2007). *Applying Psychology to Criminal Justice* (1st Edition). England: Wiley.
- Carter, R. (1999). *Atlas du cerveau. Neurosciences du comportement: Les nouveaux savoirs et leurs conséquences*. Paris: Autrement.
- Caso, L., Vrij, A., Mann, S., & De Leo, G. (2006). Deceptive responses: The impact of verbal and non-verbal countermeasures. *Legal and Criminological Psychology*, 11(1), 99-111.
- Chambel, J. & Curral, L. (2008). *Psicologia Organizacional, da Estrutura á Cultura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Colares, V. (2017). *Linguagem & direito: caminhos para linguística forense*. SãoPaulo: Cortez Editora.
- Colwell, L., Miller, H., Lyons, P. & Miller, R. (2006). The training of law enforcement officers in detecting deception: A survey of current practices and suggestions for improving accuracy. *Police Quarterly*, 9, 275–290.
- Coulthard, M. (2002). Whose voice is it? Invented and concealed dialogue in written records of verbal evidence produced by the police. In Cotterill, J., *Language in the legal process* (pp. 19-34). London: Palgrave Macmillan.
- Coulthard, M., Johnson, A., & Wright, D. (2016). *An introduction to forensic linguistics: Language in evidence*. London: Routledge.
- Craft, A. (2001). Neuro-linguistic programming and learning theory. *The Curriculum Journal*, 12(1), 125-136.
- Cudicio, C. (1988). *Maîtriser l'art de la PNL: programmation neurolinguistique*. Paris: Editions d'Organisation.

- Cury, A. (2007). *Inteligência Multifocal* (1ªEdição). Lisboa: Pergaminho.
- Darley, J. & Gross, P. (1983). A hypothesis-confirming bias in labelling effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 20–33.
- Darwin, C. & Prodger, P. (1998). *The expression of the emotions in man and animals*. USA: Oxford University Press.
- DePaulo, B. & Friedman, H. (1998). Nonverbal communication. In Gilbert, D., Fiske, S. & Lindzey, G., *The handbook of social psychology* (pp. 3–40). Boston: McGraw-Hill.
- DePaulo, B., Epstein, J. & LeMay, C. (1990). Responses of the socially anxious to the prospect of interpersonal evaluation. *Journal of Personality*, 58, 623–640.
- DePaulo, B., Kashy, D., Kirkendol, S., Wyer, M. & Epstein, J. (1996). Lying in everyday life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 979–995.
- DePaulo, B., Lindsay, J., Malone, B., Muhlenbruck, L., Charlton, K., & Cooper, H. (2003). *Cues to deception*. *Psychological Bulletin*, 129, 74–118.
- Dias, J. (1988). Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal. *Jornadas de Direito Processual Penal - O novo Código de Processo Penal*. Coimbra: Almedina.
- Drenth, P. (1998). Research in Work and Organizational Psychology: Principles and Methods. In Drenth, P, Thierry, H. & Wolf, C., *Handbook of work and organizational psychology*, pp. 11-46. UK: Psychology Press.
- Driver, J. (2010). *Como Observar as Pessoas –Dizemos Mais do que Pensamos*. Lisboa: Bizâncio.
- Einspruch, E. & Forman, B. (1985). Observations concerning research literature on neuro-linguistic programming. *Journal of Counseling Psychology*, 32(4), 589.
- Ekman, P. & Friesen, W. (2003). *Unmasking the face. A guide to recognizing emoticons from facial clues*. Califórnia: Malor Books.
- Ekman, P. (1993). Facial expression and emotion. *American psychologist*, 48(4), 384.
- Ekman, P. (2001). *Telling lies: Clues to deceit in the marketplace, politics and marriage*. New York: Norton.
- Ekman, P. (2003a). Darwin, deception, and facial expression. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1000(1), 205-221.
- Ekman, P. (2003b). *Emotions revealed. Understanding faces and feelings*. London: Weidenfeld & Nicolson.

- Ekman, P., & O'Sullivan, M. (2006). From flawed self-assessment to blatant whoppers: The utility of voluntary and involuntary behavior in detecting deception. *Behavioural Sciences & the Law*, 24, 673–686.
- Esperança, E. (1993). *A Comunicação Não-Verbal* (1ª Edição). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Ewens, S., Vrij, A., Jang, M., & Jo, E. (2014). Drop the small talk when establishing baseline behaviour in interviews. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 11(3), 244-252.
- Fachada, M. (2018). *Psicologia das Relações Interpessoais* (3ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo.
- Fasel, B. & Luetin, J. (2003). Automatic facial expression analysis: a survey. *Pattern recognition*, 36(1), 259-275.
- Filipovic, L., & Gascón, A. (2018). Interpreting meaning in police interviews: Applied Language Typology in a Forensic Linguistics context. *Vigo International Journal of Applied Linguistics*, 15(1), 67-104.
- Fiske, J. (1998). *Introdução ao Estudo da Comunicação* (4ª edição). Porto: Edições ASA.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5ª Edição). Lisboa: Lusociência.
- Frank, M., Yarbrough, J. & Ekman, P. (2006). Investigative interviewing and the detection of deception. In Williamson, T., *Investigative interviewing: Rights, research and regulation* (pp. 229–255). England: Willan.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (3ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Glass, L. (2013). *The Body Language of Liars: From Little White Lies to Pathological Deception*. London: Career Press.
- Goleman, D. (2003). *Inteligência Emocional* (12ª Edição). Lisboa: Temas e Debates.
- Gonçalves, S. (2014). *Psicossociologia do trabalho e das organizações*. Lisboa: Pactor.
- Granhag, P. & Hartwig, M. (2012). Detecting deception. *Forensic Psychology*, 10, 151-169.
- Grau, C. (1996). *Pour aider à mieux vivre: les outils de la PNL au service de la relation d'aide*. Paris: Jouvence.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Lucerna.
- Hare, R. (2006). Psychopathy: A clinical and forensic overview. *Psychiatric Clinics of North America*, 29(1), 709–724.

- Hartwig, M., Granhag, P. & Stromwall, L. (2007). Guilty and innocent suspects' strategies during interrogations. *Psychology, Crime & Law*, 13(1), 213–227.
- Hartwig, M., Granhag, P., Stromwall, L. & Kronkvist, O. (2006). Strategic use of evidence during police interrogations: When training to detect deception works. *Law and Human Behavior*, 30, 603–619.
- Hartwig, M., Granhag, P., Stromwall, L. & Vrij, A. (2005). Detecting deception via strategic disclosure of evidence. *Law and Human Behavior*, 29, 469–484.
- Heap, M. (2008). The validity of some early claims of neuro-linguistic programming. *Skeptical intelligencer*, 11, 6-13.
- Hollins, D. (2019). *Dark Psychology Secret: The Essential Guide to Persuasion, Emotional Manipulation, Deception, Mind Control, Human Behavior, NLP and Hypnosis, How To Stop Being Manipulated And Defend Your Mind*. London: Independently Published.
- Inbau, F., Reid, J., Buckley, J. & Jayne, B. (2001). *Criminal interrogation and confessions*. (4th Edition.). Gaithersburg, MD: Aspen.
- Inbau, F., Reid, J., Buckley, J. & Jayne, B. (2013). *Criminal interrogation and confessions* (5th Edition). Burlington, MA: Jones & Bartlett Learning.
- Iñigo, D. & Mazo, F. (2008). Métodos de Investigación en Psicología de las Organizaciones. In Rodriguez, F. & Alcover, C. *Introducción a la Psicología de las Organizaciones. Psicología y Educación* (pp. 109-133). Madrid: Alianza editorial.
- Johnson, S. (2019). *Dark Psychology Secrets: Defense Manipulation, Emotional Influence, Persuasion, Deception, Mind Control, Covert Nlp, Brainwashing and Hypnosis*. Califórnia: Createspace.
- Kapardis, A. (2010). *Psychology and Law: A Critical Introduction* (3rd Edition). England: Updated Edition.
- King, P. (2014). *Body talk: The Body Language Skills to Decode the Opposite Sex, Detect Lies, and Read Anyone Like a Book*. London: Plain Key Media.
- Kohnken, G. (2004). Statement validity analysis and the “detection of the truth.” In P.A. Granhag, P. & Stromwall, L., *Deception detection in forensic contexts* (pp. 41–63). England: Cambridge University Press.
- Lussato, B. (1991). *Informação, Comunicação e Sistemas*. Lisboa: Dinalivro.
- Mann, S., Vrij, A. & Bull, R. (2004). Detecting true lies: Police officers' ability to detect deceit. *Journal of Applied Psychology*, 89, 137–149.
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

- Martenet, C. (2018). *Coaching com PNL*. Lisboa: Pactor.
- Matalon, B. & Ghiglione, R. (1995). *O Inquerito – Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora.
- Meissner, C. & Kassin, S. (2002). “‘He’s guilty!’”: Investigator bias in judgments of truth and deception. *Law and Human Behavior*, 26, 469–480.
- Mendes, P. (2018). *Lições de Direito Processual Penal (5ª Edição)*. Coimbra: Almedina.
- Ministério da Justiça [MJ] (2019). Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal com as alterações constantes da Lei n.º 102/2019, de 06 de setembro. *Diário da República*, 1ª série, n.º 171, 20-24.
- Monteiro, A. (2017). *Os segredos que o nosso corpo revela (12ª Edição)*. Lisboa: Manuscrito.
- Moutinho, J. (2000). *Arguido e imputado no processo penal português*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Navarro, J. (2012). *O corpo não mente*. Lisboa: Leya.
- Navarro, J. (2018). *The Dictionary of Body Language*. New York: HarperCollins Publishers.
- Ofshe, R. & Leo, R. (1997). The decision to confess falsely: Rational choice and irrational action. *Denver University Law Review*, 74, 979–1112.
- Olsson, J. & Luchjenbroers, J. (2013). *Forensic linguistics*. London: A&C Black.
- Otu, N. (2015). Decoding nonverbal communication in law enforcement. *Salus Journal*, 3(2), 1-16.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal.
- Passos, J. (2016). *Professor mediador e a neurolinguística na sala de aula*. Brasil: Appris Editora.
- Patterson, M. (2006). The evolution of theories of interactive behavior. In Manusov, V. & Patterson, M., *The SAGE handbook of nonverbal communication* (pp. 21–39). Califórnia: Sage.
- Porter, S. & Brinke, L. (2010). Truth about lies: What works in detecting high-stakes deception?. *Legal and Criminological Psychology*, 15, 57–76.
- Porter, S. & Woodworth, M. (2007). I’m sorry I did it . . . but he started it: A comparison of the official and self-reported homicide descriptions of psychopath and non-psychopaths. *Law and Human Behavior*, 31, 91–107.
- Porter, S., Gustaw, C. & Brinke, L. (2010). Dangerous decisions: The impact of first impressions of trustworthiness on the evaluation of legal evidence and defendant culpability. *Psychology Crime & Law*, 16(1), 477–491.
- Priberam, D. (2020). In *Dicionário Online Priberam*. Acedido a 21 de março de 2020 em <https://dicionario.priberam.org/eletromiografia>.

- Price, V. (2016). *Hypnosis: Attracting Your Success*. Califórnia: CreateSpace.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- Ready, R. & Burton, K. (2017). *Programação Neurolinguística para leigos*. Brasil: Alta Books Editora.
- Reinhard, M. & Sporer, S. (2008). Verbal and nonverbal behaviour as a basis for credibility attribution: The impact of task involvement and cognitive capacity. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44(1), 477–488.
- Robbins, A. (2018). *Desperte o gigante que há em si* (4ª Edição). Lisboa: Leya.
- Ruby, C. & Brigham, J. (1997). The usefulness of the criteriabased content analysis technique in distinguishing between truthful and fabricated allegations. *Psychology, Public Policy, and Law*, 3, 705–737.
- Santos, I. (2003). *Métodos e técnicas de pesquisa* (4ª Edição). Rio de Janeiro: Impetus.
- Santos, L. & Lima, J. (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Cadernos do IESM, Centro de Investigação e Desenvolvimento, Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Santos, V. (2019). *Faces da Mentira* (1ª Edição). Brasil: Kindle Edition.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Saunders, M., Lewis, P. & Thornhill, A. (2009). *Research Methods for Business Students* (5th Edition). Essex: Pearson Education Limited. Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral* (27ª Edição). São Paulo: Cultrix.
- Seymour, J. & O'connor, J. (1996). *Treinando com a Pnl*. São Paulo: Grupo Editorial Summus.
- Shapiro, M. (2015). *Programação Neurolinguística em uma semana*. Brasil: Novo Século Livraria e Editora Ltda.
- Silva, J. (2002). *O inquérito policial e a polícia judiciária* (4ª Edição). Campinas: Millennium Editora.
- Sousa, L. (2013). *Prova Testemunhal*. Coimbra: Almedina.
- Sporer, S. & Schwandt, B. (2006). Paraverbal indicators of deception: A meta-analytic synthesis. *Applied Cognitive Psychology*, 20, 421-446
- Sporer, S. & Schwandt, B. (2007). Moderators of nonverbal indicators of deception: A meta-analytic synthesis. *Psychology, Public Policy, and Law*, 13, 1-34.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research*. London: Sage.

- Taylor, R. & Hick, R. (2007). Believed cues to deception: Judgments in self-generated serious and trivial situations. *Legal and Criminological Psychology*, 12(1), 321–332.
- Temidayo, A. (2017). Deception in Police-Suspect Interaction in Ibadan, Nigeria. *Journal of Pan African Studies*, 10(7), 225-248.
- Tian, Y., Kanade, T. & Cohn, J. (2005). Facial expression analysis. In Jain, A. & Li, S., *Handbook of face recognition* (pp. 247-275). New York: Springer.
- Timbana, A. (2017). A linguística forense: um desafio para a investigação criminal no século XXI. *Revista Científica do ISCTAC*, 3(7), 40-52.
- Vallés, G. (2014). *Programação Neurolinguística*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Vanderhallen, M., Jaspert, E., & Vervaeke, G. (2016). SCAN as an investigative tool. *Police Practice and Research*, 17(3), 279-293.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vrij, A. & Granhag, P. (2007). Interviewing to detect deception. In Christianson, S., *Offenders' memories of violent crimes* (pp. 279–304). England: Wiley.
- Vrij, A. & Lochun, S. (1997). Neuro-linguistic programming and the police: Worthwhile or not?. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 12(1), 25-31.
- Vrij, A. & Mann, S. (2001). Who killed my relative? Police officers' ability to detect real-life high-stake lies. *Psychology, Crime & Law*, 7, 119–132.
- Vrij, A. (2008). *Detecting lies and deceit: Pitfalls and opportunities* (2nd Edition.). England: Wiley.
- Vrij, A. (2016). Baseline as a lie detection method. *Applied Cognitive Psychology*, 30(6), 1112-1119.
- Vrij, A., Fisher, R., & Blank, H. (2017). A cognitive approach to lie detection: A meta-analysis. *Legal and Criminological Psychology*, 22(1), 1-21.
- Vrij, A., Granhag, P., & Porter, S. (2010). Pitfalls and opportunities in nonverbal and verbal lie detection. *Psychological science in the public interest*, 11(3), 89-121.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TRIAGEM DA PERCEÇÃO

Quadro n.º 6 – Triagem da Perceção

Nº	Crítérios
Quadro de referência (Eu/Outro)	
1	“As pessoas escolhem, conscientes ou não, informações de acordo com os seus próprios critérios ou influenciados por outrem” (Martenet, 2018, p. 23).
Conteúdo (Informação; Pessoas; Locais; Atividades)	
2	“Quando o indivíduo seleciona elementos da realidade, privilegia geralmente duas ou três das categorias relativas a pessoas, a atividades, a lugares e a coisas, ou recolhe informações diversas” (Martenet, 2018, p. 23).
Quadro (Largo/Estreito)	
3	“O indivíduo que tem um quadro largo capta em simultâneo muitas coisas de maneira global. Aquele que tem um quadro estreito capta apenas um detalhe da realidade” (Martenet, 2018, p. 23).
Filtro Sensorial (Cinestésico; Visual; Auditivo)	
4	“Geralmente, é privilegiada uma ou duas categorias de informação, mas raramente as três” (Martenet, 2018, p. 23).
Posição (Associado; Dissociado)	
5	“Quando se percebe a realidade exterior de maneira associada, espontânea, implicando simultaneamente o corpo, os pensamentos e as emoções. Outras pessoas fazem-no de maneira dissociada e neutra do ponto de vista emocional” (Martenet, 2018, p. 23).
Orientação (Presente; Ausente)	
6	“Aquando da percepção de um elemento da realidade, certos seres humanos – qualificados por vezes como otimistas – selecionam quase sempre o que existe, isto é, o que há, de facto, nessa realidade. Esta triagem orienta a percepção pela presença. Diz-se que se triam pela ausência, os outros, ou seja, os pessimistas” (Martenet, 2018, p. 19).

Fonte: Adaptado de Martenet (2018)

APÊNDICE B – CARACTERÍSTICAS DOS METAPROGRAMAS

Quadro n.º 7 - Características dos metaprogramas aquando da análise da experiência

Nº	Critérios
Representação Sensorial	
1	“A informação percebida em imagens, sons ou sensações não é forçosamente gerida no mesmo sistema sensorial. Acontecer frequentemente que a pessoa adquiere, por exemplo, uma informação em imagens e a analise a partir de sensações” (Martenet, 2018, p. 24).
Filtro de Relação (Semelhança/Diferença)	
2	“Para analisar uma informação, o ser humano confronta-a com o conjunto das representações que constituem o seu mapa do mundo. Fá-lo, quer sublinhando as semelhanças entre o que já conhece e a nova informação, quer localizando as diferenças” (Martenet, 2018, p. 24). Quando uma pessoa aprende algo de novo tentando combinar com algo que já conhece, então essa pessoa tem preferência pela semelhança (Ready & Burton, 2017).
Tamanho de Corte (Específico/Global)	
3	“Uma pessoa com preferência global divide as tarefas em segmentos maiores do que uma pessoa com preferência específica, que precisa de ter as tarefas mais segmentadas” (Ready & Burton, 2017, p. 140).
Processos de Intervenção (Acordo/Desacordo)	
4	“Na relação interpessoal, certas pessoas estão <i>a priori</i> de acordo e têm a tendência para concordar com a proposta do interlocutor antes mesmo de realmente a considerarem. Outras, pelo contrário, interagem em desacordo, recusam, quase antes de refletirem a natureza da proposta do interlocutor” (Martenet, 2018, p. 24).
Posição de Análise (Associado/Dissociado)	
5	“Tal como para os sistemas sensoriais, pode observar-se que a maior parte das pessoas está em posições diferentes, associada ou dissociada nos dois momentos do ciclo comportamental” (Martenet, 2018, p. 24).
Orientação do Tempo	
6	“Certas pessoas analisam a informação tendo em conta a sua experiência passada, a vivência do Presente, os seus projetos futuros ou, de maneira transversal, considerando simultaneamente ou relações entre esta nova informação e a vida na sua temporalidade global” (Martenet, 2018, p. 25).
Índice de Referência (Eu/Outro)	
7	“Para gerir uma nova informação, algumas pessoas referem-se exclusivamente aos seus próprios critérios, ou seja, têm-se a si mesmas como índice de referência. Outras têm em conta vários pareceres, fontes documentais e outras referências para analisar o que lhes acontece, isto é, têm como índice de referência o outro” (Martenet, 2018, p. 25).
Aplicação do Índice de Referência	
8	“A partir do momento em que um indivíduo se tem a si mesmo ou ao outro como referência, nos elementos para analisar a sua experiência, vai aplicar as conclusões a si ou ao outro” (Martenet, 2018, p. 25).

Fonte: Adaptado de Martenet (2018) e Ready & Burton (2017)

APÊNDICE C – MICROEXPRESSÕES FACIAIS

FACE NEUTRA



1) FELICIDADE



1.1. Cantos dos Lábios Curvados para cima



1.2. Sorriso aberto e genuíno

2) DESPREZO



2.1. Elevação de um dos cantos da boca



2.2. Elevação de um dos cantos da boca durante o sorriso

APÊNDICE C

3) NOJO	
	
3.1.Rugas em torno do nariz	3.2.Lábio Superior Elevado
4) RAIVA	
	
4.1.Sobrancelhas Apertadas	4.2.Sobrancelhas para baixo e pálpebras apertadas
	
4.3.Sobrancelhas para baixo e pálpebras inferiores apertadas	4.4.Sobrancelhas para baixo e pálpebras superiores subidas

APÊNDICE C

	
4.5.Mandíbula para a frente	4.6.Lábios pressionados um contra o outro
5) TRISTEZA	
	
5.1.Elevação da parte interna das sobrancelhas	5.2.Cantos dos lábios apontam para baixo
	
5.3.Cantos dos lábios apontam para baixo e queixo sobe	5.4."Beicinho"

APÊNDICE C

	
5.5. Ausência de expressão (perda de tónus muscular da face – difere da face neutra devido a esse facto)	5.6. Lábios pressionados um contra o outro e olhar para baixo (difere da raiva, contudo, analisar o contexto envolvente)
6) MEDO	
	
6.1. Pálpebras superiores muito elevadas	6.2. Sobrancelhas elevadas que se unem
	
6.3. Sobrancelhas e pálpebras superiores elevadas	6.4. Boca aberta e em tensão

	
6.5.Lábios prolongados na horizontal	
7) SURPRESA	
	
7.1.Pálpebras superiores elevadas (movimento muito curto, mais curto que no medo)	7.2.Sobrancelhas elevadas
	
7.3.Sobrancelhas e pálpebras superiores elevadas	7.4.Boca Aberta

Figura n.º 1 – As 27 variações das Microexpressões Faciais

Fonte: Adaptado de Ekman (2003b)

APÊNDICE D – CABEÇA: PACIFICADORES DE *STRESS*

Quadro n.º 8 – Pacificadores de *Stress*

Pacificadores de Stress	Caraterísticas
“Brincar” com o cabelo	É frequentemente mais utilizado pelas mulheres e pode indicar boa disposição ou, por outro lado, <i>stress</i> . Se a palma da mão está voltada para a cabeça é um indicador de <i>stress</i> . Se, por sua vez, está voltada para fora, poderá ser boa disposição (Navarro, 2018).
Mexer com os dedos entre o cabelo	Quando os homens se encontram stressados tendem a passar os dedos entre os cabelos, de modo a ventilar a cabeça e a relaxar os nervos da pele. Poderá ser também um sinal de dúvida (Navarro, 2018).
Acenar com a cabeça	Durante uma conversa, por vezes, acenar com a cabeça é sinal de compreensão, isto é, que se está a prestar atenção ao que se está a ouvir. Todavia, quando este acenar é acompanhado pela compressão dos lábios poderá sugerir desacordo (Navarro, 2018).
Coçar a cabeça	Coçar a cabeça muito rapidamente sinaliza alto <i>stress</i> ou preocupação. Poderá também indicar que a pessoa está em conflito quanto ao que fazer a seguir (Navarro, 2018).
Massajar a testa	Regra geral, as pessoas tendem a massajar a testa quando têm dores de cabeça, quando processam informação, ou quando têm preocupações, dúvidas ou ansiedade (Navarro, 2018).
Cobrir os olhos	A cobertura oculta dos olhos com uma mão ou dedos é um comportamento de bloqueio associado a um evento negativo, tal como a revelação de más notícias ou informações ameaçadoras (Navarro, 2018).
Apontar o dedo por baixo dos olhos	Apontar o dedo para a zona imediatamente abaixo dos olhos, juntamente com a elevação da sobrancelha, bem como com a compressão dos lábios, indica que a pessoa está incrédula ou duvidosa (Navarro, 2018).
Massajar o lóbulo da orelha	É muito habitual massajar-se o lóbulo da orelha em situações de <i>stress</i> , ou quando se está meramente a contemplar alguma coisa. Também é associado a dúvida e hesitação (Navarro, 2018).
Cobrir o nariz com as duas mãos	Cobrir o nariz e a boca com as duas mãos é um ato indicador de choque, surpresa, insegurança, medo, dúvida ou apreensão (Navarro, 2018).
Suster a respiração	Quando as pessoas estão stressadas têm um impulso de suste a respiração. Revela apreensão e/ou medo (Navarro, 2018).
Língua a bater nas bochechas	Alguns indivíduos, sob stress, batem com a língua por dentro das bochechas, de modo a acalmar os nervos. Para muitas pessoas poderá já ser um <i>tic</i> nervoso. Todavia, é um sinal de alerta de <i>stress</i> (Navarro, 2018).
Roer as unhas	As pessoas que roem as unhas costumam de o fazer em situações de <i>stress</i> . Poderá também ser um <i>tic</i> nervoso, no entanto deve-se estar alerta (Navarro, 2018).
“Arrancar/puxar” os lábios	Indica uma vez mais <i>stress</i> , apreensão, medo e falta de confiança (Navarro, 2018).

Fonte: Adaptado de Navarro (2018)

APÊNDICE E – CRITÉRIOS E LISTA DE VERIFICAÇÃO CBCA

Quadro n.º 9 - Critérios CBCA

Caraterísticas Gerais	Estrutura Lógica (coerência e consistência na declaração).
	Produção não estruturada (a declaração não segue uma sequência cronológica de tempo).
	Quantidade de detalhes (a declaração contém uma quantidade significativa de detalhes).
Conteúdo Específico	Incorporação contextual (o evento em questão está situado em locais, relacionamentos pessoais com o acusado e outros, antes e depois de sua ocorrência).
	Descrições de interações (a declaração contém a sequência de ações e reações).
	Reprodução de conversas.
	Complicações inesperadas durante o incidente.
	Detalhes incomuns.
	Detalhes supérfluos.
	Detalhes mal compreendidos relatados com precisão.
	Associações externas relacionadas com o caso.
	Relatos do estado mental subjetivo.
Atribuição do estado mental do agressor.	
Conteúdo Relacionado à Motivação	Correções Espontâneas.
	Admitir falta de memória.
	Levantar dúvidas sobre o próprio testemunho.
	Autodepreciação.
	Perdoar o autor.
Elementos Específicos da Ofensa	Detalha a característica da ofensa.

Fonte: Adaptado de Kapardis (2010)

Quadro n.º 10 – Lista de Verificação CBCA

Caraterísticas Psicológicas (do entrevistado)	Inadequação da linguagem e do conhecimento.
	Inadequação de afeto.
	Suscetibilidade à sugestão.
Caraterísticas da Entrevista	Questões sugestivas, conduzidas ou coercivas.
	Inadequação geral da entrevista.
Motivação	Motivos questionáveis para relatar.
	Contexto questionável de divulgação.
	Pressão para relatar falsamente.
Questões Investigativas	Inconsistência com as leis da natureza.
	Inconsistência com outras declarações.
	Inconsistência com outras evidências.

Fonte: Adaptado de Kapardis (2010)

APÊNDICE F – CRITÉRIOS SCAN

Quadro n.º 11 – Critérios SCAN

1. Pronomes (mudança ou ausência).
2. Correções espontâneas.
3. Emoção (manifesta-se perto do ponto principal da história e não durante a história propriamente dita).
4. Conexões (ex: “mais tarde”; “a próxima coisa que me lembro”).
5. Utilização da primeira pessoa do singular.
6. Utilização dos tempos verbais no passado (e desvios deste).
7. Tempo de escrita (uma falsa declaração terá mais linhas escritas antes da ofensa do que depois desta).
8. Alterações no uso da linguagem (o uso inconsciente da linguagem poderá indiciar uma mentira. Por exemplo: uma pessoa que fala de forma cordial e que altera a sua forma de falar sem razão aparente).

Fonte: Adaptado de Kapardis (2010)

APÊNDICE G – GUIÃO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome completo:

Idade:

Tempo de serviço na GNR:

Cargo/ Posto:

Unidade/ Subunidade:

Função:

Habilitações Literárias:

Local:

Data/ Hora (início/fim):

1. ENTREVISTA

A sua colaboração, através das respostas às seguintes questões, será basilar para o sucesso da presente investigação. Deste modo, solicita-se que as mesmas sejam respondidas da forma mais honesta e completa possível.

1. Durante um auto de interrogatório de um arguido ou inquirição de uma dada testemunha, sente-se motivado a detetar possíveis mentiras? Justifique.
2. Quais são, no seu entendimento, as dificuldades em detetar mentiras?
3. Qual é, caso exista, o feedback que têm relativamente a um dado arguido/testemunha após o seu julgamento?
4. Durante um inquérito, quais os aspetos que dá mais relevância na testemunha/arguido? Comunicação Verbal ou Comunicação Não Verbal?
5. Durante o inquérito tem por hábito analisar as microexpressões faciais? Se sim, de que modo o faz?
6. Quando uma dada testemunha/arguido está nervoso/a qual é o seu comportamento para com ele/a?
7. Na sua opinião quais os sinais visíveis que são mais indicadores que o dado sujeito processual penal está a mentir?

APÊNDICE G

8. Relativamente à linguagem corporal, qual considera ser a mais relevante para distinguir a verdade da mentira?
9. Que tipo de formação a GNR ministra aos militares responsáveis pelos inquéritos?
10. Quais considera serem as melhores formas de exponenciar tal formação pelo dispositivo?
11. Sente-se mais motivado a entrevistar pessoas sobre as quais recaem indícios fortes ou aquelas das quais existe pouca informação?
12. Quando a pessoa entrevistada apresenta desconforto à questão colocada, o que faz de seguida?
13. Relativamente a indivíduos mais introvertidos, qual pensa ser a melhor forma de os entrevistar?
14. Considera que está habilitado com uma formação enriquecida para conseguir detetar a verdade da mentira, bem como conduzir uma entrevista?
15. Regra geral, costuma confrontar os entrevistados com as evidências encontradas?
Se sim, em que fase do interrogatório é normal fazê-lo?
16. O que faz para estabelecer *sintonia/harmonia* com a testemunha/arguido?
17. Por norma, analisa as palavras utilizadas pelo entrevistado? Que conclusões retira a partir disso?

Obrigado pelo contributo!

ASP-INF Soares.

APÊNDICE H – GRELHA DE ENTREVISTADOS

Quadro n.º 12 - Grelha de Entrevistados

	Idade	Tempo de serviço	Género	Habilitações	Posto/Cargo	Subunidade	Função	Local	Data	Duração
E1	42 anos	21 anos	Masculino	12ºano	Cabo	Posto Territorial de Fânzeres	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Fânzeres	05/3/2020	24 min
E2	45 anos	20 anos	Masculino	12ºano	Guarda-Principal	Posto Territorial de Arcozelo	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Arcozelo	05/3/2020	60 min
E3	50 anos	27 anos	Masculino	10ºano	Cabo	Posto Territorial de Arcozelo	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Arcozelo	05/3/2020	37 min
E4	38 anos	17 anos	Masculino	12ºano	Guarda-Principal	Posto Territorial de Fânzeres	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Fânzeres	05/3/2020	20 min
E5	45 anos	20 anos	Masculino	12º ano	Cabo de Curso	Posto Territorial dos Carvalhos	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial dos Carvalhos	06/3/2020	30 min
E6	40 anos	20 anos	Masculino	12ºano	Cabo	Posto Territorial dos Carvalhos	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial dos Carvalhos	06/3/2020	35 min
E7	40 anos	18 anos	Masculino	12ºano	Guarda-Principal	Posto Territorial de Avintes	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Avintes	06/3/2020	42 min
E8	39 anos	17 anos	Masculino	11ºano	Cabo de Curso	Posto Territorial de Lever	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Lever	09/3/2020	29 min
E9	39 anos	16 anos	Masculino	12ºano	Guarda-Principal	Posto Territorial de Medas	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Medas	10/3/2020	30 min

APÊNDICE H

E10	46 anos	24 anos	Masculino	11ºano	Cabo	Posto Territorial de Canelas	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Canelas	12/3/2020	35 min
E11	31 anos	10 anos	Masculino	9ºano	Cabo de Curso	Posto Territorial de St.Tirso	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de St.Tirso	07/4/2020	25 min
E12	43 anos	19 anos	Masculino	12ºano	Cabo	Posto Territorial da Trofa	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial da Trofa	07/4/2020	28 min
E13	41 anos	18 anos	Masculino	12ºano	Guarda-Principal	Posto Territorial de Vila das Aves	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Vila das Aves	07/4/2020	20 min
E14	49 anos	27 anos	Masculino	6ºano	Cabo	Posto Territorial de Alfena	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Alfena	13/4/2020	30 min
E15	44 anos	22 anos	Masculino	12º ano	Cabo de Curso	Posto Territorial de Valongo	Responsável pelos Inquéritos	Posto Territorial de Valongo	14/4/2020	25 min

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE I – SINOPSES DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 13 - Sinopses da categoria "Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista"

Formação ministrada aos militares no que concerne a técnicas de entrevista	
E1	“Eu estou nos inquéritos desde 2006 e excluindo o CIAVE e um curso de IC não existiu nenhuma outra formação, ou mesmo uma atualização sobre esta temática, considerando até que seria motivador para nós termos estes cursos”.
E2	“A minha formação de entrada para os inquéritos foi de um colega para o outro. Ele basicamente disse-me sentas-te e ouves a pessoa. Fazes as perguntas, lês o processo. O início sumariamente foi este. Não houve ninguém a explicar como conduzir sequer uma inquirição ou um interrogatório. À posterior existiu uns colóquios que me fizeram aperfeiçoar a minha conduta e mais houvesse”.
E3	“Estou nos inquéritos à mais de 20 anos e sinceramente não me lembro de formações respeitantes a esta temática. No entanto considero que deveriam existir, pois a aprendizagem é fruto da nossa experiência”.
E4	“Não tenho uma formação enriquecida neste âmbito. Deveriam de existir mais cursos. Penso que nós, nos inquéritos, precisaríamos desse mecanismo para melhorar o nosso trabalho, sem dúvida”.
E5	“A nossa formação deveria de ser melhorada, muito mais. A GNR tem os seus militares que se acabam por auto-formar e começam a ganhar características importantes que se adquirem com a prática (...) não é só com livros que esta formação deveria de ser melhorada (...) a GNR deveria dar formações específicas principalmente àqueles que já estão numa função específica à muitos anos”.
E6	“Tive uma pequena formação com um indivíduo que dizem que é um entendido na matéria de ler expressões (...) Rui Mergulhão Mendes (...) deu-nos aqui uma formação de 2 horas que nos deixou empolgados e naquela altura dediquei-me a ver o que ele fazia, o que se tornou interessante. Isto deveria de ser o que a GNR nos devia ministrar”.
E7	“Já tive algumas formações, cerca de 3, e até considero que estou habilitado. Vai-se captando informação neste tipo de formações. Todavia acho que deveriam de ser mais práticas. Não é ao fim de 1 semana que nos encontramos habilitados para conduzir inquéritos ou interrogatórios. Deveria de existir atualizações”.
E8	“Estou nos inquéritos apenas à 4 meses e não tive qualquer formação. Fui colocado para substituir o meu camarada que foi para a reserva e estive a aprender com ele. Assisti a algumas inquirições e interrogatórios e foi desta forma que tive a minha formação”.
E9	“Já tive uma formação no CTer do Porto acerca dessa temática e uma outra relativa a entrevista e interrogatório. No entanto depois torna-se irrisória porque é uma manhã, ou uma tarde, cerca de 2h (...) eles falam de aspetos importantes que dá para ter umas ideias e completar com uns vídeos. O fator mais importante e que acaba por cair em esquecimento é as atualizações”.
E10	“Tive o CIAVE e tive um workshop na Universidade de Direito do Porto. Tudo que aplico foi fruto do ensinamento de outros militares, da minha formação num curso de psicologia que frequentei e da experiência que se bem adquirindo ao longo dos anos, bem como da leitura de livros relativamente ao assunto”.
E11	“Nunca tive uma formação ministrada pela GNR neste sentido. Tive sim uma formação no DTer mas foi relativamente ao CIAVE. Tudo o resto foram os meus camaradas mais antigos que me foram passando alguns ensinamentos. Acho que era fundamental quem trabalha diretamente aqui nos inquéritos ter uma formação específica”.
E12	“Aprender com o mais antigo. Ver e replicar, sem dúvida. Estou à 19 anos nos inquéritos e só passado 12 anos é que tive um curso de aperfeiçoamento na Figueira da Foz para ser introduzido na estrutura de IC. Como diziam os responsáveis pelo curso, isto é apenas um curso de aperfeiçoamento uma vez que os militares já tinham a técnica! (...) existia nesse curso um indivíduo que estava a 1 mês de ir para a reforma”.
E13	“Em 18 anos nunca tive nenhum curso. Tive 2 formações no CTer do Porto que fui de forma voluntária. Ninguém é obrigado a ir, no entanto acho que deveria de ser obrigatório frequentar tais formações, uma vez que fomos dentro do horário de serviço. Considero que estas formações deveriam de ser contínuas, periódicas (...)”

APÊNDICE I

E14	“Estou nos inquéritos à 19 anos. O meu camarada que estava aqui antes de mim ia entrar para a reserva na altura e passou-me a pasta. Assisti a algumas inquirições e ele ensinou-me como se procedia nesta circunstância (...) depois foi melhorando com a experiência. Mais tarde, houve aí uma formação sobre aperfeiçoamento de técnicas (...) algumas tentativas principalmente para a questão da violência doméstica (...) de resto mais anda. No entanto considero que seria importante”.
E15	“Estou nos inquéritos apenas à 2 anos. Nunca tive uma formação neste âmbito. Muita da formação advém do que nós aprendemos por nós próprios, do apoio que existe com o NIC e de militares mais antigos (...) a minha colocação nos inquéritos adveio do facto de eu ser o mais antigo do posto a seguir ao comandante e como ia ser adjunto, o comandante optou por me colocar nos inquéritos”.

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 14 - Sinopses da categoria "Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação"

Preparação dos militares para analisar a linguagem de uma testemunha/arguido por forma a fazer uma boa recolha de informação.	
E1	“A falta de tempo, por vezes, não deixa com que nós aprofundemos tanto a testemunha ou o arguido (...) A configuração desta sala é má. Como você pode ver nesta sala existem duas secretárias e nós somos dois nos inquéritos. O que acontece, por vezes, é eu estar a fazer um interrogatório a um arguido, com o advogado ao lado, e o meu colega tem outras diligências (...) pelo que tentamos falar sempre mais alto um que o outro, de modo a que o entrevistado consiga ouvir (...) o monitor do computador tapa-me a visão para com o entrevistado (...) já tive um processo faz para aí 13 anos em que a ofendida veio com advogada (...) mais tarde, ela informou-me que sempre que era para mentir sobre os factos a advogada dava-lhe um toque na perna, pelo que eu não conseguia ver este gesto (...) não temos quase nenhum <i>feedback</i> após o julgamento. A única coisa que temos é quando vem o despacho da notificação da acusação e aí percebemos aonde vão as nossas diligências. Acho que seria mais motivador para nós, para percebermos se o nosso trabalho foi bem realizado e, caso não tenha sido, aonde podemos melhorar (...) se tiver de referir o que dou mais relevância, numa testemunha ou arguido a comunicação verbal é quase 90%. Isto porque temos um volume processual exaustivo. Não conseguimos estar a esmiuçar, porque nós temos tempo definido para cada diligência (...) quando a pessoa começa a coçar a cabeça, às vezes percebo que ela está nervosa e tento explorar (...) não estou por dentro desse assunto das Microexpressões faciais (...) quando a pessoa começa a suar, a esfregar as mãos, coçar a cabeça começo a perceber que ela não está à vontade”.
E2	“Relativamente ao <i>feedback</i> após julgamento, para nós seria minimamente gratificante (...) se nós podermos ter uma perspetiva que pequenos crimes possam resultar, ou seja, os indivíduos sejam sancionados, então mais motivador vai ser para nós (...) por vezes nós sabemos das situações porque as pessoas nos abordam na rua e falam da situação concreta (...) dou relevância à comunicação verbal e não verbal. Acho que as duas se completam. O meu objetivo é ter a pessoa sempre a falar para detetar alguma incongruência (...) a postura corporal também me demonstra o à vontade, sobretudo a posição do corpo é o que denoto mais (...) Não reparo tanto se a pessoa tem <i>tics</i> ou não (...) precisávamos de mais tempo (...) o tempo da diligência e o tempo da entrevista (...) o volume processual e a exigência para dar resposta a todos não permite que as pessoas sejam chamadas 2 ou 3 vezes para identificar incongruências (...) já ouvi falar em Microexpressões faciais, mas não tenho tempo para analisar isso (...) deveríamos de ter uma experiência mais criteriosa para determinados tipos de crime para que fosse possível detetar esses pormenores microscópicos (...) Quando a testemunha vem nervosa tentamos apaziguar e dar algum alento para que a pessoa se sinta mais confortável, porque entrar dentro de um posto incomoda a pessoa (...) Quando é o arguido, o nervosismo poderá ser por um lado característica interpessoal ou então que está melindrado, não tentamos serenar, mas sim perceber o porquê de estar nervoso (...) o espaço físico deveria de ser remodelo (...) a secretária cria um entrave à comunicação (...) com a mesa não consigo ver da cintura para baixo. Às vezes a pessoa até pode estar de punho fechado a sentir raiva, ou até a mandar mensagens debaixo da mesa (...) a maneira como a pessoa se expressa indica-me se ela está a dizer a verdade ou a mentir. Ao longo dos anos vou percebendo (...)”.
E3	“O tribunal não nos dá <i>feedback</i> de qualquer conclusão ou despacho de que tenha tomado relativamente a isso. O que nós temos conhecimento é quando é aplicada alguma medida ao arguido (...) eu penso que seria mais benéfico para todos se fosse levado em conta aquilo que nós pensamos. Por exemplo, se num relatório intercalar, nós afirmássemos que o indivíduo estava a mentir (...) Dou relevância à comunicação verbal e também à não verbal, no entanto a não verbal poderá ter mais predominância, porque aí conseguimos ver se ele está a dizer a verdade. A verbal ele nega ou não, pelo que não podemos

APÊNDICE I

	retirar grandes conclusões das palavras (...) ao escrevermos, escrevemos aquilo que ele quer, porque senão ele não assina (...) dou predominância aos maneirismos, aos <i>tics</i> (...) quando a pessoa está nervosa tento acalmar sempre a pessoa, porque as pessoas vêm já com a preocupação de que vão prestar declarações a um agente de autoridade (...) se começamos a entrar de uma forma agressiva ela entra em paranoia (...) os reincidentes é que já é um pouco diferente (...) o facto de vir a um posto da GNR, só por si, já deixa as pessoas nervosas (...) tento fazer a mesma pergunta várias vezes de formas diferentes para detetar incongruências (...) eu com o computador nessa posição não consigo espelhar o comportamento das pessoas apesar de saber que isso pode ajudar para criar uma sintonia com a pessoa”.
E4	“Não temos <i>feedback</i> do tribunal. Só sabemos se foram aplicadas medidas ou não (...) era mais motivador para nós termos esse <i>input</i> (...) para mim a mais importante é sempre a comunicação verbal, pois transmite-me certos elementos que a vítima tenta esconder, mas que naturalmente não consegue. Contudo quando a pessoa não fala muito tento explorar mais a linguagem corporal (...) O espaço físico para a entrevista é muito mau. Como você pode ouvir, percebe-se tudo que os meus camaradas dizem nas salas ao lado. Isto acontece muitas vezes. As pessoas estão aqui e ouvem tudo. Isto não deveria de acontecer (...) O computador é um entrave à comunicação, bem como a secretária (...) nunca ouvi falar de Microexpressões faciais (...) tento sempre acalmar a pessoa (...) redijo as perguntas de outra forma para tentar obter a verdade por parte deles (...) quando uma pessoa está a mentir começa a negar várias vezes, aumenta o nervosismo à questão colocada (...) na linguagem corporal o que eu dou mais relevância e que distingo sempre é a forma do olhar. O desviar o olhar ou não encarar a pessoa, é um dos fatores que me chama a atenção (...) para tentar criar empatia com a pessoa, deixo-a 100% à vontade, motivo a pessoa para ela perceber que a GNR está aqui para ajudar criando um certo elo de ligação que me permite retirar mais informação dela”.
E5	“Há determinados indivíduos que quando mentem dão muito poucos sinais. Torna-se um desafio para mim tentar detetar estes indivíduos (...) deixo a pessoa divagar e em situações-chave volto atrás e confronto-a com as incongruências (...) a configuração da sala e da mesa é limitador para a minha investigação (...) não temos nenhum <i>feedback</i> dos tribunais, mas seria muito importante, aliás é uma coisa que falamos muitas vezes (...) sabemos às vezes pelas pessoas que nos interpelam na rua (...) poder-nos-iam informar qual a razão pela qual não conseguiram avançar com o caso para nós podermos melhorar algo nas diligências (...) considero que seja uma parte muito importante de alterar (...) dou relevância à comunicação verbal e não verbal, no entanto no caso dos arguidos quando ele se remete ao silêncio tenho que explorar a linguagem corporal, no entanto em termos práticos isso não vai valer de nada, apenas para a condução propriamente dita da nossa investigação (...) nunca ouvir falar de Microexpressões faciais (...) por vezes, presto atenção aos movimentos oculares (...) deveria de ser obrigatório aprendermos mais sobre esta temática (...) tento perceber a razão pela qual as pessoas estão nervosas e após isso é que tento acalmá-las. Assim percebo se a pessoa está nervosa por não estar à vontade ou, por outro lado, se está a mentir (...) às vezes tenho conversas mais informais, como por exemplo aqui à tempos que tive um indivíduo que dizia que já tinha falado com o advogado e que não contava nada. Nesta conversa apercebi-me que já tinha andado com o primo dele na escola, pelo que ganhei a confiança dele, ele contou-me tudo e chegou ao final e assinou”.
E6	“Eu não valorizo demasiado aquilo que o arguido me diz, porque o arguido pode mentir. Eu centro-me no que diz o ofendido (...) a comunicação verbal da testemunha tem a minha atenção, a do arguido como lhe disse nem tanto (...) relativamente à comunicação não verbal, denoto aspetos corporais nas pessoas que vêm cá pela primeira vez. Percebe-se que não estão confortáveis. A configuração da sala para mim é boa. Apesar de ser pequena, as pessoas mantêm-se focadas. O facto de ter as fotografias das minhas filhas, por um lado pode-me deixar vulnerável perante alguns arguidos, no entanto para vítimas de violência doméstica é bom porque me aproxima delas, vêm-me como uma pessoa preocupada (...) aqui na comarca de Gaia não nos dão nenhum <i>feedback</i> . Quando estava em Santa Maria da Feira o tribunal tinha o cuidado de, pelo menos, mandar-nos as acusações (...) seria importante porque vemos o nosso trabalho reconhecido, bem como vemos outras formas de condução da investigação, de modo a não conduzir a um possível arquivamento (...) nunca conseguir ir ao local durante uma investigação o que considero que seria importante (...) tento acalmar sempre as testemunhas e dizer que é obrigada a responder com a verdade (...)”.
E7	“Sinceramente, como as coisas estão atualmente, obviamente quando fazemos as inquirições não deixa de ter o valor que tem. Em boa verdade, o que o tribunal considera como prova é o que se passa na audiência de julgamento e muitas das vezes não é tido sequer em consideração o que a pessoa disse durante o inquérito, mas não deixa de ter o seu peso para a acusação. Desta forma, a vontade, por vezes, para explorar técnicas de entrevista, melhorar a nossa conduta para recolher informação não é muita (...) não há <i>feedback</i> nenhum por parte do tribunal. Mesmo assim, considero que só deverá haver nalguns casos, por exemplo crimes como condução sem habilitação legal para conduzir não nos

APÊNDICE I

	<p>interessa muito (...) dou igual relevância à comunicação verbal e não verbal. Existem aqueles indivíduos que são mais colaborantes e outros menos. Independentemente disso compete-nos a nós tentar extrair informação, para isso coloco-o à vontade (...) já ouvi falar de Microexpressões faciais, mas não sei se será fácil identificar isso (...) é muito difícil captar sinais no imediato (...) quando a testemunha está nervosa coloco-a à vontade. Tento lhe explicar que o facto de vir cá, especialmente as pessoas idosas que muitas das vezes nunca entraram num posto da GNR, será para prestar declarações e não significa que são culpadas de alguma coisa (...) relativamente ao arguido, a maior parte deles mente porque sabe que não é obrigado a falar com verdade (...) esta secretária é grande, mantém a distância com o entrevistado, mas não considero que seja grande obstáculo (...) tento sempre falar a língua das pessoas para manter de certo modo uma sintonia com elas”.</p>
E8	<p>“Estou nos inquéritos à pouco tempo, mas no que toca ao <i>feedback</i> por parte dos tribunais, por norma não existem. Acabamos por perder o acompanhamento do processo. Acho que seria relevante para ver o desenrolar do processo (...) Considero que tanto a comunicação verbal como a não verbal são importantes. A verbal é aquilo que a pessoa diz e que vai ser transcrito para o auto, daí a sua importância. Mas também a comunicação não verbal diz muito. A pessoa pode estar a dizer uma coisa e estar completamente nervosa o que me poderá levar a crer que está a mentir (...) Já ouvi falar de Microexpressões faciais, mas não tenho por hábito analisar (...) A secretária é um entrave à comunicação. Recentemente apanhei uma pessoa a mandar mensagens no telemóvel (...) ponho sempre a pessoa o mais à vontade possível, dependendo da situação (...) quando a pessoa começa a ficar nervosa aquando de uma pergunta percebo que ela poderá estar relacionada de imediato com o caso e que poderá vir a mentir (...) por norma coloco a mesma questão de outra forma para ver se a pessoa entra em contradição”.</p>
E9	<p>“Avalio tanto a linguagem verbal como a não verbal. No entanto tenho alguma dificuldade em observar aspetos da linguagem corporal. Por vezes, o à vontade da pessoa dá para analisar se a pessoa é introvertida ou extrovertida e, desta forma, adequo-me ao tipo de pessoa que tenho à frente (...) Quando a testemunha está nervosa tento acalmar e até costumo de brincar com as pessoas dizendo que se fosse arguido é que se teria de preocupar. Agora, testemunha é só responder a umas perguntinhas (...) pergunto a razão pela qual eles estão nervosos. A maior parte das pessoas é por vir ao PTer e eu costumo de lhes dizer para não se preocuparem porque ao fim ao cabo esta é uma casa com 4 paredes como as outras (...) algumas pessoas, quando lhes informamos que não são obrigadas a responder, parece que até respiram fundo e remetem-se ao silêncio (...) muito raramente temos algum <i>feedback</i> do tribunal. Uma vez ou outra, principalmente no processo de violência doméstica, vem o ofício para suspender as avaliações de risco porque o processo arquivou, mas os outros processos todos nunca chego a saber. Só sei através das pessoas que são reincidentes que me informam à posteriori. Nem que fosse uma cópia para o email do despacho de acusação. Já seria alguma coisa. Acho que devíamos ter mais tempo para ir ao local, tirar umas fotografias para conduzir uma melhor investigação (...) para colocar as pessoas mais à vontade, tenho sempre uma conversa mais informal com a pessoa, nem que seja falar de futebol, e depois quando a vejo à vontade, início a inquirição/interrogatório propriamente dito”.</p>
E10	<p>“A relevância que dou à comunicação verbal e não verbal, depende do tipo de pessoa que tenha à minha frente. Se for uma pessoa que seja habitual, isto é, reincidente, que já tenha participado em vários crimes, tanto a linguagem verbal como a não verbal é <i>top</i>. Parece que dizem as coisas naturalmente, pelo que consigo identificar por comparação a outras entrevistas que poderão estar a mentir. Outras tremem, querem dizer tanto a verdade que acabam por dizer mentiras. Uma vez que não estão tão habituadas, fazem isto sem maldade. Tento ajudar estas pessoas. Desde o estado de se sentar na cadeira ao olhar, à inquietação, tudo são sinais corporais que a pessoa não está à vontade, pelo que tento sempre colocá-las no máximo conforto possível (...) se elas começarem logo a falar, deixo-as falar para depois confrontar com os factos. Pego no que tenho nos autos e tento apurar a verdade (...) relativamente ao espaço físico é horrível porque como você está a ouvir, ouve-se tudo lá de fora e também porque está o atendimento aqui ao lado (...) eu nunca deixo as pessoas sentarem-se junto à mesa. Tenho de estar sempre a ver as mãos das pessoas (...) com a experiência vamos aprendendo sobre linguagem gestual (...) primeiro observo sempre a comunicação não verbal e depois a verbal (...) tento compassar a minha voz com a da pessoa, pois cria uma maior sintonia. Por vezes, espelho o comportamento dela (...) Só sei estas coisas porque iniciei o curso de psicologia, porque caso contrário não saberia”.</p>
E11	<p>“Neste PTer sou o único responsável pelos inquéritos. Assim sendo, quando estou de férias o serviço acumula-se, pelo que acaba por não existir muito tempo a perder com as várias diligências como talvez se deveria (...) o espaço físico até é bom, tendo em conta outros PTer (...) não considero que a secretária seja um entrave à comunicação, uma vez que ela não é assim tão grande e dá para falar com a pessoa (...) a linguagem verbal é aquela que eu dou mais relevância, apesar de considerar as duas úteis, pois apesar de eu achar que uma pessoa está a mentir, eu não posso depois transpor isso para escrito e no final da inquirição vai lá a assinatura da pessoa (...) eu até percebo sinais não verbais, mas</p>

APÊNDICE I

	acaba por ser frustrante eu não puder escrever que a pessoa está a mentir (...) por norma sou uma pessoa que deixa sempre as pessoas minimamente à vontade, para poder criar uma certa empatia do outro lado (...) <i>feedback</i> não existe”.
E12	“Relativamente ao espaço físico para mim está fantástico! As testemunhas agarram-se ao que eu crio para elas, mais especificamente esse aquário que vê aí! Considero que é um objeto descompressor para quem entra aqui com toda a atenção possível. Quem está aí sentado não está com o mesmo à vontade que eu estou aqui. Faço isto todos os dias. Pelo que é normal que as pessoas que estão aí necessitem de relaxar e enquadrar-se no meio (...) se a sala fosse maior as pessoas tinham muito espaço e divagavam. Desta forma, eu domino o ambiente (...) Crio sempre empatia com as pessoas, coloco-as à vontade. Reconheço quando estão nervosas pelos <i>tics</i> que apresentam. Coçam a cabeça, os braços (...) quando a pessoa entra e começo a identificá-la, aproveito para analisar a comunicação não verbal da pessoa (...) quando denoto que a minha empatia não funciona dou uma pancada na mesa e digo, calma/respire, não estou aqui para lhe fazer mal (...) não existe nenhum <i>feedback</i> pelos tribunais, mas também não considero que fosse relevante porque eu produzo inquéritos e depois da fase de inquérito vem a acusação ou o arquivamento do processo que diz respeito unicamente e exclusivamente ao magistrado perante o juiz defendendo ou representando o povo. Acho que o meu trabalho é produzir inquéritos, após isso, o resto não é da minha competência. Desligo-me do processo (...) tenho mais inquéritos para trabalhar. Existem mais inquéritos”.
E13	“O espaço não é mau. O único problema é quando temos de fazer mais do que uma inquirição na mesma sala. Aí sim, é um problema para recolher informação com qualidade (...) Não considero que a mesa seja um obstáculo à comunicação (...) presto atenção mais à comunicação não verbal no caso dos arguidos. Muitas vezes ao ler o indivíduo conseguimos ir buscar alguns pormenores e pô-lo a falar (...) quando a pessoa chega e diz que não presta declarações vejo logo que a pessoa está em <i>check</i> (...) tento acalmar sempre as pessoas (...) vítimas de violência doméstica damos sempre um copo de água à pessoa no sentido de a acalmar (...) não existe nenhum <i>feedback</i> dos tribunais. Gostaria de saber de algumas situações que passam por cá e são mais delicadas e que só acabamos por saber na rua. É um fator de motivação (...) por vezes, faço 4 ou 5 vezes a mesma pergunta com palavras diferentes para detetar incongruências e aí vejo logo se a pessoa está a mentir”.
E14	“O espaço físico é razoável. Comparando com outros PTER não está mau. É um espaço airoso (...) acho que tenho condições. No entanto, tenho um problema que é relativamente à impressora. Por vezes, deixo a testemunha/arguido aqui na sala sozinho, acabando por descurar na segurança, para ir buscar o auto impresso ao piso de cima, uma vez que só existe essa impressora (...) coloco sempre a pessoa à vontade”.
E15	“A sala é boa para fazer uma entrevista (...) Este espaço precisa de uma pintura. Apesar do computador estar à frente da pessoa, quando ela vem desloco o monitor (...) no caso dos arguidos, principalmente, costumo de dar mais relevância à comunicação não verbal, isto é, a própria postura da pessoa (...) quando os arguidos estão nervosos sinto que estão a esconder alguma coisa (...) através do diálogo dá para compreender que eles estão a omitir (...) no caso das testemunhas, através de uma conversa inicial, por vezes com certas brincadeiras, coloco a pessoa à vontade. Com esta conversa, a pessoa fica com o à vontade suficiente para falar (...) quando quero verificar incongruências, coloco a mesma questão de outras formas (...) não sei muitos aspetos de linguagem corporal. Às vezes temos dificuldade de avaliar uma pessoa porque não temos à vontade para isso (...) a intransigência das pessoas cria-nos dificuldade (...) tento-me moldar às pessoas”.

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 15 - Sinopses da categoria "Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira"

Principais adversidades e erros cometidos pelos militares na deteção da mentira	
E1	“A minha motivação para entrevistar e para tentar detetar uma possível mentira depende do tipo de crime. Por exemplo se for uma agressão, por norma, a motivação não é muita. Isto acontece porque nós aqui não podemos perder muito tempo com a entrevista. Não conseguimos aprofundar a investigação pelo volume de trabalho que temos. Nós em média, cada um de nós tem perto de 40 a 50 processos e com o prazo reduzido não nos dá muito tempo para estar a esmiuçar muitas situações (...) por vezes tento detetar uma mentira através da linguagem corporal. Quando a pessoa se começa a engasgar um bocado, começa a passar muitas vezes as mãos na cabeça, a suar, a esfregar as mãos, dá-nos um elemento de que ele não se está a sentir à vontade e se tivermos mais tempo podemos aprofundar mais a pessoa (...) tento dissuadir para tentar determinar incongruências nas suas frases (...) quando a pessoa

APÊNDICE I

	<p>é recorrente e se sente nervoso é porque possivelmente já vai mentir ou tem algo a esconder (...) quando a pessoa não me está a responder, tento puxar a situação atrás para que ela se lembre”.</p>
E2	<p>“Por norma sinto-me motivado a entrevistar. A título de testemunha quando é um interveniente num processo porque viu/assistiu, conseguimos a partir desta testemunha obter algo que não se consegue com os principais sujeitos do processo porque é um <i>outsider</i> ao processo e acaba por falar o que realmente viu. No caso do arguido, consegue-se detetar mentiras mediante a postura do mesmo, bem como colocar determinadas questões para chegar ao cerne da questão. Vejo como um desafio tentar detetar uma mentira. A parte processual origina esse desafio (...) quando o arguido vem com advogado tudo se torna mais complicado, acaba logo a sessão (...) ter um advogado inviabiliza a aprofundarmos a investigação porque eles são conduzidos por este (...) quando a pessoa trava o momento da comunicação torna-se complicado para nós (...) assim a pessoa tem tempo para pensar (...) quando ela demora muito tempo a responder suscita-me logo que ela poderá estar a mentir (...) se houver omissão ou estiver a mentir, ele vai quebrar num sítio qualquer (...) o nervosismo poderá ser normal, uma vez que vir a um posto é incomodativo para muita gente”.</p>
E3	<p>“Se não me sentisse motivado não estava aqui. O estar por estar não faz o meu feitiço. Tenta-se através dos meios que temos a nosso dispor tentar saber realmente e provar se num caso de um arguido se cometeu ou deixou de cometer, no caso da testemunha se está a falar verdade ou não. A posição dela, o modo de estar, tudo nos pode levar a ver se ela está a mentir. O caso do arguido é mais complicado, no caso de se remeter ao silêncio (...) através de várias perguntas tento sempre apurar a verdade, apesar de muitas vezes o comportamento dele indicar que o cometeu (...) as testemunhas trocam-se muitas vezes nos tempos, na altura dos factos, o local (...) no caso do arguido é o estar constantemente a negar (...) muitas vezes diz que não sabe, mas depois já numa conversa à frente já diz algo que está relacionado com os factos (...) quando a pessoa está mais constrangida, poderá ser um sinal de cumplicidade na situação, no entanto muitas sentem o receio de vir prestar declarações a um PTER (...) na maior parte das vezes os sinais de nervosismo no arguido é sinal de mentira”.</p>
E4	<p>“Sinto-me motivado porque acho que o gratificante no nosso trabalho é escrutinar toda a situação e todo o enredo nesse processo (...) quando os denunciante entram em contradições percebo logo que estão a mentir (...) no caso das testemunhas nota-se quando tentam proteger a, b ou c, que nos leva a ter uma maior dificuldade em perceber qual é a verdade (...) quando a pessoa está nervosa, dependendo da idade, poderá ser sinal de mentira ou não (...) se for um rapaz de 20 anos que está habituado a estas andanças e está nervoso então possivelmente não está a dizer a verdade. Por outro lado, se for uma senhora de idade, poderá ser normal visto que elas se sentem mal só por entrar num PTER (...) a negação, o aumentar do nervosismo a cada questão que é colocada são sinais mais visíveis que ele está a mentir”.</p>
E5	<p>“Levo sempre como um desafio detetar mentiras tanto nas testemunhas como nos arguidos, mas também depende do tipo de crime de que estamos a falar. Há situações que os factos que estão nos autos são por si só mais que suficientes para se perceber que se não for de encontro aos autos está a mentir (...) há determinados indivíduos que quando mentem dão muito poucos sinais (...) a minha estratégia é pô-los sempre o mais à vontade possível e depois no momento que considero mais importante confronto-o com os factos e tento perceber alterações corporais neles, isto mais nos arguidos (...) as testemunhas não é muito difícil de perceber quando estão a mentir (...) eu consigo perceber perfeitamente quando uma pessoa está a mentir ou não (...) deixo a pessoa divagar e vejo incoerências (...) as pessoas têm um discurso linear e percebo logo a pessoa tem um discurso preparado por alguém (...) dou-lhe um bocado de confiança para ela pensar que me está a enganar (...) eu tento sempre pôr-me no lugar dos outros, pelo que considero que o nervosismo poderá ser normal”.</p>
E6	<p>“Sinto-me motivado, cada situação é uma situação porque faço o inquérito todo. Diferente é quando são as deprecadas que vêm ocupar muito do nosso tempo (...) eu não valorizo o que o arguido me diz porque ele pode mentir (...) dedico-me sim ao que a testemunha diz (...) dou mais relevância ao aspeto verbal da coisa (...) acalmo sempre as pessoas, principalmente as testemunhas (...) as pessoas em casa estão instrumentalizadas pelo contexto em que vivem que quando chegam aqui alteram de certo modo o seu discurso (...) embora possa perceber que um arguido possa estar a mentir não dou relevância (...) quando se começam a mexer muito na cadeira percebe-se logo que estão desconfortáveis (...) quando começam a falar sempre da mesma coisa e não querem saber das outras também (...) nós sem conhecermos as pessoas podemos dar uma interpretação errada à coisa”.</p>
E7	<p>“Eu vejo cada inquirição/interrogatório como um único e sim sinto-me motivado (...) a maior parte das testemunhas omitem factos quando se reporta a algum familiar, percebe-se que existe uma determinada proteção (...) no caso dos arguidos quando é referido que se podem remeter ao silêncio eles optam por não prestar declarações, a maioria das vezes (...) muitas das vezes há pessoas que são muito difíceis de ler. Independentemente das dicas que nos são fornecidas, no momento torna-se difícil lembrar das mesmas para poder descobrir se a pessoa está ou não a mentir (...) quando coloco uma questão e vejo que ela se engasga tento explorar de outra forma (...) depende de pessoa para pessoa”.</p>

APÊNDICE I

E8	<p>“Sinto-me motivado. Existem, de facto, situações que se percebem quando a pessoa está a mentir (...) coloco as mesmas perguntas de formas diferentes, perceber as contradições (...) pessoas que são mais introvertidas e mesmo as outras tento pô-las sempre mais à vontade (...) o Pter condiciona o nervosismo das pessoas (...) quando coloco uma questão e fica desconfortável poderá ser um indício de mentira”.</p>
E9	<p>“Sinto-me motivado. Tirando os casos que já conhecemos, ou seja, indivíduos reincidentes, que chamam a GNR por tudo e por nada, vêm fazer a queixa e depois chega à altura e desistem. Nestes casos não tenho motivação para eles (...) sinceramente, eu tenho alguma dificuldade em detetar mentiras (...) algumas pessoas conseguem ser mesmo convincentes e eu não sei se consigo analisar bem a linguagem corporal. Eu costumo analisar mais o à vontade da pessoa (...) coloco sempre as pessoas à vontade (...) coloco questões diferentes com a mesma finalidade (...) alguns pensam muito no que vão dizer e eu apercebo-me que estão a mentir”.</p>
E10	<p>“Sinto-me motivado a detetar mentiras em todos os crimes, embora o mais importante são os crimes públicos porque não dependem de queixa. Os crimes particulares e semipúblicos como dependem de queixa secalhar o nosso esforço pode cair em vão (...) da experiência que eu tenho, tenho detetado várias pessoas que mentem nas inquirições. O que eu faço sempre é uma cota a dizer que extrai certidão pelos factos apresentados como uma mentira. Depois claro cai em falsidade de testemunho. Mas deteta-se muitas vezes (...) quando os indivíduos vêm acompanhados com o advogado já vêm de fora monitorizados para isso (...) apresento as provas/evidências só depois de ele já ter falado sobre o caso e começar a entrar em contradição (...) nota-se muito a linguagem corporal”.</p>
E11	<p>“Eu vejo as inquirições e interrogatórios como parte do meu trabalho, não o vejo como uma praxe. Não lhe digo que tenho prazer, mas faço-o (...) há certos inquéritos que encaro como um desafio, à outros que quase nos impossibilita de encontrar o autor do ilícito e que não são tão desafiantes (...) em casos parecidos, se vir que o antecedente me trouxe benefícios tento adequar aos casos diferentes o mesmo procedimento, não vejo qualquer problema (...) por norma com as testemunhas deixo a pessoa falar, mas enquadro-a lendo o auto de notícia. Quando acho que a pessoa está envolvida não lhe mostro logo o jogo todo. Há pessoas que vejo que não têm nada a haver com o assunto e à outras que sou quase obrigado a confrontá-las quando elas me mentem (...) falo sempre a língua das pessoas, adapto-me bem a qualquer tipo de entrevistado. As pessoas são diferentes. Cada pessoa é uma pessoa (...) O contexto da entrevista influencia o depoimento da pessoa (...) se for um arguido a ser entrevistado por três elementos secalhar pode produzir resultados, no caso de uma vítima de violência doméstica não me parece”.</p>
E12	<p>“Sinto-me motivadíssimo. Adoro o que faço e se tivesse oportunidade de tirar mais cursos neste âmbito, seria fantástico (...) eu faço aquilo que a GNR me ensinou em noções gerais de direito que é repetir a mesma pergunta muitas vezes, em alturas diferentes, para saber quando ela saiu do registo dela (...) as pessoas ficam tão nervosas quando tentam enganar (...) primeiro recebo sempre as declarações das pessoas, redijo no computador, ela assina. Após isso, se verificar que ela me mentiu com unhas e dentes confronto-a com as provas e digo agora vamos à outra diligência, isto é, agora vou constituí-la arguido porque o que a senhora acabou de dizer e assinar é mentira e aí mostro as provas”.</p>
E13	<p>“Eu gosto muito do que faço e por isso cada pessoa que eu oiço é sempre com intenção de obter resultados independentemente se houver buscas ou não (...) eu vou tentando pôr sempre a pessoa o mais à vontade possível (...) por exemplo se for uma pessoa com o 4º/6º ano eu adapto-me à pessoa e tento falar, digamos, a língua dela (...) a própria maneira de ser da pessoa pode induzir uma mentira. Eu sou aqui desta zona, portanto muitas das pessoas que passam aqui eu já conheço, pelo que quando elas mudam a postura de umas inquirições para as outras eu percebo logo aqui à gato (...) eu faço a mesma pergunta 4/5 vezes para determinar incoerências (...) quando percebo que a pessoa poderá estar a mentir informo-a que poderá passar de testemunha a arguida”.</p>
E14	<p>“A nossa motivação ou interesse é efetivamente descobrir a verdade. Há situações que são coisas pequeninas, a motivação não é muita. Outras mais complexas acaba por ser mais desafiante. Nestes casos há da nossa parte uma maior insistência (...) acho que, por vezes, a postura da pessoa diz-nos mais do que propriamente aquilo que ela expressa verbalmente (...) a gente às vezes pelas expressões faciais, ou movimentos, também podemos detetar determinadas incongruências (...) o desvio do olhar, aquela resposta que se vê que é pensada, percebe-se que a pessoa está a omitir determinados factos (...) o meu princípio é colocar sempre a pessoa o mais calma possível. Às vezes até damos um copo com água (...) aqueles reincidentes que vêm cá, eu percebo logo quando já vêm para mentir os factos. Aqueles que vêm pela primeira vez é mais complicado (...) não existe <i>feedback</i> nenhum pelos tribunais (...) adapto-me à forma de falar das pessoas, ou seja, adapto o discurso (...) não conheço muitos aspetos de linguagem corporal, mas intuitivamente sei quando a pessoa não me está a dizer a verdade (...) há pessoas que vêm com medo de vir ao Pter”.</p>

APÊNDICE I

E15	<p>“Sinto-me motivado a entrevistar pessoas. É muito desafiante para mim tentar detetar mentiras nas pessoas (...) relativamente ao <i>feedback</i> por parte dos tribunais, existia aqui em Valongo no caso específico das violências domésticas (...) se existisse arquivamento do processo era remetido aqui para o PTer via email. No entanto deveria de existir mais, também para tentarmos perceber se o nosso trabalho está a ser bem feito (...) Quando a testemunha começa a apresentar factos contrários às provas, percebendo-se que está a mentir, eu não a constituo de imediato como arguido/a, eu explico-lhe que se ela continuar a mentir, aí sim, isso irá acontecer (...) quando a pessoa começa a ficar inquieta, não estando sossegada na cadeira, tento alterar o rumo da conversa porque percebo que ele não me está a dizer a verdade”.</p>
-----	---

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 16 - Sinopses da categoria "Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo"

Formas da GNR dar formação e exponenciar esta ferramenta por todo o dispositivo	
E1	<p>“A GNR poderia fazer uma espécie de seminário em que periodicamente se juntaria os militares responsáveis pelos inquéritos onde se poderia partilhar experiências, bem como pôr o pessoal do NIC a colaborar connosco em determinadas situações como tivera sido no passado em que nós estávamos inseridos na estrutura do NIC. Também deveriam de existir cursos específicos nesta matéria”.</p>
E2	<p>“Acho que existem diversas formas e também penso que não seja por falta de disponibilidade temporal, mas sim por falta de organização. Por exemplo, através das novas tecnologias poderia ser aproveitado o ensino E-learning, mas durante o horário de serviço, pois talvez seja complicado juntar o pessoal todo. A existências de cursos periódicos obrigatórias. Conferências com especialistas”.</p>
E3	<p>“Na minha carreira tive cerca de 2 formações, que com o passar do tempo são esquecidas. Penso que deveria de existir cursos obrigatórios de técnicas de entrevista/interrogatório para os militares que trabalham nesta área à muito tempo. Também a existência de mais formações com especialistas seja uma mais valia para aprimorarmos os nossos conhecimentos”.</p>
E4	<p>“(…) formações periódicas como a que existiu no CTer do Porto aqui à tempos (...) Cursos que nos especializem nesta matéria”.</p>
E5	<p>“(…) formações específicas de cariz prático que nos ensinem efetivamente como proceder em determinados casos (...) com apoio da tecnologia <i>E-learning</i> que permite dar cursos com a distância que existe entre CTer. Também, e penso que seja o principal, a existência de cursos específicos”.</p>
E6	<p>“Tal como existem noutros cursos deveria de existir uma plataforma Moodle com conteúdos a que todos os responsáveis pelos inquéritos pudessem ter acesso para se cultivarem e fazerem um melhor trabalho (...) conferências (...) formações E-learning”.</p>
E7	<p>“Nós já estivemos inseridos na estrutura do NIC. Penso que seria importante o apoio deles em determinadas situações. Seminários de técnicas de entrevista, linguagem corporal e essas matérias seriam muito úteis para nós a vários níveis: profissionais, motivacionais (...) aproveitar a formação E-learning”.</p>
E8	<p>“Acho que o essencial que a GNR deveria de fazer é especializar estes militares. Existe cursos para tanta coisa e para isto que considero essencial porque mexe com a vida das pessoas, andamos a aprender uns com os outros (...) fazer uma espécie de colóquios”.</p>
E9	<p>“Colóquios (...) e principalmente curso que nos habilitem a fazer aquilo que já fazemos alguns à 20 anos”.</p>
E10	<p>“Desde que estou em St. Tirso lembro-me de uma formação ao nível do DTer e uma ao nível do CTer. Durante a minha formação já tive aulas por computador. Acho que neste caso de poderia aplicar o mesmo. Também seminários seria uma boa forma”.</p>
E11	<p>“Sou um apaixonado pelo que faço e leio muitos livros desta temática. Gostava de tirar o curso de negociador que só existe até sargento. Não percebo determinados factos. Acho que nós deveríamos de ter acesso a mais cursos. Conferências com especialistas também são extremamente relevantes (...)”.</p>
E12	<p>“Existem diversas formas, por exemplo aulas pela internet (...) aproveitar o mail institucional para o envio de literatura/bibliografia útil para nós (...) cursos específicos (...) colóquios”.</p>
E13	<p>“Gosto de ler, mas não sei se o que leio é o mais credível nesta área. Acho que podíamos receber um manual com bibliografia específica (...) participação em formações de grupo (...) e o principal, a existência de cursos. Não se percebe estar anos sem fazer uma reciclagem de conteúdos”.</p>

APÊNDICE I

E14	“Naquela fase em que nós chegamos a pertencer à IC, nós estávamos aqui, mas apoiávamos o NIC. Esta foi uma fase onde aprendemos bastante. Tínhamos experiências muito boas. Havia acesso a documentos mais atualizados. Assim sendo, recorrer ao NIC poderia ser uma forma de exponenciar a formação (...) eu para aprender preciso de praticar, pelo que acho que poderiam existir cursos práticos neste âmbito (...) eu sou sempre a favor da instrução”.
E15	“Deveria de existir mais cursos, eminentemente práticos, contrariamente àqueles que nos têm ministrado, como por exemplo o curso de cabos, onde nos remetem os manuais para estudar e depois realizamos um teste. Após isso, muito do conteúdo vai à vida (...) devem existir atualizações”.

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE J – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo assinado, _____ entendi o esclarecimento que me foi provido, transmitido de forma escrita e verbal, relativo à presente investigação. Foi-me apresentada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias. Para além do mais, foi-me assegurado que tenho o direito de rejeitar em qualquer circunstância a minha participação no estudo em consideração.

Nestas circunstâncias, declaro que decido livremente participar neste Trabalho de Investigação Aplicada, tal como me foi apresentado pelo investigador.

O investigador

O(a) entrevistado(a)

ANEXOS

ANEXO A – PROCESSO DE UM CICLO COMPORTAMENTAL

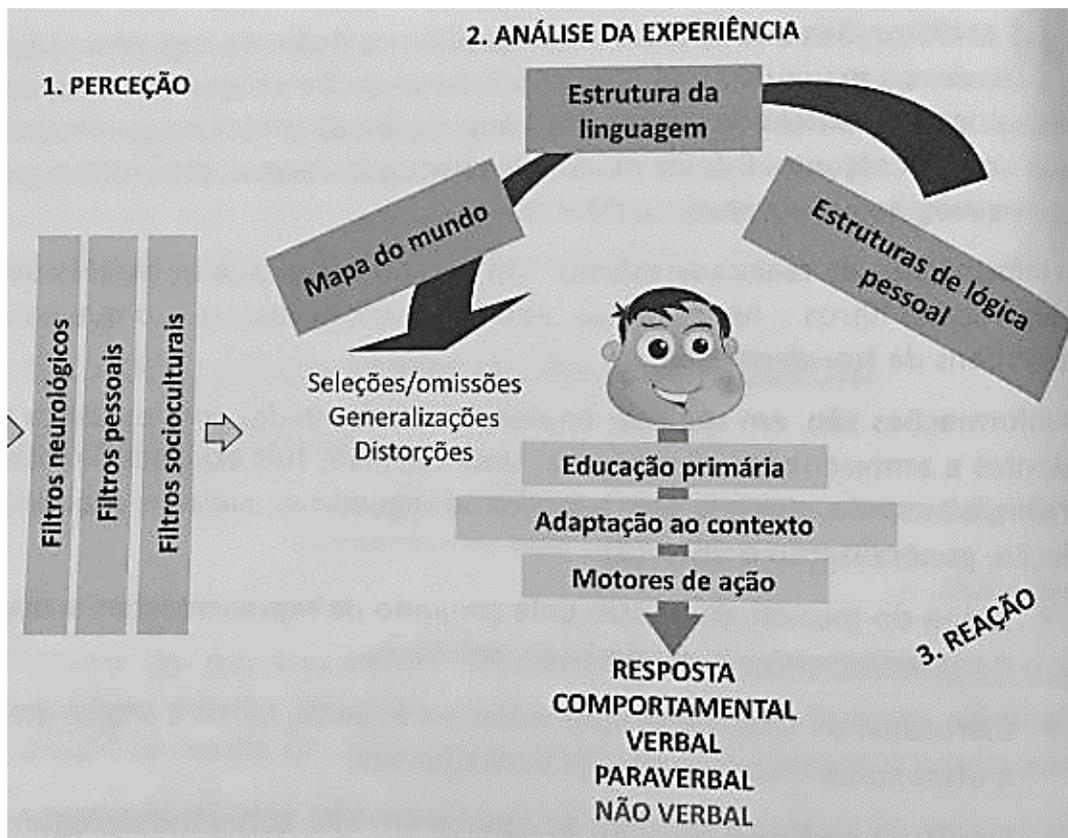


Figura n.º 2 – Processo de um ciclo comportamental

Fonte: Martenet (2018, p. 18)

ANEXO B – VIOLAÇÕES DO METAMODELO

Quadro n.º 17 - Violações do Metamodelo da Linguagem

Equivalência complexa: analogia estabelecida entre um facto pontual e uma explicação geral		
Ele nem olhou para mim, portanto detesta-me!	← Todas as pessoas que gostam de si olham para si? →	Encontrar um exemplo contrário.
Viver é submeter-se!	← Não conhece ninguém que tenha vivido sem se submeter? →	Mudar o índice de referência, encontrar o exemplo contrário.
Ligação de causa e efeito: causalidade estabelecida entre o comportamento de um terceiro e o estado emocional da pessoa		
A desgraça do mundo deprime-me!	← Como é que faz para permitir que isso aconteça? →	A condução das suas emoções.
Leitura de pensamento: pretensão em conhecer o pensamento ou emoção de outra pessoa		
Sei muito bem o que ele quer de mim!	← Como é que sabia isso? →	Encontrar a fonte de informação.
Nominalização: processo dinâmico transformado em estado estático ou abstrato		
Quero consideração!	← De que maneira e por quem quer ser considerado? →	Reaplicar a dinâmica.
Origem perdida: regra sem fonte, contexto ou norma		
É bom não partir!	← Quem disse isso? É a sua opinião? →	Origem.
Operadores modais: regras que cada um aplica a si mesmo		
Para conseguir, teria de ter estudado!	← O que é que vai acontecer pelo facto de não ter estudado? →	Relativizar as consequências.
Quantificadores universais: condicionalismos absolutos expressos ou não		
Ninguém se ocupa de mim!	← Verdadeiramente ninguém? →	Encontrar um contraexemplo.
Verbos não específicos: sem base sensorial nem critério		
Esta proposta não vale nada!	← Como é que sabe? Em que é que nada vale? →	Critérios de equivalência complexa.
Supressão do comparativo: a norma do comparativo está omissa		
Sinto-me menos competitivo!	← Em relação a quê? Menos competitivo do que quem? →	Contexto comparativo.
Supressão do índice de referência: o sujeito é vago ou inexistente		
É-me igual!	← O que é que é igual para si? →	Objeto do verbo.
Supressão simples: falta de contexto específico		
Sou incapaz!	← De quê? →	Objeto do verbo.

Fonte: Martenet (2018, pp. 34-38)

ANEXO C – O COMPORTAMENTO HUMANO: METAPROGRAMAS

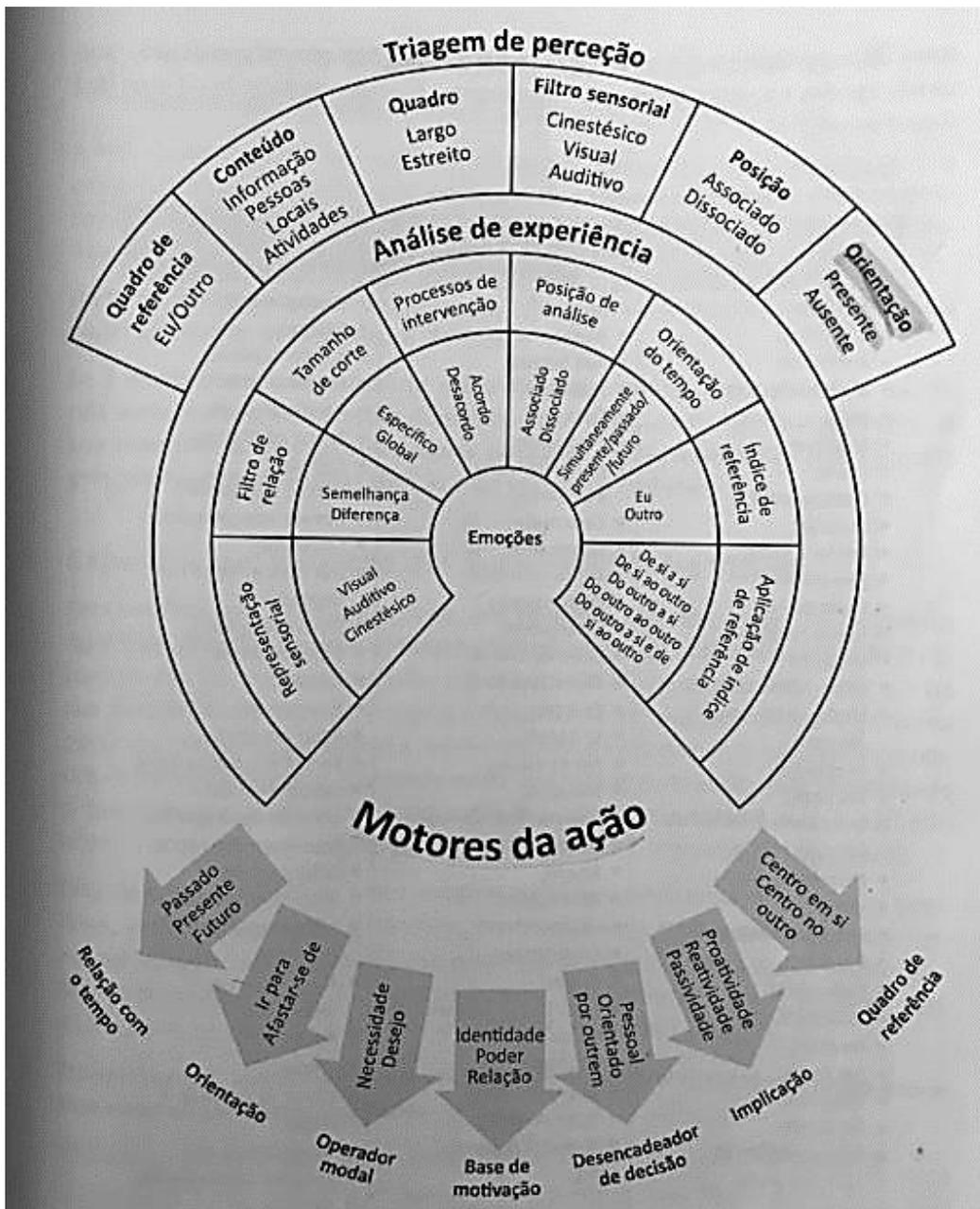


Figura n.º 3 – O comportamento humano à luz dos metaprogramas

Fonte: Martenet (2018, p. 29)